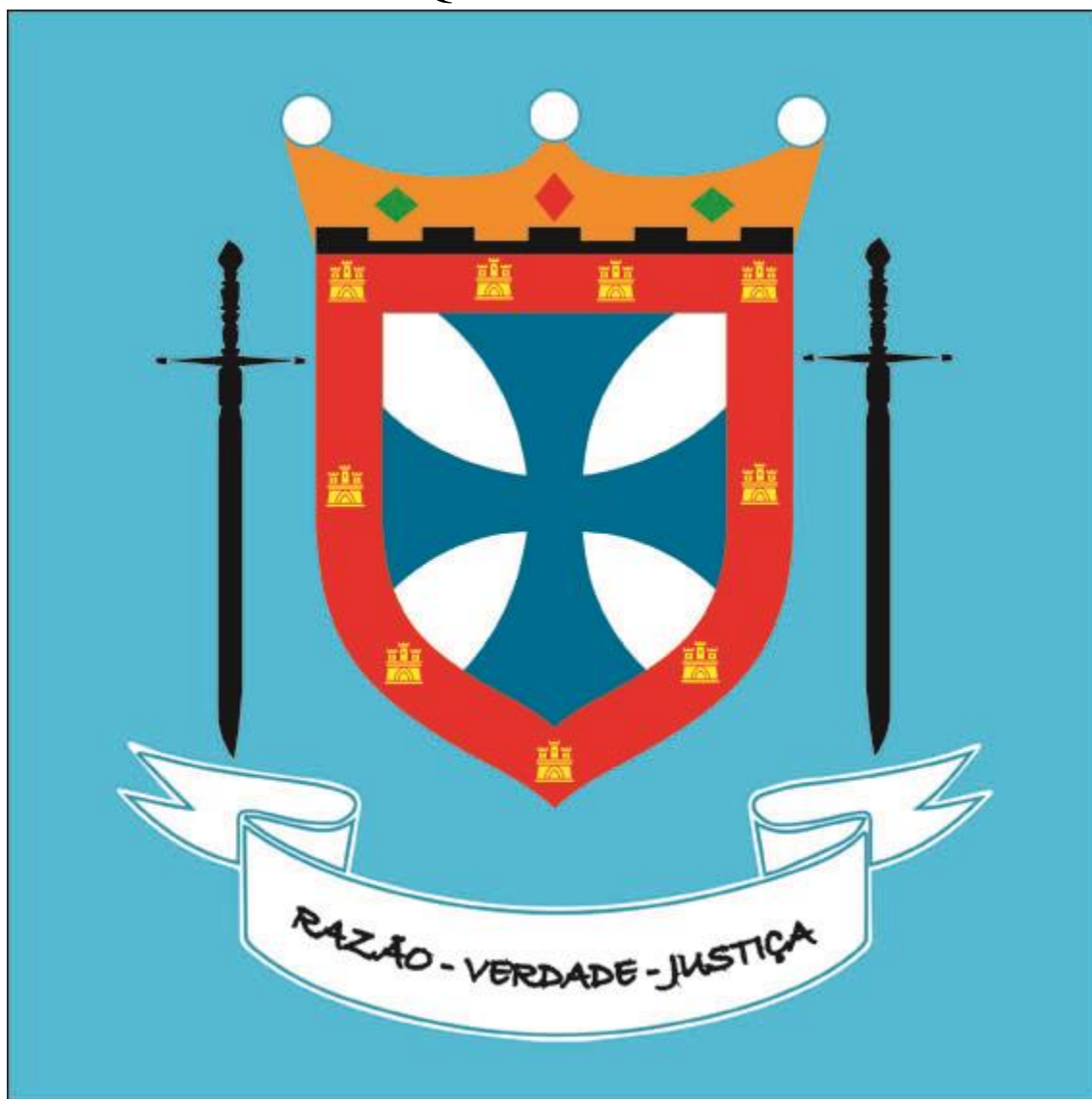


CASA IMPERIAL PORTUGUESA
COLECÇÃO
LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR
AO REAL CÓDIGO DO PROCESSO PENAL
MONÁRQUICO PORTUGUÊS



DIPLOMA DOS MEDICAMENTOS

TÍTULO PRIMEIRO – MEDICAMENTOS.

CAPÍTULO PRIMEIRO – DISPOSIÇÕES GERAIS.

ARTIGO PRIMEIRO – OBJECTO E DEFINIÇÕES.

1 – O presente diploma tem por objectivo estabelecer a definição do regime jurídico aplicável:

a) Ao controlo do mercado lícito de actividades dos medicamentos naturais, químicos e manipulados e dos produtos e serviços prestados provenientes ou oriundos das mesmas actividades com excepção do ensino dos medicamentos constante do DIPLOMA DA EDUCAÇÃO, para fins medicinais, veterinários, botânicos, didácticos e de investigação científica, bem como dos percursos, matérias-primas e matérias subsidiárias susceptíveis de uso e utilização em todo o processo;

b) Ao tráfico, uso, utilização e consumo ilícito de actividades dos medicamentos naturais, químicos e manipulados e de produtos e serviços prestados provenientes ou oriundos das mesmas actividades, bem como dos percursos, matérias-primas e matérias subsidiárias susceptíveis de uso e utilização em todo o processo; e

c) Ao consumo de actividades dos medicamentos e de produtos e serviços prestados provenientes ou oriundos das mesmas actividades e à protecção sanitária e social dos cidadãos que consomem os mesmos produtos sem prescrição médica.

2 – Para efeitos do disposto no presente diploma, entende-se por:

a) **MEDICAMENTO NATURAL** – Vegetal, pescado, plâncton, animal ou mineral, ou substância extraída de vegetal, pescado, plâncton, animal ou mineral cujo seu uso e utilização no seu estado natural, produzem por via do seu consumo ou aplicação efeitos terapêuticos na prevenção, tratamento, reabilitação e cura das doenças humanas, animais e botânicas;

b) **MEDICAMENTO QUÍMICO** – Matéria obtida mediante processo de transformação, adição ou mistura de substâncias vegetais, do pescado, do plâncton, animais, minerais ou medicamentosas cujo seu uso e utilização produzem por via do seu consumo ou aplicação efeitos terapêuticos na prevenção, tratamento, reabilitação e cura das doenças humanas, animais e botânicas;

c) **MEDICAMENTO MANIPULADO** – Matéria obtida em processo e método de preparação de substâncias vegetais, do pescado, do plâncton, animais, minerais ou medicamentosas, realizado por profissional habilitado, qualificado e certificado no momento da sua ingestão ou aplicação mediante receita subscrita por médico, veterinário ou bioquímico cujo seu uso e utilização produzem por via do seu consumo ou aplicação efeitos terapêuticos na prevenção, tratamento, reabilitação e cura das doenças humanas, animais e botânicas;

d) **PRODUTO PROVENIENTE OU ORIUNDO DAS ACTIVIDADES DOS MEDICAMENTOS** – Todo o medicamento ou matéria de medicamento nomeadamente os acessórios e utensílios em uso, utilização e consumo nas actividades dos medicamentos, das famílias e dos sectores de actividade económicos destes dependentes;

e) **SERVIÇO PRESTADO PROVENIENTE OU ORIUNDO DAS ACTIVIDADES DOS MEDICAMENTOS** – Toda a acção de preparação, secagem, conservação, embalamento ou engarrafamento e outras acções de transformação que não alterem as características próprias dos produtos dos medicamentos em exercício nas actividades dos medicamentos e de produtos provenientes ou oriundos das mesmas actividades;

f) **PRODUTO** – Actividades dos medicamentos, bem como os produtos provenientes ou oriundos das mesmas actividades, obtidos nas actividades dos medicamentos;

g) **PRODUÇÃO** – A obtenção por quaisquer métodos técnicos artesanais ou industriais de actividades dos medicamentos naturais e manipulados e de produtos provenientes ou oriundos das mesmas actividades, bem como de matérias-primas e matérias subsidiárias susceptíveis de uso e utilização em actividades constantes do presente diploma, incluindo a purificação e a transformação de uns produtos noutros;

h) **FABRICO** – A obtenção por quaisquer métodos técnicos artesanais ou industriais de actividades dos medicamentos químicos e de produtos provenientes ou oriundos das mesmas actividades, bem como de matérias-primas e matérias subsidiárias susceptíveis de uso e utilização em actividades constantes do presente diploma, incluindo a transformação de uns produtos noutros;

i) **MANIPULAÇÃO** – O processo físico ou químico mediante o qual se caracteriza a qualidade, a especificidade e as características próprias do medicamento em uso e utilização nas actividades dos medicamentos e dos produtos e serviços prestados provenientes ou oriundos das mesmas actividades, bem como das matérias-primas e matérias subsidiárias susceptíveis de uso e utilização em actividades constantes do presente diploma;

j) **IMPORTAÇÃO** – A introdução no espaço territorial português de actividades dos medicamentos e de produtos e serviços prestados provenientes ou oriundos das mesmas actividades, bem como de percursos, matérias-primas e matérias subsidiárias susceptíveis de uso e utilização em actividades constantes do presente diploma, provenientes de estados soberanos exteriores ao império português;

l) **EXPORTAÇÃO** – A saída do espaço territorial português para estados soberanos exteriores ao império português de actividades dos medicamentos e de produtos e serviços prestados provenientes ou oriundos das mesmas actividades, bem como de percursos, matérias-primas e matérias subsidiárias susceptíveis de uso e utilização em actividades constantes do presente diploma;

m) TRÂNSITO – A passagem pelo espaço territorial português ou o transbordo de actividades dos medicamentos e de produtos provenientes ou oriundos das mesmas actividades, bem como de percursores, matérias-primas e matérias subsidiárias susceptíveis de uso e utilização em actividades constantes do presente diploma;

n) INTRODUÇÃO – A entrada física no espaço territorial português de actividades dos medicamentos e de produtos e serviços prestados provenientes ou oriundos das mesmas actividades, bem como de percursores, matérias-primas e matérias subsidiárias susceptíveis de uso e utilização em actividades constantes do presente diploma, provenientes de outro estado soberano constituinte do império português;

o) EXPEDIÇÃO – A saída física do espaço territorial português de actividades dos medicamentos e de produtos e serviços prestados provenientes ou oriundos das mesmas actividades, bem como de percursores, matérias-primas e matérias subsidiárias susceptíveis de uso e utilização em actividades constantes do presente diploma, para outro estado soberano constituinte do império português;

p) INSTALAÇÕES do OPERADOR – Toda a infra-estrutura ocupada por um operador num determinado local, envolto das actividades constantes do presente diploma;

q) COLOCAÇÃO no MERCADO – Toda a acção de fornecimento da comunidade, a título oneroso ou gratuito de actividades dos medicamentos, de produtos e serviços prestados provenientes ou oriundos das mesmas actividades e de percursores, matérias-primas e matérias subsidiárias inventariados, susceptíveis de uso e utilização em actividades constantes do presente diploma, bem como a armazenagem, o fabrico, a produção, a manipulação, o comércio, a distribuição ou a corretagem dessas matérias para efeitos de fornecimento da comunidade;

r) OPERADOR – Toda a pessoa singular ou colectiva que exerce a sua actividade profissional com actividades dos medicamentos e produtos e serviços prestados provenientes ou oriundos das mesmas actividades, bem como com percursores, matérias-primas e matérias subsidiárias susceptíveis de uso e utilização em actividades constantes do presente diploma.

ARTIGO SEGUNDO – TABELAS.

1 – Classificação das actividades dos medicamentos humanos:

- a) Analépticos;
- b) Analgésicos;
- c) Anorexígenos;
- d) Ansiolíticos;

- e) Antálgicos;
- f) Anti-histamínicos;
- g) Antibióticos;
- h) Anticoagulantes;
- i) Anticonvulsivos;
- j) Anti escorbúticos;

- l) Antipiréticos;
- m) Antitússicos;
- n) Beta bloqueantes;
- o) Carminativos;
- p) Cito tóxicos;
- q) Colutórios;
- r) Descongestionantes;
- s) Diuréticos;
- t) Emenagogos;
- u) Eméticos;
- v) Esternuatórios;
- x) Estomáquicos;
- z) Expectorantes;
- aa) Febrífugos;
- ab) Laxativos, laxantes, purgantes e catárticos;
- ac) Neurolépticos;
- ad) Paragóricos;
- ae) Resolutivos;
- af) Sedativos;

- ag) Sialogogos;
- ah) Soporíferos;
- ai) Tranquilizantes;
- aj) Vasodilatadores;
- al) Vermífugos ou anti-helmínticos.

- 2 – Classificação das actividades dos medicamentos animais:
- 3 – Classificação das actividades dos medicamentos botânicos:
- 4 – Classificação dos produtos provenientes ou oriundos das actividades dos medicamentos:

- a) Medicamentos naturais:

- b) Medicamentos químicos:

- c) Medicamentos manipulados:

- d) Acessórios dos medicamentos, com excepção dos das substâncias e preparações psicotrópicas:

- e) Utensílios dos medicamentos, com excepção dos das substâncias e preparações psicotrópicas:

- f) Outros produtos provenientes ou oriundos das actividades dos medicamentos:

- 5 – Classificação dos serviços prestados provenientes ou oriundos das actividades dos medicamentos:

- a) Actividades dos medicamentos humanos:

- 1. Actividades de preparação:

- 2. Actividades de secagem:

- 3. Actividades de conservação:

- 4. Actividades de embalamento:

- 5. Actividades de engarrafamento:

- 6. Outras actividades de transformação:

- b) Actividades dos medicamentos animais:

- 1. Actividades de preparação:

- 2. Actividades de secagem:

- 3. Actividades de conservação:

- 4. Actividades de embalamento:

- 5. Actividades de engarrafamento:

- 6. Outras actividades de transformação:

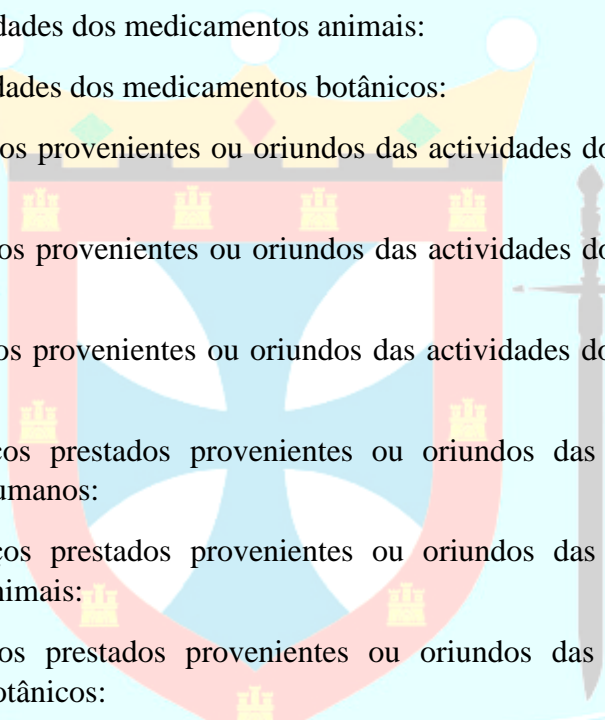
- c) Actividades dos medicamentos botânicos:

- 1. Actividades de preparação:

- 2. Actividades de secagem:

3. Actividades de conservação:
4. Actividades de embalagem:
5. Actividades de engarrafamento:
6. Outras actividades de transformação:

6 – Classificação das actividades dos medicamentos e dos produtos e serviços prestados provenientes ou oriundos das mesmas actividades proibidos, de produção, fabrico, comercialização e consumo:

- 
- a) Actividades dos medicamentos humanos:
 - b) Actividades dos medicamentos animais:
 - c) Actividades dos medicamentos botânicos:
 - d) Produtos provenientes ou oriundos das actividades dos medicamentos naturais:
 - e) Produtos provenientes ou oriundos das actividades dos medicamentos químicos:
 - f) Produtos provenientes ou oriundos das actividades dos medicamentos manipulados:
 - g) Serviços prestados provenientes ou oriundos das actividades dos medicamentos humanos:
 - h) Serviços prestados provenientes ou oriundos das actividades dos medicamentos animais:
 - i) Serviços prestados provenientes ou oriundos das actividades dos medicamentos botânicos:

7 – Classificação dos precursores das actividades dos medicamentos:

8 – Classificação das matérias-primas das actividades dos medicamentos:

9 – Classificação das matérias subsidiárias das actividades dos medicamentos:

10 – As tabelas serão obrigatoriamente actualizadas de acordo com as alterações no padrão de uso, utilização e consumo do mercado português e com as alterações aprovadas pelo órgão próprio das nações unidas, segundo as leis previstas nas convenções ratificadas pelo estado português.

ARTIGO TERCEIRO – ÂMBITO DA APLICAÇÃO E DO CONTROLO.

1 – A produção, fabrico, emprego, comércio, distribuição, importação, exportação, introdução, expedição, trânsito, transbordo, a detenção a qualquer título, a colocação no mercado, as actividades intermédias e o uso, utilização e consumo de actividades dos medicamentos e de produtos e serviços prestados provenientes ou oriundos das mesmas actividades, bem como de precursores, matérias-primas e matérias

subsidiárias em uso e utilização nas actividades constantes do presente diploma, ficam sujeitos e obrigados aos condicionamentos, autorizações e fiscalização constantes do presente diploma.

2 – Ficam obrigados a controlo todas as actividades dos medicamentos e produtos e serviços prestados provenientes ou oriundos das mesmas actividades, bem como precursores, matérias-primas e matérias subsidiárias referidas nas convenções relativas a medicamentos em exercício, uso e utilização nas actividades constantes do presente diploma ratificadas por Portugal e respectivas alterações, bem como outras substâncias incluídas nas tabelas anexas ao presente diploma.

ARTIGO QUARTO – LEIS E CONCEITOS TÉCNICOS.

1 – As leis e os conceitos técnicos contidos no presente diploma são compreendidos em harmonia com as convenções relativas a medicamentos ratificadas pelo estado português.

2 – O presente diploma explicitará as leis exigidas à integridade de todo o processo e à sua plena execução, mencionando a referencia às quotas de produção e de fabrico, aos cidadãos e entidades autorizados ou autorizadas a adquirir actividades dos medicamentos e produtos e serviços prestados provenientes ou oriundos das mesmas actividades, às condições de entrega, aos registos a elaborar, às comunicações e informações a prestar, aos relatórios a fornecer, às características das embalagens, rótulos, folhetos informativos, aos benefícios e às restrições das liberdades sociais, bem como às taxas do exercício das actividades e às sentenças inerentes ao desrespeito e violação pela regulamentação do presente diploma.

ARTIGO QUINTO – DEVER GERAL DE INFORMAÇÃO.

1 – Todos os cidadãos ou entidades autorizados ou autorizadas a praticar actividades dos medicamentos e com uso e utilização de produtos e serviços prestados provenientes ou oriundos das mesmas actividades, bem como com precursores, matérias-primas e matérias subsidiárias susceptíveis de uso e utilização em actividades constantes do presente diploma, são obrigados a prestar no imediato momento em que legitimamente lhes for exigida e requerida, todas as informações e elementos solicitados pelas entidades com poder de fiscalização e controlo.

ARTIGO SEXTO – LIBERALIZAÇÃO DAS ACTIVIDADES DOS MEDICAMENTOS E DOS PRODUTOS E SERVIÇOS PRESTADOS PROVENIENTES OU ORIUNDOS DAS MESMAS ACTIVIDADES.

1 – A liberalização do exercício das actividades dos medicamentos e dos produtos e serviços prestados provenientes ou oriundos das mesmas actividades, compreendidos nas tabelas do artigo 2º, do presente capítulo:

a) Regula-se pela exigência científica das propriedades do seu consumo para fins terapêuticos humanos, animais e botânicos, correctamente observados em toda a patologia do paciente, animal ou planta e durante o período de tempo exigido à sua integral prevenção, tratamento, reabilitação e cura das faculdades e capacidades inerentes ao seu consumo, sendo prescrita por médico, veterinário ou bioquímico devidamente credenciado, habilitado e autorizado para a prescrição das mesmas e para a responsabilidade dos seus efeitos; e

b) Faz-se mediante a responsabilização dos actos de cada um profissional e de cada um cidadão consumidor, tendo presente as restrições das liberdades sociais inerentes ao seu consumo ou utilização, durante o período de tempo compreendido pelo seu efeito directo, devidamente mencionado na embalagem de cada um produto, comprometendo-se o próprio consumidor ou utilizador à exigência do máximo rigor, integridade e responsabilidade dos actos perpetrados.

ARTIGO SÉTIMO – PRESCRIÇÃO DO RECEITUÁRIO POR PRINCÍPIO ACTIVO.

1 – Compete aos médicos, veterinários e bioquímicos prescrever o receituário tendo presente o princípio activo mobilizador das propriedades exigidas ao prevenir, tratar, reabilitar e curar as patologias inerentes ao uso, utilização e consumo dos produtos provenientes ou oriundos das actividades dos medicamentos prescritos, nas quantidades e dosagem adequados ao sucesso da operação patologia, bem como compete a cada um responsável pelo aviamento de receitas a opção pela aquisição nos estabelecimentos de venda ao público dos produtos provenientes ou oriundos das actividades dos medicamentos de marca comercial específica ou de produtos provenientes ou oriundos das actividades dos medicamentos genéricos denominados pelo princípio activo.

ARTIGO OITAVO – MINISTRO DOS MEDICAMENTOS.

1 – É ministro dos medicamentos, o ministro dos medicamentos.

CAPÍTULO SEGUNDO – AUTORIZAÇÃO, LICENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO.

ARTIGO PRIMEIRO – LICENCIAMENTOS, CONDICIONAMENTOS E AUTORIZAÇÕES.

1 – O real instituto farmacêutico português é a entidade competente a nível nacional para estabelecer condicionamentos e conceder, revogar ou suspender as autorizações para as actividades relacionadas com medicamentos e com produtos e serviços prestados provenientes ou oriundos das mesmas actividades, dentro dos limites estritos das necessidades do reino de Portugal e do cumprir os acordos comerciais

estabelecidos com os países constituintes do império português e com o mundo, dando prevalência aos interesses de ordem médica, veterinária, botânica, didáctica e de investigação científica, bem como certificar a qualidade do produto obtido em todo o processo de produção e fabrico.

2 – Ao sector ministerial da pesca, do pescado e do plâncton, da pecuária e dos animais, da agricultura e dos vegetais e da extracção e dos minerais respectivo compete com base nos dados fornecidos pelo real instituto farmacêutico português emitir a declaração de importação ou introdução, bem como a autorização de exportação ou expedição de actividades da pesca, do pescado e do plâncton, da pecuária e dos animais, da agricultura e dos vegetais e da extracção e dos minerais respectivamente e dos produtos e serviços prestados provenientes das mesmas actividades em uso e utilização na elaboração dos produtos provenientes ou oriundos das actividades dos medicamentos.

3 – Ao sector ministerial da indústria respectivo compete com base nos dados fornecidos pelo real instituto farmacêutico português emitir a declaração de importação ou introdução, bem como a autorização de exportação ou expedição de actividades dos medicamentos e de produtos e serviços prestados provenientes ou oriundos das mesmas actividades, bem como de percursos, matérias-primas e matérias subsidiárias constantes do presente diploma.

4 – A área presidencial da pesca, do pescado e do plâncton, da pecuária e dos animais, da agricultura e dos vegetais e da extracção e dos minerais são as autoridades nacionais com competências para licenciar respectivamente as actividades da pesca, do pescado e do plâncton, da pecuária e dos animais, da agricultura e dos vegetais e da extracção e dos minerais respectivamente e os produtos e serviços prestados provenientes das mesmas actividades em uso e utilização na produção e fabrico de produtos provenientes ou oriundos das actividades dos medicamentos constantes do presente diploma, bem como todo o processo de laboração das mesmas.

5 – A área presidencial da indústria é a autoridade nacional competente para licenciar os estabelecimentos artesanais e industriais onde se realizará a produção e o fabrico de actividades dos medicamentos e de produtos e serviços prestados provenientes ou oriundos das mesmas actividades, bem como dos percursos, matérias-primas e matérias subsidiárias constantes do presente diploma, e todo o processo de laboração das mesmas.

6 – A área presidencial do comércio é a autoridade nacional com competências para licenciar os estabelecimentos de venda ao público de actividades dos medicamentos e de produtos e serviços prestados provenientes ou oriundos das mesmas actividades.

7 – A guarda real portuguesa é a autoridade nacional com competência para licenciar as condições de segurança das infra-estruturas envoltas do armazenamento, embalagem, da produção e do fabrico de actividades dos medicamentos, bem como dos estabelecimentos de venda ao público, das unidades de saúde, das unidades veterinárias e das unidades botânicas.

8 – Os reais sapadores portugueses são a autoridade nacional com competências para licenciar as condições de habitabilidade e protecção das infra-estruturas envoltas do armazenamento, embalagem, da produção e do fabrico de actividades dos

medicamentos e de produtos e serviços prestados provenientes ou oriundos das mesmas actividades, bem como dos estabelecimentos de venda ao público, das unidades de saúde, das unidades veterinárias e das unidades botânicas.

9 – Compete a cada uma ordem profissional envolta do exercício das actividades requeridas certificar a qualificação dos respectivos profissionais envolvidos do exercício de actividades constantes da autorização.

10 – Compete aos órgãos de soberania fiscais, comprovar a idoneidade e integridade de cada um dos contribuintes mencionados ao exercício das actividades constantes da autorização.

11 – Compete aos órgãos de soberania jurídicos, comprovar a idoneidade e integridade por via do registo criminal de cada um dos cidadãos mencionados ao exercício das actividades constantes da autorização, adoptando uma atitude idónea, integra e valorosa face ao registo criminal por crimes praticados no presente diploma.

12 – O despacho de autorização, revogação ou suspensão das actividades constantes do presente diploma concedido pelo real instituto farmacêutico português, é publicado, divulgado e difundido pelos meios de comunicação da CASA IMPERIAL PORTUGUESA e estabelece as condições a observar pelo requerente.

13 – Cada autorização genérica concedida não ultrapassará o período de cinco anos, sendo prorrogada por igual período de tempo por comunicação do real instituto farmacêutico português em cada um ciclo enquanto se afirmarem válidas e fundamentadas as necessidades, exigências e os fins a que se destinam.

ARTIGO SEGUNDO – PROCESSAMENTO DE AUTORIZAÇÃO.

1 – Compete ao real instituto farmacêutico português analisar a viabilidade e exequibilidade de cada um pedido de autorização para o exercício das actividades constantes do presente diploma, para cada um ano de exercício, nos termos dos deveres, responsabilidades e compromissos que afirma face às necessidades e exigências internas e aos acordos e compromissos comerciais imperiais portugueses e internacionais.

2 – Aprovada a avaliação da viabilidade e exequibilidade do projecto compete ao real instituto farmacêutico português emitir a declaração de projecto às autoridades competentes envolvidas de cada uma licença exigidas ao exercício da actividade, para que procedam de forma a uma certificação idónea, integra e rigorosa e que de forma célere emitam a respectiva licença face às responsabilidades da acção a desenvolver.

3 – Compete a cada uma entidade responsável pela certificação avaliar, qualificar e certificar as características próprias inerentes ao exercício da respectiva actividade e a sua fidedignidade na competência das funções a cumprir e a realizar, pelo que não correspondendo à integridade do processo sublinhará os factores negativos da não concessão da licença respectiva.

4 – Compete ao real instituto farmacêutico português com todas as licenças das entidades competentes respectivas envolvidas de todo o processo, emitir a autorização ao exercício da respectiva actividade ou indeferir a autorização da actividade proposta,

comunicando a todas as entidades envolvidas da autorização a deliberação imposta e no caso de não concessão remetendo a cópia do parecer negativo da entidade ou entidades que o indeferiram.

5 – Às entidades certificadoras de licença para o exercício das actividades constantes do presente diploma compete em todo o espaço de tempo que se processar a respectiva autorização, a verificação da integridade e fidedignidade de todo o processo de licenciamento respectivo.

ARTIGO TERCEIRO – FISCALIZAÇÃO.

1 – Compete ao real instituto farmacêutico português e à guarda real portuguesa e ao órgão de soberania jurídico da área de circunscrição respectiva das actividades constantes do presente diploma, fiscalizar as actividades autorizadas de produção, fabrico, emprego, comércio, distribuição, importação, exportação, introdução, expedição, transito, aquisição, venda, entrega, detenção, uso e utilização de actividades dos medicamentos e de produtos e serviços prestados provenientes ou oriundos das mesmas actividades, bem como de precursores, matérias-primas e matérias subsidiárias susceptíveis de uso e utilização em actividades constantes do presente diploma.

2 – Na fiscalização das actividades autorizadas referidas no número anterior pode a qualquer momento ser feita inspecção aos locais de produção, fabrico, comércio, às instalações e meios de transporte e ser solicitada a apresentação e exibição de licenças, certificados, autorização, documentos, registos e produtos da actividade respectivos.

3 – Antes do início da fiscalização, o responsável pela referida inspecção identifica-se devidamente através de cartão próprio ou mediante credencial onde se mencione o seu poder de fiscalização.

4 – Se o cidadão ou entidade inspeccionado ou inspeccionada se negar e recusar a exhibir os dados ou elementos solicitados, é comunicado no imediato momento ao órgão de soberania jurídico da área de circunscrição geográfica respectiva e é pedida a intervenção das autoridades policiais para que se concretize a diligência, devendo o facto constar do relatório de inspecção, permanecendo a autoridade policial até à concretização da acção a realizar.

5 – As infracções detectadas são comunicadas no imediato momento às autoridades jurídicas que accionaram as autoridades judiciais com vista à investigação criminal e ao apuramento da veracidade da integridade de todo o processo.

6 - A toda a entidade interveniente no processo de fiscalização dos cidadãos ou entidades detentores ou detentoras de autorização para o exercício das actividades constantes do presente diploma, compete elaborar em cada uma acção de fiscalização o respectivo relatório de inspecção da operação realizada, permanecendo a entidade fiscalizadora com o original e o cidadão ou entidade visado ou visada pela inspecção com uma cópia do mesmo relatório, devidamente datado e assinado por ambas as partes que arquivaram para que conste como prova do acto realizado, ou em caso da constatação de irregularidades verificadas será incorporado no processo-crime respectivo.

7 – Mediante portaria conjunta das áreas presidenciais da saúde, da indústria, da pesca, do pescado e do plâncton, da pecuária e dos animais, da agricultura e dos vegetais, da extracção e dos minerais, humana, natural, universal, da ordem e da justiça será proibida a produção ou o fabrico de actividade dos medicamentos específica da qual se possa por via da manipulação, produção, fabrico ou preparação obter actividade dos medicamentos ou produto proveniente ou oriundo das mesmas actividades proibido, bem como precursores, matérias-primas e matérias subsidiárias constantes do presente diploma, de modo e forma a salvaguardar, defender e proteger a moralidade ou a saúde pública e impedir o tráfico e a comercialização ilícita de actividades dos medicamentos e de produtos provenientes ou oriundos das mesmas actividades, bem como de precursores, matérias-primas e matérias subsidiárias constantes do presente diploma.

ARTIGO QUARTO – NATUREZA DAS AUTORIZAÇÕES.

1 – As autorizações concedidas pelo real instituto farmacêutico português são intransmissíveis, não podendo ser cedidas ou utilizadas por outrem a qualquer título.

2 – Sempre que se trate de cidadãos ou entidades com filiais ou depósitos é necessário a respectiva autorização para cada um espaço.

3 – Os pedidos de autorização ou manutenção da autorização das actividades constantes do presente diploma, são dirigidos ao presidente do real instituto farmacêutico português, em suporte de papel ou por via electrónica, devendo ser acompanhados por:

a) Cópia do bilhete de identificação de cada um elemento envolvido no processo de autorização e das demais obrigações legais;

b) Cópia do cartão de contribuinte se o mesmo for requerido por cidadão em nome individual ou do cartão de contribuinte da empresa nos casos em que o mesmo se verifique;

c) Bilhete de identidade de todos os cidadãos intervenientes no exercício da actividade e declaração de competências, cargos e funções exercidas por cada um no exercício da actividade respectiva;

d) Certificado passado pela ordem bastonária respectiva de cada um dos cidadãos intervenientes no exercício da actividade;

e) Indicação das matérias-primas em uso e utilização no exercício da actividade, bem como dos precursores e das matérias subsidiárias exigidas;

f) Indicação da capacidade e qualidade do produto final a realizar;

g) Modos, métodos e técnicas em uso no exercício da actividade;

h) Planta da área de implementação das instalações para a realização das actividades previstas, incluindo armazéns ou depósitos em uso e utilização.

4 – A decisão sobre o pedido de autorização é determinado pela celeridade dos procedimentos a adoptar por cada uma entidade envolta do processo de licenciamento.

5 – O pedido de autorização é indeferido sempre que as condições exigidas por cada uma entidade interveniente no processo de licenciamento não observarem cumpridos os requisitos legais para o exercício da respectiva actividade ou existirem fundadas razões para suspeitar que a actividade se destine para fins ilícitos.

6 – Sempre que no decurso da actividade se verifiquem alterações às informações constantes, o titular da autorização deve proceder no prazo de cinco dias à comunicação ao real instituto farmacêutico português que accionará a entidade ou entidades da licença respectiva à observação da legalidade das alterações efectuadas.

ARTIGO QUINTO – REQUISITOS SUBJECTIVOS.

1 – Só podem ser concedidas autorizações a cidadãos ou entidades, cujos titulares, representantes legais e equipa técnica ofereçam garantias da idoneidade e integridade moral e profissional, devendo ser considerados para a avaliação do facto, parecer das várias ordens profissionais, dos órgãos de soberania jurídicos, fiscais, sociais e notariais, das entidades de saúde e financeiras respectivas, de todos os elementos envolvidos da acção a realizar, com a discriminação do cadastro respectivo.

ARTIGO SEXTO – MANUTENÇÃO E CADUCIDADE DA AUTORIZAÇÃO.

1 – No caso de falecimento, substituição dos intervenientes no processo ou de modos, métodos e técnicas em uso e utilização, ou mudança de firma, o requerimento de manutenção da autorização deve ser presente ao real instituto farmacêutico português no prazo máximo de cinco dias, que se obrigará à verificação dos requisitos da idoneidade e integridade moral e profissional constante do artigo anterior dos novos factores intervenientes no processo, sempre que o mesmo se verificar.

2 – A autorização caduca sempre que se verificar a cessação da actividade, se declarado pelas entidades competentes a destruição do mesmo produto e se no caso do número anterior não for requerida a sua manutenção no prazo estabelecido nos termos da lei.

ARTIGO SÉTIMO – REVOGAÇÃO OU SUSPENSÃO DA AUTORIZAÇÃO.

1 – O real instituto farmacêutico português deve revogar a autorização concedida, sempre que deixar de se verificar os requisitos exigidos para a sua concessão.

2 – Pode ter lugar a revogação da autorização ou ser ordenada a suspensão, por período de tempo determinado ou em definitivo, sempre que ocorra acidente técnico, subtracção ou deterioração de produtos provenientes ou oriundos das actividades dos medicamentos, percursos, matérias-primas e matérias subsidiárias constantes do presente diploma ou outra qualquer irregularidade passível de determinar risco significativo para a saúde pública ou para o abastecimento ilícito do mercado, bem como

no caso de incumprimento das obrigações que impendem sobre o beneficiário da autorização.

3 – Os despachos de revogação ou suspensão são publicados, divulgados e difundidos nos meios de comunicação da CASA IMPERIAL PORTUGUESA.

ARTIGO OITAVO – EFEITOS DA REVOGAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO.

1 – No caso de revogação ou suspensão da autorização, o real instituto farmacêutico português, solicitará no imediato momento ao cidadão ou entidade envolto ou envolta do processo a devolução das existências devidamente inventariadas de produtos provenientes ou oriundos das actividades dos medicamentos, dos precursores, matérias-primas e matérias subsidiárias susceptíveis de uso e utilização nas actividades constantes do presente diploma que possua, bem como pode exigir a sua devolução a quem as tenha fornecido ou ceder a outros cidadãos ou entidades autorizados ou autorizadas no seu uso e utilização.

2 – A devolução ou cedência deve ser requerida no imediato momento da revogação ou da sentença judicial condenatória, devidamente quantificadas e qualificadas em todo o processo de inventariação e transferidos por ordem do real instituto farmacêutico português para a arrecadação real do real instituto farmacêutico português competente, para que se proceda à sua venda ou destruição, sempre que exista risco de deterioração ou de entrada ilícita no mercado.

3 – O produto da venda das existências em processo de revogação ou suspensão, reverte para o seu proprietário sempre que a revogação ou suspensão da autorização não se processe por via de sentença jurídica condenatória, sendo deduzidas as respectivas despesas do estado em todo o processo ou reverterem na sua plenitude para o estado sempre que a mesma se revista por via de acção jurídica.

ARTIGO NONO – REGISTO DE ACTIVIDADE.

1 – O Real instituto farmacêutico português organiza o registo de pessoas singulares e colectivas autorizadas nos termos da lei a exercer actividades constantes do presente diploma, tendo presente o respectivo cadastro no qual são averbadas todas as infracções e remete o mesmo registo aos órgãos de soberania jurídico e policial da respectiva área de circunscrição geográfica, de modo e forma à adopção das medidas de segurança, fiscalização e controlo do exercício da respectiva actividade.

ARTIGO DÉCIMO – IMPORTAÇÃO, INTRODUÇÃO, EXPORTAÇÃO E EXPEDIÇÃO.

1 – As operações de importação, introdução e de colocação no mercado interno de actividades dos medicamentos e de produtos e serviços prestados provenientes ou oriundos das mesmas actividades, bem como de precursores, matérias-primas e matérias

subsidiárias constantes do presente diploma, são comunicadas pelo real instituto farmacêutico português ao correspondente sector ministerial da pesca, do pescado e do plâncton, da pecuária e dos animais, da agricultura e dos vegetais, da extracção e dos minerais ou da indústria respectivo, de acordo com as necessidades e exigências prementes da vida do reino de Portugal, competindo ao respectivo ministro em colaboração com os técnicos do real instituto farmacêutico português a averiguação no mercado imperial português ou internacional dos produtos a acordar, tendo em conta a qualidade do produto ou serviço e o seu estado de conservação ou eficiência.

2 – Compete ao real instituto farmacêutico português avaliar para cada ano de exercício os excedentes de produção de actividades dos medicamentos e de produtos e serviços prestados provenientes ou oriundos das mesmas actividades, bem como de percursos, matérias-primas e matérias subsidiárias constantes do presente diploma da vida do reino de Portugal e comunicar ao correspondente ministério da pesca, do pescado e do plâncton, da pecuária e dos animais, da agricultura e dos vegetais, da extracção e dos minerais ou da indústria respectivo, que observará a nível do império português e internacional às instâncias competentes de cada estado soberano da existência de excedentes produtivos, de modo a acordar a sua transferência comercial.

3 – Sempre que existam indícios que a operação de importação, introdução, exportação ou expedição de actividades dos medicamentos e de produtos e serviços prestados provenientes ou oriundos das mesmas actividades, bem como de percursos, matérias-primas e matérias subsidiárias constantes do presente diploma se destinam à produção, fabrico ou transacções com fins ilícitos, as entidades responsáveis pela vigilância, transporte ou licenciamento informam no imediato momento as autoridades jurídicas, para que accionem as autoridades judiciais com vista à sua investigação.

4 – Compete ao respectivo ministério da pesca, do pescado e do plâncton, da pecuária e dos animais, da agricultura e dos vegetais, da extracção e dos minerais ou da indústria respectivo comunicar ao real supremo tribunal de justiça português por via da cópia das declarações, todas as importações, introduções, exportações ou expedições de actividades dos medicamentos e de produtos e serviços prestados provenientes ou oriundos das mesmas actividades, bem como de percursos, matérias-primas e matérias subsidiárias constantes do presente diploma, mencionando as respectivas entidades envolvidas do processo e respectivos estados soberanos.

5 – O real instituto farmacêutico português no âmbito da sua competência para a concessão de autorizações de produção, fabrico e comercialização de actividades dos medicamentos e de produtos e serviços prestados provenientes ou oriundos das mesmas actividades, adoptará em cada momento as medidas que entender necessárias e exigidas ao rigoroso e integro controlo das referidas operações.

6 – Aos produtores, fabricantes, importadores, introdutores, exportadores, expedidores, grossistas ou retalhistas licenciados e autorizados a produzir, fabricar ou comercializar actividades dos medicamentos e produtos e serviços prestados provenientes ou oriundos das mesmas actividades, bem como percursos, matérias-primas ou matérias subsidiárias constantes do presente diploma, que detiverem conhecimento de encomendas ou operações suspeitas e que não denunciarem às entidades fiscalizadoras nacionais, pode

tendo presente a gravidade do facto ser-lhe retirado a licença ou revogada a autorização, sem prejuízo da aplicação do respectivo processo criminal.

7 - Mediante portaria conjunta das áreas presidenciais da saúde, da indústria, da pesca, do pescado e do plâncton, da pecuária e dos animais, da agricultura e dos vegetais, da extracção e dos minerais, humana, natural, universal, da ordem e da justiça pode ser proibida a produção, fabrico, emprego, comércio, distribuição, importação, introdução, exportação, expedição, trânsito, transporte, a detenção por qualquer título, o uso e utilização de produtos ou serviços prestados provenientes ou oriundos das actividades dos medicamentos, bem como de percursores, matérias-primas e matérias subsidiárias constantes do presente diploma, sempre que essa medida se revele a mais apropriada para salvaguardar, defender e proteger a saúde pública e impedir o tráfico e a comercialização ilícita de produtos ou serviços prestados provenientes ou oriundos das actividades dos medicamentos, bem como de percursores, matérias-primas ou matérias subsidiárias constantes do presente diploma.

8 - A fiscalização, o controlo e a regulamentação prevista no presente artigo, não prejudicam a ponderação em todo o momento de medidas mais estritas, de modo e forma ao pleno, íntegro e rigoroso modo de processamento das actividades e acções constantes do presente diploma.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – COMPETÊNCIA FISCALIZADORA DOS ÓRGÃOS DE SOBERANIA FISCAIS E DAS ENTIDADES ALFANDEGÁRIAS.

1 - Sem prejuízo das competências dos órgãos de soberania jurídicos, da guarda real portuguesa e do real instituto farmacêutico português e no sentido da máxima transparência de todo o processo, compete aos órgãos de soberania fiscais fiscalizar entre outras, as actividades de comércio, distribuição, aquisição, venda, transporte, entrega e detenção de actividades dos medicamentos e de produtos e serviços prestados provenientes ou oriundos das mesmas actividades, bem como de percursores, matérias-primas e matérias subsidiárias constantes do presente diploma e às entidades alfandegárias fiscalizar as actividades de importação, exportação, introdução e expedição, trânsito e transbordo em espaço territorial português.

2 - Na fiscalização das actividades autorizadas referidas no número anterior pode a qualquer momento ser feita inspecção aos locais de produção, fabrico, comércio, às instalações e meios de transporte e ser solicitada a apresentação e exibição de licenças, certificados, documentos, registos e produtos da actividade respectivos.

3 - As infracções detectadas são comunicadas no imediato momento às autoridades jurídicas que accionaram as autoridades judiciais com vista à investigação criminal e ao apuramento da veracidade da integridade de todo o processo.

4 - As entidades alfandegárias dão no imediato momento conhecimento ao real supremo tribunal de justiça português das operações de desalfandegamento que tenham por objectivo actividades dos medicamentos e produtos provenientes ou oriundos das mesmas actividades, bem como percursores, matérias-primas e matérias subsidiárias

constantes do presente diploma, com identificação do importador ou exportador, fornecedor ou cliente e designação do estado soberano, bem como da entidade transportadora, nacionalidade e licença de posse e detenção das mesmas ou dos mesmos.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – DEVER DE COMUNICAÇÃO.

1 – Compete à guarda real portuguesa comunicar e informar o órgão de soberania jurídico da respectiva área de circunscrição, das apreensões de actividades dos medicamentos e de produtos e serviços prestados provenientes ou oriundos das mesmas actividades, bem como de percursores, matérias-primas e matérias subsidiárias constantes do presente diploma, à margem da lei e das licenças, autorizações e concessões obrigatórias para o mesmo fim, de modo ao respectivo e imediato procedimento criminal.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – SEGURANÇA, ARRECADAÇÕES REAIS E TRANSPORTE.

1 – A defesa, protecção e segurança de infra-estruturas de produção e fabrico, de armazenamento e embalagem de actividades dos medicamentos e de produtos e serviços prestados provenientes ou oriundos das mesmas actividades, bem como dos estabelecimentos de venda ao público é da competência da guarda real portuguesa, que a exercerá no âmbito das suas funções de defesa, protecção e ordem das populações e dos seus haveres.

2 – O real instituto farmacêutico português possuirá arrecadações reais concelhias no espaço territorial português para produtos provenientes ou oriundos das actividades dos medicamentos constantes do presente diploma, após a sua apreensão, produção ou fabrico e procederão com os seus próprios técnicos à sua rigorosa quantificação e qualificação de modo e forma a serem colocados no mercado de consumo ou à sua destruição declarada por sentença jurídica.

3 – Toda a acção de transporte no espaço territorial português das infra-estruturas de produção e fabrico de produtos provenientes ou oriundos das actividades dos medicamentos constantes do presente diploma para a arrecadação real competente e das arrecadações reais para os sectores de actividade económicos destes bens dependentes e para os estabelecimentos de venda ao público, didácticos e de investigação científica é da competência exclusiva do real instituto farmacêutico português, estando toda a acção de transporte exportadora para com os estados constituintes do império português e com o mundo a cargo dos mercadores portugueses.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – CIRCULAÇÃO INTERNACIONAL DE CIDADÃOS.

1 – Os cidadãos estrangeiros que se apresentem nas fronteiras portuguesas com documento médico justificativo da necessidade de consumo de produto proveniente ou oriundo das actividades dos medicamento, podem transportar para uso próprio os mesmos desde que devidamente embalados e nas quantidades exigidas para o número de dias de

permanência no espaço territorial português, num limite máximo de trinta dias e só no caso em que o mesmo produto não constar da lista dos produtos provenientes ou oriundos das actividades dos medicamentos em uso e utilização no mercado de consumo do reino de Portugal.

2 – A confirmação sempre que exigida pelas autoridades portuguesas da necessidade médica do uso de produto proveniente ou oriundo das actividades dos medicamentos, pode ser feita por qualquer médico inscrito na arte bastonária dos médicos, da respectiva área de circunscrição geográfica do posto de fronteira.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – PROVISÕES PARA MEIO DE TRANSPORTE INTERNACIONAL.

1 – É permitido nos termos da lei, o transporte internacional em embarcações, aviões, comboios e transportes rodoviários colectivos autorizados pelo estado soberano no qual está registado, de quantias reduzidas de produtos provenientes ou oriundos das actividades dos medicamentos, que se possam tornar necessários durante a viagem para ministrar os primeiros socorros, devidamente embalados.

2 – Os produtos provenientes ou oriundos das actividades dos medicamentos devem ser transportados em condições de segurança, de modo a evitar a sua subtracção ou descaminho e devem ser comunicados às autoridades alfandegárias no imediato momento de entrada em espaço territorial português.

3 – Compete às autoridades alfandegárias competentes portuguesas, proceder no imediato momento às verificações, inspecções ou quaisquer outras operações de controlo que se mostrem necessárias e exigidas a bordo dos mesmos meios de transporte.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – TAXAS.

1 – A apresentação de requerimentos, autorizações e licenças e suas renovações e todos os actos sujeitos a despacho pelas entidades competentes previstos no presente diploma, estão dependentes do pagamento por parte dos interessados de uma taxa simbólica de valor a fixar por portaria conjunta das áreas presidenciais da justiça, da agricultura e dos vegetais, da pecuária e dos animais, da pesca, do pescado e do plâncton, da extracção e dos minerais, da indústria e da saúde, mediante parecer do real instituto farmacêutico português, sujeita a actualização anual, tendo em conta o índice médio de preços junto do consumidor oficialmente publicado e referente ao ano anterior.

2 – O produto das taxas reverte para as autoridades competentes envolvidas de cada um acto processual.

3 – Todos os actos constantes do número 1, serão processados com recurso a meios electrónicos de pagamento, sendo a falta de pagamento voluntária dos actos determinante para a suspensão automática de toda e qualquer autorização constante do presente diploma.

CAPÍTULO TERCEIRO – COORDENAÇÃO, COOPERAÇÃO E CONTROLO.

ARTIGO PRIMEIRO – DIRECÇÃO GERAL DAS ALFÂNDEGAS.

1 – Compete à direcção geral das alfândegas:

a) Zelar pelo cumprimento da legislação alfandegária do reino de Portugal e pelo rigor dos procedimentos aduaneiros relativos a actividades dos medicamentos e a produtos e serviços prestados provenientes ou oriundos das mesmas actividades, bem como percursos, matérias-primas e matérias subsidiárias em uso e utilização nas actividades constantes do presente diploma, delegando nas instâncias alfandegárias competentes o respectivo desembaraço aduaneiro;

b) Implementar os mecanismos adequados à completa identificação e controlo das mercadorias referidas no número anterior, de acordo com as especificações constantes da autorização respectiva, procedendo nos termos legais à recolha de amostras e à realização de exames e análises necessárias, precisas e exigidas a confirmar a veracidade da respectiva autorização;

c) Determinar o reforço das medidas exigidas a evitar a subtracção e desvio das mercadorias constantes para destino diferente do indicado na autorização, comunicando no imediato momento às autoridades policiais e militares da respectiva alfândega.

ARTIGO SEGUNDO – INFRACÇÕES ALFANDEGÁRIAS.

1 – A violação dos actos processuais alfandegários das actividades de importação, exportação, introdução, expedição, trânsito e transbordo, constitui crime, sendo julgado pelo órgão de soberania jurídico competente da área de circunscrição geográfica respectiva do processo.

ARTIGO TERCEIRO – COOPERAÇÃO INSTITUCIONAL.

1 – O real instituto farmacêutico português, órgãos de soberania jurídicos e fiscais, direcção geral das alfândegas, guarda real portuguesa, ministérios da agricultura e dos vegetais, da pecuária e dos animais, da pesca, do pescado e do plâncton, da extracção e dos minerais e da indústria respectivos, bem como todas as entidades envolvidas de todo o processo, deveram promover a troca de informações e implementar mecanismos para uma efectiva cooperação administrativa e técnica tendentes à execução das suas competências no âmbito do presente diploma.

ARTIGO QUARTO – DEVER DE DENÚNCIA.

1 – A todos os cidadãos ou entidades autorizados ou autorizadas ao exercício de actividades constantes do presente diploma, que constatem ou detenham o conhecimento

no exercício da sua actividade de encomendas ou transacções de actividades dos medicamentos e de produtos e serviços prestados provenientes ou oriundos das mesmas actividades, bem como percursos, matérias-primas e matérias subsidiárias em uso e utilização nas actividades constantes do presente diploma suspeitas de serem desviadas para fins ilícitos, compete a comunicação no imediato momento ao órgão de soberania jurídico da sua área de circunscrição geográfica, à guarda real portuguesa, direcção geral das alfândegas ou real instituto farmacêutico português dos mesmos factos, devendo a entidade visada diligenciar nos órgãos de soberania competentes as operações a realizar com vista ao apuramento da veracidade dos factos.

ARTIGO QUINTO – CONTROLO.

1 – À área presidencial da indústria compete o controlo dos estabelecimentos artesanais e industriais onde se realiza a produção e o fabrico de produtos provenientes ou oriundos das actividades dos medicamentos, bem como o controlo dos percursos, matérias-primas e matérias subsidiárias, modos, métodos e técnicas em uso e utilização no exercício do processo laboral.

2 – À área presidencial da agricultura e dos vegetais, da pecuária e dos animais, da pesca, do pescado e do plâncton ou da extracção e dos minerais compete o controlo das matérias-primas necessárias à produção e ao fabrico de produtos provenientes ou oriundos das actividades dos medicamentos constantes do presente diploma, modos, métodos e técnicas em uso e utilização no exercício do processo agrícola, pecuário, pesqueiro ou extractivo respectivamente.

3 – Ao real instituto farmacêutico português compete o controlo da qualidade dos produtos obtidos no acto de produção e fabrico e o controlo em todo o momento da integridade de todo o processo de produção, fabrico e comércio e todos os seus intervenientes.

4 – À guarda real portuguesa compete o controlo dos actos de consumo dos cidadãos livres ou sob prescrição médica, bem como dos cidadãos ou entidades envolvidos ou envolvidas do uso e utilização dos produtos para fins terapêuticos veterinários e botânicos, didácticos, de investigação científica ou com outros fins.

CAPÍTULO QUARTO – FARMACÊUTICOS E UNIDADES HOSPITALARES, VETERINÁRIAS, BOTÂNICAS, DESPORTIVAS E SECTORIAIS.

ARTIGO PRIMEIRO – CONCESSÃO DE ALVARÁS.

1 – Por despacho do real instituto farmacêutico português, podem ser concedidos alvarás de farmacêutico para o exercício da actividade de tratamento, produção, fabrico, preparação, secagem, conservação, embalamento ou engarrafamento e outras actividades de transformação dos medicamentos e compra e venda de toda a actividade dos medicamentos e produto proveniente ou oriundo das mesmas actividades liberalizada ou

liberalizado nos termos da lei, bem como para o leilão de produtos provenientes ou oriundos das actividades dos medicamentos.

ARTIGO SEGUNDO – TIPOS DE ALVARÁS.

1 – Tendo em consideração a actividade pretendida, as condições de segurança das instalações, as necessidades e exigências comerciais internas, imperiais portuguesa e internacionais e a aptidão e capacidade que os requerentes possuem para o exercício da respectiva actividade, são atribuídos os seguintes tipos de alvará:

- a) Alvará de farmacêutico do tipo 1, para a produção e tratamento de actividades dos medicamentos naturais e seus produtos incluindo a purificação;
- b) Alvará de farmacêutico do tipo 2, para a produção e tratamento de actividades dos medicamentos manipulados e seus produtos, incluindo a transformação de uns produtos noutros;
- c) Alvará de farmacêutico do tipo 3, para o fabrico e tratamento de actividades dos medicamentos químicos e seus produtos, incluindo a transformação de uns produtos noutros;
- d) Alvará de farmacêutico do tipo 4, para a compra e venda de produtos provenientes ou oriundos das actividades dos medicamentos humanos;
- e) Alvará de farmacêutico do tipo 5, para a compra e venda de produtos provenientes ou oriundos das actividades dos medicamentos animais;
- f) Alvará de farmacêutico do tipo 6, para a compra e venda de produtos provenientes ou oriundos das actividades dos medicamentos botânicos;
- g) Alvará de farmacêutico do tipo 7, para a preparação, secagem, conservação, embalamento ou engarrafamento e outras actividades de transformação dos medicamentos;
- h) Alvará de farmacêutico do tipo 8, único e exclusivo do real instituto farmacêutico português para a realização de leilões de produtos provenientes ou oriundos das actividades dos medicamentos.

2 – Os alvarás podem ser requeridos nos termos da lei por todo o cidadão ou entidade que reúna cumulativamente as seguintes condições:

- a) Seja maior de 18 anos;
- b) Se encontre em pleno uso de todos os seus direitos civis;
- c) Seja idóneo e íntegro, sendo o mesmo facto comprovado pela declaração do registo criminal;
- d) Seja portador de certificado médico;

e) Seja possuidor de instalações comerciais, industriais ou artesanais devidamente licenciadas e que observem as condições de segurança fixadas para a realização da actividade pretendida.

3 – Sempre que o requerente se apresente como pessoa colectiva, os requisitos mencionados nas alíneas a), b), c) e d) do número anterior tem que se verificar para o corpo administrativo num máximo de cinco elementos.

4 – O alvará de farmacêutico é concedido por um período de 5 anos, sendo renovável por igual período de tempo mediante a verificação das condições exigidas para a sua concessão.

5 – O alvará de farmacêutico só é concedido depois de verificadas as condições de segurança das instalações, as necessidades e exigências comerciais internas, imperiais portuguesa e internacionais, bem como depois de comprovada a aptidão e capacidade que os requerentes possuem para o exercício da respectiva actividade, podendo o real instituto farmacêutico português para o efeito, solicitar parecer às associações da classe e às ordens bastonárias respectivas.

6 – Os requisitos legais fixados no número 2, são de verificação obrigatória para pessoas singulares ou colectivas provenientes de estado soberano constituinte do império português ou de países terceiros.

7 – Para os efeitos previsto no número anterior pode o real instituto farmacêutico português proceder à equiparação de licenças para o exercício da actividade de farmacêutico do tipo 1 ao 3, emitidas por estado soberano constituinte do império português ou de países terceiros, sem prejuízo da aplicabilidade de eventuais tratados ou acordos de que Portugal seja no presente domínio parte celebrante ou aderente.

8 – Aos elementos do real instituto farmacêutico português, quando no activo, é interdito o exercício da actividade de filantrópico ou farmacêutico.

9 – Os titulares de alvará de farmacêutico, só podem exercer a sua actividade em estabelecimentos e locais licenciados para o devido efeito, de acordo com as normas de segurança definidas no seu licenciamento, podendo transaccionar para além dos bens, materiais e equipamentos de venda livre ou por prescrição médica, actividades dos medicamentos e produtos provenientes ou oriundos das mesmas actividades que no presente diploma se obriguem ao âmbito do respectivo alvará.

10 – O exercício de actividades de farmacêutico em quaisquer feiras, certames e exposições, carece da autorização prévia do real instituto farmacêutico português.

11 – As normas de funcionamento, obrigações, os requisitos da concessão e as taxas a cobrar pela emissão dos alvarás de farmacêutico são estabelecidos por portaria conjunta das áreas presidenciais da justiça, da indústria, humana e da saúde, mediante parecer do real instituto farmacêutico português.

ARTIGO TERCEIRO – PROIBIÇÃO DE CEDÊNCIA DE ALVARÁ.

1 – O alvará de farmacêutico não pode ser cedido a terceiro, devendo a sua transição ser processada com recurso à declaração de cessação da actividade emitida pelos órgãos de soberania fiscais.

ARTIGO QUARTO – CASSAÇÃO DO ALVARÁ.

1 – O real instituto farmacêutico português pode determinar a cassação do alvará de farmacêutico, sempre que:

- a) Se verifique incumprimento das disposições legais fixadas para o exercício da actividade respectiva;
- b) Haja alterações dos pressupostos em que se baseou a concessão do alvará;
- c) Sejam invocadas razões de segurança e de ordem pública.

2 – A cassação do alvará é precedida de um processo de inquérito, instituído pela guarda real portuguesa com todos os documentos atinentes à infracção e ao fundamento da cassação e com todos os elementos que se considerem exigidos e pertinentes a provar a veracidade dos factos imputados.

3 – A cassação do alvará obriga o farmacêutico no imediato momento do acto de cassação a encerrar as instalações e a abster-se de quaisquer actos relativos ao exercício da actividade, sob pena de incorrer no crime de desobediência qualificada, competindo à guarda real portuguesa a selagem no imediato momento das infra-estruturas até à deliberação da sentença pelo órgão de soberania jurídico competente do processo-crime.

ARTIGO QUINTO – COMÉRCIO ELECTRÓNICO ENTRE FILANTRÓPICOS E FARMACÊUTICOS NACIONAIS.

1 – É permitido aos titulares de alvará de filantrópico ou farmacêutico emitido pelo real instituto farmacêutico português, o comércio electrónico de bens entre filantrópicos e farmacêuticos nacionais que se obriguem ao âmbito do seu alvará.

2 – O comércio electrónico não dispensa que a aquisição de bens permitidos ao abrigo do presente diploma, seja titulada pelos originais ou fotocópias autenticadas dos documentos necessários à sua realização, nem que a sua entrega seja efectuada no estabelecimento do filantrópico ou farmacêutico, cujo alvará lhe permita a referida transacção, mantendo-se as obrigações legais inerentes à transferência dos bens.

3 – Compete ao real instituto farmacêutico português com base nos pedidos de reposição de existências subscritos pelos filantrópicos ou farmacêuticos nacionais, proceder com os sectores ministeriais da agricultura e dos vegetais, da pecuária e dos animais, da pesca, do pescado e do plâncton, da extracção e dos minerais e da indústria respectivos à declaração de importação, exportação, introdução ou expedição.

ARTIGO SEXTO – OBRIGAÇÕES ESPECIAIS DOS FARMACÊUTICOS NO EXERCÍCIO DA ACTIVIDADE.

1 – Os titulares de alvará de farmacêutico, para além de outras obrigações decorrentes do presente diploma, estão especialmente obrigados:

a) A exercer a actividade de acordo com o respectivo alvará e com as normas legais adjacentes ao próprio exercício;

b) A manter actualizados os registos informáticos de controlo obrigatórios;

c) A remeter às autoridades competentes cópia dos registos de controlo obrigatórios;

d) A observar com o máximo rigor as normas de segurança a que está sujeita a actividade;

e) A facultar às autoridades competentes sempre que por estas solicitado, o acesso aos registos obrigatórios, bem como à conferência dos produtos provenientes ou oriundos das actividades dos medicamentos em existência;

f) Às normas processuais materiais, técnicas e tecnológicas, emitidas pelo real instituto farmacêutico português relativas ao exercício da actividade.

ARTIGO SÉTIMO – ENTIDADES DOS MEDICAMENTOS HUMANOS.

1 – Todas as entidades dos medicamentos humanos nacionais procedem sempre que exigido, diariamente, semanalmente ou mensalmente à listagem das quantidades e qualidades de produtos provenientes ou oriundos das actividades dos medicamentos constantes do presente diploma transaccionados no âmbito do exercício da sua função comercial, remetendo ao real instituto farmacêutico português, para que proceda à respectiva autorização de reposição das existências dos mesmos ou de outros produtos constantes do presente diploma.

2 – Nas entidades dos medicamentos humanos nacionais a responsabilidade de controlo pelos produtos provenientes ou oriundos das actividades dos medicamentos constantes do presente diploma compete às direcções dos medicamentos, que fornecerão ao real instituto farmacêutico português e sempre que os mesmos requeridos os dados, elementos e informações exigidos à responsabilidade do acto.

ARTIGO OITAVO – ENTIDADES DOS MEDICAMENTOS ANIMAIS.

1 – Todas as entidades dos medicamentos animais nacionais procedem sempre que exigido, diariamente, semanalmente ou mensalmente à listagem das quantidades e qualidades de produtos provenientes ou oriundos das actividades dos medicamentos constantes do presente diploma transaccionados no âmbito do exercício da sua função comercial, remetendo ao real instituto farmacêutico português, para que proceda à

respectiva autorização de reposição das existências dos mesmos ou de outros produtos constantes do presente diploma.

2 – Nas entidades dos medicamentos animais nacionais a responsabilidade de controlo pelos produtos provenientes ou oriundos das actividades dos medicamentos constantes do presente diploma compete às direcções dos medicamentos, que fornecerão ao real instituto farmacêutico português e sempre que os mesmos requeridos os dados, elementos e informações exigidos à responsabilidade do acto.

ARTIGO NONO – ENTIDADES DOS MEDICAMENTOS BOTÂNICOS.

1 – Todas as entidades dos medicamentos botânicos nacionais procedem sempre que exigido, diariamente, semanalmente ou mensalmente à listagem das quantidades e qualidades de produtos provenientes ou oriundos das actividades dos medicamentos constantes do presente diploma transaccionados no âmbito do exercício da sua função comercial, remetendo ao real instituto farmacêutico português, para que proceda à respectiva autorização de reposição das existências dos mesmos ou de outros produtos constantes do presente diploma.

2 – Nas entidades dos medicamentos botânicos nacionais a responsabilidade de controlo pelos produtos provenientes ou oriundos das actividades dos medicamentos constantes do presente diploma compete às direcções dos medicamentos, que fornecerão ao real instituto farmacêutico português e sempre que os mesmos requeridos os dados, elementos e informações exigidos à responsabilidade do acto.

ARTIGO DÉCIMO – ENTIDADES DOS ACESSÓRIOS E DOS UTENSÍLIOS DOS MEDICAMENTOS.

1 – Todas as entidades dos acessórios e dos utensílios dos medicamentos nacionais procedem sempre que exigido, diariamente, semanalmente ou mensalmente à listagem das quantidades e qualidades de produtos provenientes ou oriundos das actividades dos medicamentos constantes do presente diploma transaccionados no âmbito do exercício da sua função comercial, remetendo ao real instituto farmacêutico português, para que proceda à respectiva autorização de reposição das existências dos mesmos ou de outros produtos constantes do presente diploma.

2 – Nas entidades dos acessórios e dos utensílios dos medicamentos nacionais a responsabilidade de controlo pelos produtos provenientes ou oriundos das actividades dos medicamentos constantes do presente diploma compete às direcções respectivas, que fornecerão ao real instituto farmacêutico português e sempre que os mesmos requeridos os dados, elementos e informações exigidos à responsabilidade do acto.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – PRESCRIÇÃO MÉDICA.

1 – Com excepção dos produtos provenientes ou oriundos das actividades dos medicamentos de venda livre constantes nas farmácias particulares de cada um lar, órgão de soberania, empresa ou instituição, pública ou privada, todos os produtos provenientes ou oriundos das actividades dos medicamentos para prevenção, tratamento, reabilitação e cura específicos constantes da tabela IV do artigo 2º, do capítulo primeiro, do presente título, só poderão ser fornecidos aos cidadãos para fins terapêuticos humanos, mediante apresentação de receita médica informatizada, numerada, com o número e nome do médico e do paciente envolvidos do processo terapêutico, a discriminação da patologia inerente ao seu consumo, data e quantidades do produto a fornecer e o preenchimento integral de toda a ficha técnica exigida nos termos da lei.

2 – A aprovação do modelo de receita referido no número anterior é precedida de parecer das áreas presidenciais da saúde no qual deveram ser escutados o real instituto farmacêutico português, as ordens dos médicos e farmacêuticos e a associação nacional de farmácias.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – PRESCRIÇÃO VETERINÁRIA E BIOQUÍMICA.

1 – Os produtos provenientes ou oriundos das actividades dos medicamentos constantes da tabela IV do artigo 2º, do capítulo primeiro, do presente título, poderão também ser fornecidas a cidadãos para fins veterinários ou botânicos, mediante apresentação de receita veterinária ou bioquímica informatizada numerada, com o número e nome do veterinário ou bioquímico prescriptor, com a referência do animal ou animais ou planta ou plantas envolvidos do processo, a discriminação da patologia inerente ao seu uso e utilização, data e quantidades do produto a fornecer e o preenchimento integral de toda a ficha técnica exigida nos termos da lei.

2 – A aprovação do modelo de receita referido no número anterior é precedida de parecer da área presidencial da saúde, da pecuária e dos animais, da agricultura e dos vegetais e da pesca, do pescado e do plâncton, no qual deveram ser escutados o real instituto farmacêutico português, as ordens dos médicos, veterinários, bioquímicos e farmacêuticos e a associação nacional de farmácias.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – OBRIGAÇÕES ESPECIAIS DOS FARMACÊUTICOS NA VENDA AO PÚBLICO.

1 – Só o farmacêutico ou auxiliar farmacêutico que o substitua na sua ausência ou impedimento, pode aviar receitas respeitantes a produtos provenientes ou oriundos das actividades dos medicamentos constantes da tabela IV do artigo 2º, do capítulo primeiro, do presente título, devendo cumprir nos termos da lei na própria receita com a identificação dos dados pessoais do responsável pelo seu aviamento, nomeadamente a menção ao documento de identificação com fotografia, nome e número correspondente.

2 – Todo o farmacêutico ou auxiliar farmacêutico que o substitua na sua ausência ou impedimento, deve recusar as receitas:

- a) Que não obedeçam aos termos da lei;
- b) Quando tiver fundadas dúvidas sobre a sua autenticidade;
- c) Tiverem decorrido mais de 30 dias sobre a sua prescrição;
- d) Já tiverem sido aviadas uma vez;
- e) Se o responsável pelo aviamento não possuir documento de identificação com fotografia, ou o mesmo suscite dúvidas face à sua autenticidade;
- f) O comprador se encontrar proibido da sua aquisição;

g) A própria transacção comercial envolva produtos provenientes ou oriundos das actividades dos medicamentos incompatíveis na mesma aquisição;

E deverá no imediato momento comunicar ao órgão de soberania jurídico da sua área de circunscrição, para que accione as autoridades judiciais para a respectiva investigação das irregularidades constantes.

3 – Não poderão ser fornecidas pelo farmacêutico e responsável clínico ou auxiliar farmacêutico e auxiliar clínico que o substitua na sua ausência ou impedimento quantias superiores às prescritas na receita.

4 – As farmácias e estabelecimentos de venda ao público de produtos provenientes ou oriundos das actividades dos medicamentos são obrigados a guardar as receitas de produtos provenientes ou oriundos das actividades dos medicamentos e de as remeter até ao dia 5 do mês seguinte à arrecadação real do real instituto farmacêutico português competente, de modo e forma a confirmar o rigoroso e integro desenvolvimento do processo.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – PROIBIÇÃO DE FORNECIMENTO.

1 – É proibida a entrega por farmacêutico ou auxiliar farmacêutico que o substitua na sua ausência ou impedimento de produtos provenientes ou oriundos das actividades dos medicamentos a cidadão com aparente perturbação psíquica, nomeadamente sob o efeito de álcool, plantas filantrópicas, substâncias ou preparações psicotrópicas, ou outros produtos com efeito análogo, bem como a menores de dezoito anos, sendo os mesmos entregues aos tutores ou responsáveis pela sua educação, guarda ou vigilância.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – CASOS DE URGENTE NECESSIDADE.

1 – Poderá em caso de urgente necessidade humana, nomeadamente em caso de cidadão estrangeiro, entidade de serviços de saúde ou outras situações, o farmacêutico ou auxiliar farmacêutico que o substitua na sua ausência ou impedimento, sob a sua responsabilidade e para uso imediato, fornecer sem receita médica, produto proveniente ou oriundo das actividades dos medicamento, desde que o total não exceda a dose máxima exigida ao cumprir as responsabilidades do facto envolto do seu consumo, sendo no imediato comunicado ao real instituto farmacêutico português as circunstâncias da

situação ocorrida e o nome do paciente, número e cartão de identificação a quem foi administrado ou da entidade requerente.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – FARMÁCIAS.

1 – Todas as farmácias nacionais procedem sempre que exigido, diariamente, semanalmente ou mensalmente à listagem das quantidades e qualidades de produtos provenientes ou oriundos das actividades dos medicamentos constantes do presente diploma transaccionados no âmbito do exercício da sua função comercial em cada um mês de exercício, remetendo à arrecadação real do real instituto farmacêutico português competente, para que proceda à respectiva autorização de reposição das existências dos mesmos ou de outros produtos constantes do presente diploma.

2 – Nas farmácias nacionais a responsabilidade de controlo pelos produtos provenientes ou oriundos das actividades dos medicamentos constantes do presente diploma compete às direcções farmacêuticas, que fornecerão ao real instituto farmacêutico português e sempre que os mesmos requeridos os dados, elementos e informações exigidos à responsabilidade do acto.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – VIVEIROS.

1 – Todos os viveiros nacionais procedem sempre que exigido, diariamente, semanalmente ou mensalmente à listagem das quantidades e qualidades de produtos provenientes ou oriundos das actividades dos medicamentos constantes do presente diploma transaccionados no âmbito do exercício da sua função comercial em cada um mês de exercício, remetendo à arrecadação real do real instituto farmacêutico português competente, para que proceda à respectiva autorização de reposição das existências dos mesmos ou de outros produtos constantes do presente diploma.

2 – Nos viveiros nacionais a responsabilidade de controlo pelos produtos provenientes ou oriundos das actividades dos medicamentos constantes do presente diploma compete às direcções de viveiro, que fornecerão ao real instituto farmacêutico português e sempre que os mesmos requeridos os dados, elementos e informações exigidos à responsabilidade do acto.

ARTIGO DÉCIMO OITAVO – ERVANÁRIOS.

1 – Todos os ervanários nacionais procedem sempre que exigido, diariamente, semanalmente ou mensalmente à listagem das quantidades e qualidades de produtos provenientes ou oriundos das actividades dos medicamentos constantes do presente diploma transaccionados no âmbito do exercício da sua função comercial em cada um mês de exercício, remetendo à arrecadação real do real instituto farmacêutico português competente, para que proceda à respectiva autorização de reposição das existências dos mesmos ou de outros produtos constantes do presente diploma.

2 – Nos ervanários nacionais a responsabilidade de controlo pelos produtos provenientes ou oriundos das actividades dos medicamentos constantes do presente diploma compete às direcções de ervanária, que fornecerão ao real instituto farmacêutico português e sempre que os mesmos requeridos os dados, elementos e informações exigidos à responsabilidade do acto.

ARTIGO DÉCIMO NONO – HORTOS.

1 – Todos os hortos nacionais procedem sempre que exigido, diariamente, semanalmente ou mensalmente à listagem das quantidades e qualidades de produtos provenientes ou oriundos das actividades dos medicamentos constantes do presente diploma transaccionados no âmbito do exercício da sua função comercial em cada um mês de exercício, remetendo à arrecadação real do real instituto farmacêutico português competente, para que proceda à respectiva autorização de reposição das existências dos mesmos ou de outros produtos constantes do presente diploma.

2 – Nos hortos nacionais a responsabilidade de controlo pelos produtos provenientes ou oriundos das actividades dos medicamentos constantes do presente diploma compete às direcções de horto, que fornecerão ao real instituto farmacêutico português e sempre que os mesmos requeridos os dados, elementos e informações exigidos à responsabilidade do acto.

ARTIGO VIGÉSIMO – HIPER-MERCADOS, SUPERMERCADOS E MERCADOS.

1 – Todos os hiper-mercados, supermercados e mercados nacionais procedem sempre que exigido, diariamente, semanalmente ou mensalmente à listagem das quantidades e qualidades de produtos provenientes ou oriundos das actividades dos medicamentos constantes do presente diploma transaccionados no âmbito do exercício da sua função comercial em cada um mês de exercício, remetendo à arrecadação real do real instituto farmacêutico português competente, para que proceda à respectiva autorização de reposição das existências dos mesmos ou de outros produtos constantes do presente diploma.

2 – Nos hiper-mercados, supermercados e mercados a responsabilidade de controlo pelos medicamentos constantes do presente diploma compete às direcções farmacêuticas, que fornecerão ao real instituto farmacêutico português e sempre que os mesmos requeridos os dados, elementos e informações exigidos à responsabilidade do acto.

ARTIGO VIGÉSIMO PRIMEIRO – OUTROS ESTABELECIMENTOS.

1 – Todos os estabelecimentos comerciais não mencionados nos artigos 7º ao 10º e 16º ao 20º, do presente capítulo que possuam produtos provenientes ou oriundos das actividades dos medicamentos constantes do presente diploma para venda ao público, procedem sempre que exigido, diariamente, semanalmente ou mensalmente à listagem

das quantidades e qualidades de produtos provenientes ou oriundos das actividades dos medicamentos constantes do presente diploma transaccionados no âmbito do exercício da sua função comercial em cada um mês de exercício, remetendo à arrecadação real do real instituto farmacêutico português competente, para que proceda à respectiva autorização de reposição das existências dos mesmos ou de outros produtos constantes do presente diploma.

2 – Nos estabelecimentos comerciais não mencionados nos artigos 7º ao 10ª e 16º ao 20º, do presente capítulo a responsabilidade de controlo pelos produtos provenientes ou oriundos das actividades dos medicamentos constantes do presente diploma compete às direcções respectivas, que fornecerão ao real instituto farmacêutico português e sempre que os mesmos requeridos os dados, elementos e informações exigidos à responsabilidade do acto.

ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO – UNIDADES DE SAÚDE.

1 – Todas as unidades de saúde nacionais procedem até ao dia 5 do mês seguinte à listagem das quantidades e qualidades de produtos provenientes ou oriundos das actividades dos medicamentos usados e utilizados nos processos de tratamento exercidos em cada um mês de exercício, com menção dos pacientes e das patologias inerentes a cada um processo, remetendo à arrecadação real do real instituto farmacêutico português competente, para que proceda à respectiva autorização de reposição das existências dos mesmos produtos ou de outros produtos constantes do presente diploma.

2 – Nas unidades de saúde a responsabilidade de controlo pelos produtos provenientes ou oriundos das actividades dos medicamentos compete às direcções clínicas, que fornecerão ao real instituto farmacêutico português e sempre que os mesmos requeridos os dados, elementos e informações exigidos à responsabilidade do acto.

ARTIGO VIGÉSIMO TERCEIRO – UNIDADES DE VETERINÁRIA E UNIDADES DE BOTÂNICA.

1 – Todos os jardins zoológicos, centros de reabilitação animal e matadouros municipais nacionais procedem até ao dia 5 do mês seguinte à listagem das quantidades e qualidades de produtos provenientes ou oriundos das actividades dos medicamentos usados e utilizados nos processos de tratamento exercidos em cada um mês de exercício, com menção dos animais e das patologias inerentes a cada um processo, remetendo à arrecadação real do real instituto farmacêutico português competente, para que proceda à respectiva autorização de reposição de existências dos mesmos produtos ou de outros produtos constantes do presente diploma.

2 – Todos os jardins botânicos, reservas naturais e centros de reabilitação botânicos nacionais procedem até ao dia 5 do mês seguinte à listagem das quantidades e qualidades de produtos provenientes ou oriundos das actividades dos medicamentos usados e utilizados nos processos de tratamento exercidos em cada um mês de exercício, com menção das espécies vegetais e das patologias inerentes a cada um processo, remetendo à arrecadação real do real instituto farmacêutico português competente, para

que proceda à respectiva autorização de reposição de existências dos mesmos produtos ou de outros produtos constantes do presente diploma.

3 – Nos jardins zoológicos, centros de reabilitação animal e matadouros municipais, bem como nos jardins botânicos, reservas naturais e centros de reabilitação botânicos a responsabilidade de controlo pelos produtos provenientes ou oriundos das actividades dos medicamentos compete às direcções veterinárias ou botânicas respectivamente, que fornecerão ao real instituto farmacêutico português e sempre que os mesmos requeridos os dados, elementos e informações exigidos à responsabilidade do acto.

ARTIGO VIGÉSIMO QUARTO – DEPARTAMENTOS CLÍNICOS DESPORTIVOS E DEPARTAMENTOS CLÍNICOS SECTORIAIS.

1 – Todos os departamentos clínicos desportivos e departamentos clínicos sectoriais presentes nos órgãos de soberania, empresas e instituições, públicas e privadas procedem até ao dia 5 do mês seguinte à listagem das quantidades e qualidades de produtos provenientes ou oriundos das actividades dos medicamentos usados e utilizados nos processos de tratamento exercidos em cada um mês de exercício, com menção dos pacientes e das patologias inerentes a cada um processo, remetendo à arrecadação real do real instituto farmacêutico português competente, para que proceda à respectiva autorização de reposição das existências dos mesmos produtos ou de outros produtos constantes do presente diploma.

2 – Nos departamentos clínicos desportivos e departamentos clínicos sectoriais a responsabilidade de controlo pelos produtos provenientes ou oriundos das actividades dos medicamentos compete às direcções clínicas, que fornecerão ao real instituto farmacêutico português e sempre que os mesmos requeridos os dados, elementos e informações exigidos à responsabilidade do acto.

ARTIGO VIGÉSIMO QUINTO – OBRIGAÇÕES ESPECIAIS DOS FARMACÊUTICOS NA PREPARAÇÃO, SECAGEM, CONSERVAÇÃO, EMBALAMENTO OU ENGARRAFAMENTO E OUTRAS ACTIVIDADES DE TRANSFORMAÇÃO DOS MEDICAMENTOS.

1 – É obrigatória aos farmacêuticos na preparação, secagem, conservação, embalagem ou engarrafamento e outras actividades de transformação dos medicamentos a comunicação às autoridades policiais dos cidadãos ou entidades não registados ou registadas nos termos da lei social e fiscal, de modo e forma às autoridades policiais apurarem as irregularidades verificadas.

ARTIGO VIGÉSIMO SEXTO – ENTIDADES DE PREPARAÇÃO, SECAGEM, CONSERVAÇÃO, EMBALAMENTO OU

ENGARRAFAMENTO E OUTRAS ACTIVIDADES DE TRANSFORMAÇÃO DOS MEDICAMENTOS.

1 – Todas as entidades de preparação, secagem, conservação, embalamento ou engarrafamento e outras actividades de transformação dos medicamentos nacionais procedem sempre que exigido, diariamente, semanalmente ou mensalmente à listagem das quantidades e qualidades de produtos provenientes ou oriundos das actividades dos medicamentos constantes do presente diploma transaccionados no âmbito do exercício da sua função comercial, remetendo à reserva real do real instituto farmacêutico português competente, para que proceda à respectiva autorização de reposição das existências dos mesmos ou de outros produtos constantes do presente diploma.

2 – Nas entidades de preparação, secagem, conservação, embalamento ou engarrafamento e outras actividades de transformação dos medicamentos nacionais a responsabilidade de controlo pelos produtos provenientes ou oriundos das actividades dos medicamentos constantes do presente diploma compete às direcções dos medicamentos, que fornecerão ao real instituto farmacêutico português e sempre que os mesmos requeridos os dados, elementos e informações exigidos à responsabilidade do acto.

ARTIGO VIGÉSIMO SÉTIMO – CONTROLO DE RECEITUÁRIO.

1 – Compete ao real instituto farmacêutico português proceder todos os anos ao inventário das receitas médicas, veterinárias e bioquímicas, nome dos médicos, veterinários e bioquímicos prescritores, as entidades de prescrição, nome dos pacientes ou referência dos animais ou das espécies botânicas a quem foram administrados produtos provenientes ou oriundos das actividades dos medicamentos, com a respectiva menção dos fins a que se destinaram e ao respectivo espaço geográfico do seu uso, utilização e consumo em termos municipais, concelhios e regionais.

2 – Compete ao real instituto farmacêutico português investigar as situações que registe no controlo de receituário relativamente a paciente, rebanhos ou espécie botânica cujo consumo de produtos provenientes ou oriundos das actividades dos medicamentos seja de alguma forma anormal e desenquadrado com o seu quadro patológico.

ARTIGO VIGÉSIMO OITAVO – CONTROLO DE CONSUMO.

1 – Compete ao real instituto farmacêutico português proceder todos os anos ao inventário dos sectores de actividade económicos dependentes de actividades dos medicamentos e de produtos e serviços prestados provenientes ou oriundos das mesmas actividades, bem como estimar as quantidades do seu consumo em cada um ano de exercício, com a respectiva menção dos fins a que se destinaram e ao respectivo espaço geográfico do seu uso, utilização e consumo em termos municipais, concelhios e regionais.

2 – Compete ao real instituto farmacêutico português investigar as situações que registe no controlo de consumo relativamente aos sectores de actividade económicos cujo consumo de actividades dos medicamentos e de produtos e serviços prestados

provenientes ou oriundos das mesmas actividades, seja de alguma forma anormal e desenquadrado da moderação e suficiência exigida à condição de responsabilidade e sociabilidade do reino de Portugal.

ARTIGO VIGÉSIMO NONO – SUBTRACÇÃO, EXTRAVIO E DETERIORAÇÃO.

1 – A subtracção, extravio e a deterioração de produtos provenientes ou oriundos das actividades dos medicamentos, bem como de percursores, matérias-primas e matérias subsidiárias constantes do presente diploma são no imediato momento do conhecimento dos factos, comunicados pelo cidadão ou entidade ao órgão de soberania jurídico da respectiva área de circunscrição geográfica, que accionará no imediato as autoridades judiciais, para a sua investigação, devendo todos os funcionários da entidade respectiva e responsáveis administrativos prestar a plena e total colaboração para o apuramento da veracidade do processo e do seu autor ou autores morais, bem como comunicar ao real instituto farmacêutico português o mesmo facto indicando com todo o pormenor possível a descrição dos factos, indicando a qualidade e quantidades de produto desaparecidos e fornecendo todos os elementos de prova que possuir ou remetendo por via das arrecadações reais do real instituto farmacêutico português ao real instituto farmacêutico português o produto deteriorado, para a sua avaliação e possível destruição.

2 – Idêntico procedimento devem adoptar os cidadãos ou entidades envolvidos ou envolvidas do exercício das actividades constantes do presente diploma relativo à subtracção, extravio ou deterioração de impressos, receitas, registos, documentos, certificados, licenças e autorizações exigidos nos termos da lei pelo presente diploma.

CAPÍTULO QUINTO – TRÁFICO, BRANQUEAMENTO E OUTRAS INFRACÇÕES.

ARTIGO PRIMEIRO – TRÁFICO E OUTRAS ACTIVIDADES ILÍCITAS.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que sem se encontrar dotado das licenças e autorização obrigatória para o exercício das actividades constantes do presente diploma, produzir, fabricar, preparar, oferecer, puser à venda, vender, distribuir, comprar, ceder, por qualquer título receber, proporcionar a outrem, transportar, importar, exportar, introduzir ou expedir, fizer transitar ou ilicitamente detiver, com excepção da detenção de quantias diminutas de produtos provenientes ou oriundos das actividades dos medicamentos para consumo próprio, actividades dos medicamentos, ou produtos ou serviços prestados provenientes ou oriundos das mesmas actividades; ou

2 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que agindo de má-fé e contrariando a integridade do processo de licenciamento, certificação e autorização concedidos para o exercício de actividades constantes do presente diploma:

a) O deturpe, deforme e use para fins que não os propostos na respectiva autorização;

b) Produzir ou fabricar actividades dos medicamentos em uso e utilização no consumo das famílias e dos sectores de actividade económicos destas dependentes, bem como produzir ou fabricar produtos ou serviços prestados provenientes ou oriundos das mesmas actividades diferentes do que consta do título de autorização;

c) Deturpar e adulterar modos, métodos e técnicas em uso e utilização na produção ou fabrico de actividades dos medicamentos em uso e utilização no consumo das famílias e dos sectores de actividade económicos destas dependentes, bem como na produção ou fabrico de produtos ou serviços prestados provenientes ou oriundos das mesmas actividades;

d) Não denunciar na íntegra os montantes totais das quantidades obtidas no exercício da sua actividade económica, seja agrícola, pecuária, pesqueira, extractiva, industrial ou comercial;

e) Não transferir o total das quantidades do produto obtido no exercício da sua actividade para a arrecadação real do real instituto farmacêutico português competente;

f) Substituir responsável ou elemento da equipa técnica em exercício, bem como transferir zona de produção ou fabrico, instalação, sem comunicar ao real instituto farmacêutico português no prazo de cinco dias a manutenção da autorização concedida; ou

g) Ceder, introduzir ou diligenciar por que outrem introduza no mercado de consumo actividades dos medicamentos, ou produtos ou serviços prestados provenientes ou oriundos das mesmas actividades;

é punido:

a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 21 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

3 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos, pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envolvidas e se o produto for proibido;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou

c. Um terço da pena se o acto lesivo agravar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

4 – EXCLUSÃO, Exclui-se de pena quem denunciar em tempo justo os actos preparatórios, a tentativa ou a prática do crime, as origens, causas e consequências da sua existência e os seus autores materiais.

5 – A punição pelos crimes previstos nos números anteriores é exercida mesmo que os factos que integram a infracção tenham sido praticados fora do espaço territorial português, ou que se ignore o local da prática do facto ou a identidade dos seus autores.

6 – Se do acto crime:

a) Resultar a morte de cidadãos, o autor é punido:

a. Pelas consequências do acto praticado;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao total do número de anos que medeiam entre a idade de cada uma vítima no momento dos factos e a estimativa média de vida dos cidadãos, os 85 anos, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o cônjuge ou cônjuges e para os familiares directos;

c. Numa pena nunca inferior a 21 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e a água;

h. Com direito a um dia de visita mensal;

b) Resultarem lesões para cidadãos e a exigência de cuidados, tratamentos e intervenções de saúde, os mesmos serão suportados pelo autor na íntegra e pelo período de tempo no qual os mesmos se prolongarem, mesmo que em liberdade depois de cumprida a pena de cadeia efectiva.

ARTIGO SEGUNDO – MATÉRIAS-PRIMAS E MATÉRIAS SUBSIDIÁRIAS.

1 – A todos os produtores, fabricantes, importadores, introdutores, exportadores, expedidores, comerciantes ou distribuidores de matérias-primas e matérias subsidiárias susceptíveis de uso e utilização em actividades constantes do presente diploma, é exigido com o máximo rigor e integridade a comunicação ao real instituto farmacêutico português até ao dia 5 do mês seguinte do inventário pormenorizado em termos quantitativos e qualitativos dos bens materiais, bem como o nome e número de contribuinte de todos os cidadãos e entidades requerentes.

2 - Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que contrariando o processo de licenciamento, certificação e autorização obrigatório, possua, detenha, produza, fabrique, comercialize, importe, introduza, exporte, expeda, transporte ou distribua à margem da lei, matérias-primas ou matérias subsidiárias susceptíveis de uso e utilização em actividades constantes do presente diploma ou que não remeta nos tempos correctos o inventário das existências ao real instituto farmacêutico português, é punido:

- a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa pena nunca inferior a 21 anos;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

3 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos, pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas e se a matéria-prima ou matéria subsidiária for proibida no seu uso, utilização e consumo;
- b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou
- c. Um terço da pena se o acto lesivo agravar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

4 – EXCLUSÃO, Exclui-se de pena quem denunciar em tempo justo os actos preparatórios, a tentativa ou a prática do crime, as origens, causas e consequências da sua existência e os seus autores materiais.

5 – A punição pelos crimes previstos nos números anteriores é exercida mesmo que os factos que integram a infracção tenham sido praticados fora do espaço territorial português, ou que se ignore o local da prática do facto ou a identidade dos seus autores.

ARTIGO TERCEIRO – PERCURSORES.

1 – A todos os produtores, fabricantes, importadores, introdutores, exportadores, expedidores, comerciantes ou distribuidores de equipamentos, máquinas, instrumentos, ferramentas e acessórios susceptíveis de uso e utilização em actividades constantes do presente diploma, é exigido com o máximo rigor e integridade a comunicação ao real instituto farmacêutico português até ao dia 5 do mês seguinte do inventário pormenorizado em termos quantitativos e qualitativos dos bens materiais, bem como o nome e número de contribuinte de todos os cidadãos e entidades requerentes.

2 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que contrariando o processo de licenciamento, certificação e autorização obrigatório, possua, detenha, produza, fabrique, comercialize, importe, introduza, exporte, expeda, transporte ou distribua à margem da lei, equipamentos, máquinas, instrumentos, ferramentas e acessórios susceptíveis de uso e utilização em actividades constantes do presente diploma ou que não remeta nos tempos correctos o inventário das existências ao real instituto farmacêutico português, é punido:

a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 21 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

3 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos, pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas e se o percursor for proibido no seu uso, utilização e consumo;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou

c. Um terço da pena se o acto lesivo agravar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

4 – EXCLUSÃO, Exclui-se de pena quem denunciar em tempo justo os actos preparatórios, a tentativa ou a prática do crime, as origens, causas e consequências da sua existência e os seus autores materiais.

5 – A punição pelos crimes previstos nos números anteriores é exercida mesmo que os factos que integram a infracção tenham sido praticados fora do espaço territorial português, ou que se ignore o local da prática do facto ou a identidade dos seus autores.

ARTIGO QUARTO – TRÁFICO DE MENOR GRAVIDADE.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição, que possuir e deter quantias diminutas de medicamentos que excedam a dose diária de consumo para um mês de trinta dias e que não ultrapassem a dose diária de consumo para mais de 90 dias, é punido:

a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente a 183 dias, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Na real prisão portuguesa da sua área de residência;

d. No exercício de funções de cariz prisional;

e. Com um dia de pausa mensal;

f. Com uma alimentação ao jantar a pão e água;

g. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou

c. Um terço da pena se o acto lesivo agravar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

3 – EXCLUSÃO, Exclui-se de pena quem denunciar o modo e a forma como no momento possuía as quantidades irregulares do produto, bem como o autor moral que permitiu que tal infracção à lei fosse cometida.

ARTIGO QUINTO – ABUSO DE EXERCÍCIO DE PROFISSÃO.

1 – Todo o médico, veterinário ou bioquímico que:

a) Subscrava uma receita, ministre ou entregue medicamento com fins não terapêuticos;

b) Que não procedam ao disposto nos artigos 11º e 12º, do capítulo quarto, do presente título, referente à integridade do processamento de receita médica, veterinária ou bioquímica; ou

c) Não comunicar no prazo de vinte e quatro horas após o conhecimento do facto, o extravio, subtracção e deterioração de receitas, certificados, licenças ou autorizações, ao órgão de soberania jurídico da sua área de circunscrição geográfica e ao real instituto farmacêutico português; ou

2 – Todo o farmacêutico ou auxiliar farmacêutico que o substitua na sua ausência ou impedimento ou todo o responsável clínico ou auxiliar clínico por estabelecimento de venda ao público de actividades dos medicamentos e de produtos provenientes ou oriundos das mesmas actividades que:

a) Vender ou entregar produto proveniente ou oriundo das actividades dos medicamentos com fins não terapêuticos;

b) Fornecer com excepção dos casos de urgente necessidade humana, produto proveniente ou oriundo das actividades dos medicamentos sem a respectiva receita médica;

c) Vender ou entregar produto proveniente ou oriundo das actividades dos medicamentos a cidadão com aparente anomalia psíquica ou a cidadão menor;

d) Fornecer produto proveniente ou oriundo das actividades dos medicamentos a cidadão proibido da sua aquisição;

e) Fornecer produto proveniente ou oriundo das actividades dos medicamentos incompatíveis na mesma compra;

f) Fornecer a cidadão produto proveniente ou oriundo das actividades dos medicamentos violando o período de tempo compreendido pela proibição da sua aquisição;

g) Vender ou entregar quantidades de produtos provenientes ou oriundos das actividades dos medicamentos superiores às mencionadas em receita médica, veterinária ou bioquímica;

h) Aviar receita tendo decorridos mais de 30 dias da sua prescrição;

i) Não observar a respectiva identificação do responsável pelo aviamento de receita de medicamentos;

j) Não corresponder às obrigações constantes do presente diploma para com o real instituto farmacêutico português; ou

l) Não comunicar no prazo de vinte e quatro horas após o conhecimento do facto, o extravio, subtracção e deterioração de produtos provenientes ou oriundos das actividades dos medicamentos, receitas, bem como de impressos, documentos, registos, certificados, licenças ou autorizações, ao órgão de soberania jurídico da sua área de circunscrição geográfica e ao real instituto farmacêutico português;

é punido:

a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 7 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

3 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou

c. Um terço da pena se o acto lesivo for praticado em prejuízo de cidadão com aparente perturbação psíquica, em cidadão menor de 18 anos ou em cidadão ao seu cuidado, tratamento, vigilância, guarda ou educação, ou se agravar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

4 – Se do acto crime:

a) Resultar a morte de cidadãos, o autor é punido:

a. Pelas consequências do acto praticado;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao total do número de anos que medeiam entre a idade de cada uma vítima no momento dos factos e a estimativa média de vida dos cidadãos, os 85 anos, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o cônjuge ou cônjuges e para os familiares directos;

c. Numa pena nunca inferior a 21 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e a água;

h. Com direito a um dia de visita mensal;

b) Resultarem lesões para cidadãos e a exigência de cuidados, tratamentos e intervenções de saúde, os mesmos serão suportados pelo autor na íntegra e pelo período de tempo no qual os mesmos se prolongarem, mesmo que em liberdade depois de cumprida a pena de cadeia efectiva.

ARTIGO SEXTO – ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que promover, fundar ou financiar grupo, organização ou associação de dois ou mais cidadãos, que actuando concertadamente, vise praticar algum dos crimes previstos no presente diploma;

2 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que prestar colaboração directa ou indirecta, aderir ou apoiar grupo, organização ou associação referida no número anterior;

3 – Todo o cidadão que chefiar, liderar ou dirigir grupo, organização ou associação referida no número 1; ou

4 - Se o grupo, organização ou associação tiver como finalidade ou actividades a conversão, transferência, dissimulação ou receptação de bens materiais ou produtos dos crimes previstos no presente diploma;

é punido:

a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

- c. Numa pena nunca inferior a 21 anos;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
- f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

5 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
- b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou
- c. Um terço da pena se o acto lesivo agravar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

6 – EXCLUSÃO, Exclui-se de pena quem denunciar em tempo justo os actos preparatórios, a tentativa ou a prática do crime, as origens, causas e consequências da sua existência e os seus autores materiais.

7 – Se do acto crime:

a) Resultar a morte de cidadãos, o autor é punido:

a. Pelas consequências do acto praticado;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao total do número de anos que medeiam entre a idade de cada uma vítima no momento dos factos e a estimativa média de vida dos cidadãos, os 85 anos, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o cônjuge ou cônjuges e para os familiares directos;

c. Numa pena nunca inferior a 21 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e a água;

h. Com direito a um dia de visita mensal;

b) Resultarem lesões para cidadãos e a exigência de cuidados, tratamentos e intervenções de saúde, os mesmos serão suportados pelo autor na íntegra e pelo período de tempo no qual os mesmos se prolongarem, mesmo que em liberdade depois de cumprida a pena de cadeia efectiva.

ARTIGO SÉTIMO – INCITAMENTO AO USO, UTILIZAÇÃO E CONSUMO.

1 – Todo o cidadão que induzir, incitar ou instigar outrem, em público ou em privado ou por qualquer modo facultar o uso, utilização ou consumo ilícito de actividades dos medicamentos, ou produtos ou serviços prestados provenientes ou oriundos das mesmas actividades, é punido:

- a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa pena nunca inferior a 7 anos;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
- b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou

c. Um terço da pena se o acto lesivo for praticado em prejuízo de cidadão com aparente perturbação psíquica, em cidadão menor de 18 anos ou em cidadão ao seu cuidado, tratamento, vigilância, guarda ou educação, ou se agravar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

3 – Se do acto crime:

- a) Resultar a morte da vítima, o autor é punido:
 - a. Pelas consequências do acto praticado;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao total do número de anos que medeiam entre a idade da vítima no momento dos factos e a estimativa média de vida dos cidadãos, os 85 anos, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o cônjuge ou cônjuges e para os familiares directos;

c. Numa pena nunca inferior a 21 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e a água;

h. Com direito a um dia de visita mensal;

b) Resultarem lesões para a vítima e a exigência de cuidados, tratamentos e intervenções de saúde, os mesmos serão suportados pelo autor na íntegra e pelo período de tempo no qual os mesmos se prolongarem, mesmo que em liberdade depois de cumprida a pena de cadeia efectiva.

ARTIGO OITAVO – TRÁFICO E CONSUMO ILÍCITO EM LUGARES PÚBLICOS OU DE REUNIÃO.

1 – Todo o proprietário, gerente, director ou demais responsável pela exploração de um estabelecimento de restauração, casa ou recinto de reunião, de espectáculos ou de diversão que consentir que esse espaço seja utilizado para tráfico ou uso, utilização ou consumo ilícito de actividades dos medicamentos, ou de produtos ou serviços prestados provenientes ou oriundos das mesmas actividades; ou

2 – Todo o proprietário ou responsável por habitação, edifício, recinto vedado ou meio de transporte que consentir que o mesmo seja utilizado para tráfico ou uso, utilização ou consumo ilícito de actividades dos medicamentos, ou de produtos ou serviços prestados provenientes ou oriundos das mesmas actividades;

é punido:

a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 7 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

3 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envolvidas;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou

c. Um terço da pena se o acto lesivo for praticado por cidadão com aparente perturbação psíquica, por cidadão menor de 18 anos ou por cidadão ao seu cuidado, tratamento, vigilância, guarda ou educação, ou se agravar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

4 – Se do acto crime:

a) Resultar a morte de cidadãos, o autor é punido:

a. Pelas consequências do acto praticado;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao total do número de anos que medeiam entre a idade de cada uma vítima no momento dos factos e a estimativa média de vida dos cidadãos, os 85 anos, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o cônjuge ou cônjuges e para os familiares directos;

c. Numa pena nunca inferior a 21 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e a água;

h. Com direito a um dia de visita mensal;

b) Resultarem lesões para cidadãos e a exigência de cuidados, tratamentos e intervenções de saúde, os mesmos serão suportados pelo autor na íntegra

e pelo período de tempo no qual os mesmos se prolongarem, mesmo que em liberdade depois de cumprida a pena de cadeia efectiva.

5 – Só é aplicável o respectivo processo criminal e a pena após duas apreensões de actividades dos medicamentos, ou de produtos ou serviços prestados provenientes ou oriundos das mesmas actividades ilícitas, realizadas por autoridade policial, devidamente notificadas ao autor referido nos números 1 e 2 e não mediando entre elas o período superior a um ano, ainda que sem identificação dos detentores.

6 – Verificadas as condições do número anterior, é instaurado o respectivo processo criminal e deliberado na sentença judicial pelo encerramento temporário ou definitivo do espaço ou pela perda do imóvel ou meio de transporte para o estado.

ARTIGO NONO – DESOBEDIÊNCIA QUALIFICADA.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que se opuser, obstruir ou dificultar os actos de fiscalização realizados por autoridade de fiscalização competente, depois de advertido das consequências jurídicas do seu acto ou se recusar a negar a exibir certificados, documentos, autorizações, licenças, informações ou produtos da actividade em exercício constantes do presente diploma, é punido:

- a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa pena nunca inferior a 7 anos;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
- b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; e

c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

3 – Se do acto crime:

a) Resultar a morte de cidadãos, o autor é punido:

a. Pelas consequências do acto praticado;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao total do número de anos que medeiam entre a idade de cada uma vítima no momento dos factos e a estimativa média de vida dos cidadãos, os 85 anos, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o cônjuge ou cônjuges e para os familiares directos;

c. Numa pena nunca inferior a 21 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e a água;

h. Com direito a um dia de visita mensal;

b) Resultarem lesões para cidadãos e a exigência de cuidados, tratamentos e intervenções de saúde, os mesmos serão suportados pelo autor na íntegra e pelo período de tempo no qual os mesmos se prolongarem, mesmo que em liberdade depois de cumprida a pena de cadeia efectiva.

ARTIGO DÉCIMO – RESPONSABILIDADE PENAL DAS PESSOAS COLECTIVAS OU EQUIPARADAS.

1 – As pessoas colectivas e entidades equiparadas são responsáveis nos termos gerais, pelos crimes constantes do presente diploma.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – REPATRIAMENTO DE ESTRANGEIROS E ENCERRAMENTO DE ESTABELECIMENTO.

1 – Todo o cidadão, empresa ou instituição estrangeira com residência ou sede no espaço territorial português, condenado ou condenada pelos crimes constantes do presente diploma, serão no imediato repatriados para os seus estados soberanos de origem após cumprida em espaço territorial português a sentença condenatória, bem como será encerrado no imediato momento da sentença o respectivo estabelecimento e toda a sua actividade económica ou institucional, sendo considerado perdido a favor do estado todo

o bem imóvel e todos os bens materiais em uso e utilização no exercício da respectiva actividade.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – PERDA DE OBJECTOS.

1 – São declarados perdidos a favor do estado os objectos que tiverem servido ou estivessem destinados a servir para a prática de um dos crimes previstos no presente diploma ou que pelos mesmos actos tiverem sido produzidos.

2 – Todo o produto proveniente ou oriundo das actividades dos medicamentos, obtido por via de actos ilícitos, é sempre declarado perdido a favor do estado.

3 – O disposto nos números anteriores têm lugar ainda que nenhum cidadão ou entidade possa ser punido ou punida pelo facto.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – BENS MATERIAIS OU DIREITOS RELACIONADOS COM O FACTO.

1 – É perdido a favor do estado:

a) Toda a recompensa dada ou prometida aos autores de uma infracção prevista no presente diploma, para o próprio ou para terceiros;

b) Os bens materiais, direitos e vantagens que através da infracção cometida, tiverem sido directamente adquiridos pelo autor, para si ou para terceiros, sem prejuízo dos direitos de boa-fé de terceiros; ou

c) Os bens materiais, direitos e vantagens obtidos mediante transacção ou troca por outros bens materiais, direitos ou vantagens directamente conseguidos por meio da infracção.

2 – Caso a recompensa, bem material, direito ou vantagem referidos no número anterior não puder ser apropriado em espécie, a perda é substituída pelo pagamento ao estado do respectivo valor.

3 – Estão compreendidos neste artigo, imóveis, meios de transporte, móveis, electrodomésticos com excepção do frigorífico e do fogão, depósitos bancários à ordem e a prazo, títulos de garantia, débito e crédito, jóias, obras de arte e demais bens de fortuna.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – DEFESA DE DIREITOS DE BOA-FÉ DE TERCEIROS.

1 – Todo o terceiro que invocar a titularidade de bem material, direito ou vantagem, quando o mesmo sujeito a apreensão ou a medidas legalmente previstas aplicada a arguido por infracção constante do presente diploma, pode deduzir no processo a defesa dos seus direitos, através de requerimento em que alegue a sua boa-fé, indicando todos os elementos de prova.

2 – Entende-se por boa-fé a inocência de que os objectos estivessem nas situações previstas no artigo 12º, do presente capítulo.

3 – Ao requerimento a que se refere o número 1, é declarada a autorização do terceiro para que o órgão de soberania jurídico responsável pelo respectivo acto processual possa consultar os elementos pessoais e familiares que entenda necessário, preciso e exigido ao apuramento da veracidade da boa-fé constante, nomeadamente dados fiscais, sociais, notariais, financeiros e da área jogo, competindo ao respectivo órgão de soberania jurídico de forma célere e no mais curto espaço de tempo deduzir oposição.

4 – Realizadas as diligências necessárias, precisas e exigidas, o órgão de soberania jurídico decide.

5 – Se face à titularidade dos bens materiais, direitos ou vantagens a questão se revelar complexa ou susceptível de causar perturbação ao normal processamento dos actos processuais, pode o juiz determinar o adiamento da decisão até ao rigoroso apuramento da veracidade da sua propriedade.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – BENS TRANSFORMADOS, CONVERTIDOS OU MISTURADOS.

1 – Se as recompensas, bens materiais, direitos ou vantagens tiverem sido transformados ou convertidos em outros bens materiais, são estes perdidos a favor do estado, em substituição dos que lhe deram origem.

2 – Se as recompensas, bens materiais, direitos ou vantagens tiverem sido misturados com bens lícitamente adquiridos, são estes perdidos a favor do estado até à proporção do valor estimado dos que foram ilicitamente misturados.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – LUCROS E OUTROS BENEFÍCIOS.

1 – O disposto nos artigos 12º ao 15º, do presente capítulo é também aplicável aos juros, lucros, dividendos e outros benefícios obtidos por via dos bens nos mesmos referidos.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – DESTINO DOS BENS DECLARADOS PERDIDOS A FAVOR DO ESTADO.

1 – As recompensas, bens materiais, direitos ou vantagens declarados perdidos a favor do estado, reverterem para o órgão de soberania jurídico envolto do respectivo acto processual, constando da relação de receitas adquiridas no exercício da sua actividade jurídica.

2 – Os bens materiais considerados perdidos a favor do estado, são analisados, quantificados e qualificados de modo e forma à sua venda em hasta pública, sendo os bens materiais que pela sua natureza ou característica, possam vir a ser utilizados na

prática de crimes ou infracções à lei, destruídos no caso de não oferecerem quaisquer interesses criminalístico, científico ou didáctico.

3 – Na falta de convenção internacional, os bens materiais apreendidos a solicitação de estado estrangeiro ou os fundos provenientes da sua venda, são repartidos equitativamente entre o estado requerente e o estado requerido.

CAPÍTULO SEXTO – CONSUMO, UTILIZAÇÃO E TRATAMENTO.

ARTIGO PRIMEIRO – CONSUMO E UTILIZAÇÃO.

1 – O consumo, a aquisição e a detenção para consumo próprio ou para utilização de produtos provenientes ou oriundos das actividades dos medicamentos constantes do presente diploma, adquiridos nos estabelecimentos de venda ao público devidamente identificados, nas quantidades autorizadas nos termos da lei para o limite máximo de consumo médio diário de 30 dias para cada uma substância e respeitando os períodos de tempo entre a sua compra e a sua compatibilidade, são permitidos nos termos do presente diploma, tendo presente a responsabilização dos actos de cada um cidadão pelo seu consumo ou utilização.

2 – Todo o cidadão que:

a) Consumir ou que para o seu consumo ou utilização, produzir, fabricar, adquirir ou deter produto proveniente ou oriundo das actividades dos medicamentos à margem dos procedimentos legais da sua compra ou das quantidades reguladas nos termos da lei; ou

b) Não cumprir os deveres, responsabilidades e compromissos inerentes ao consumo ou utilização de produtos provenientes ou oriundos das actividades dos medicamentos e infringir as restrições das liberdades sociais inscritas nas contra-indicações respectivas de cada uma substância ou os modos, métodos e técnicas de aplicação, uso e utilização;

é punido:

a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente a 183 dias, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Na real prisão portuguesa da sua área de residência;

d. No exercício de funções de cariz prisional;

e. Com um dia de folga mensal;

f. Com uma alimentação ao jantar a pão e água;

g. Com direito a uma visita mensal;

3 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
- b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou
- c. Um terço da pena se o acto lesivo agravar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

4 – Todo o cidadão que consumir ou que para o seu consumo, produzir, fabricar, adquirir ou detiver produto proveniente ou oriundo das actividades dos medicamentos proibido, é punido:

- a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente a 366 dias, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 100 Quilómetros da sua área de residência;
- d. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
- e. Com um dia de folga mensal;
- f. Com uma alimentação a pão e água;
- g. Com direito a uma visita mensal;

5 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
- b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou
- c. Um terço da pena se o acto lesivo agravar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

ARTIGO SEGUNDO – OBRIGAÇÕES E COMPROMISSO DE TODO O CONSUMIDOR OU UTILIZADOR DE PRODUTOS PROVENIENTES OU ORIUNDOS DAS ACTIVIDADES DOS MEDICAMENTOS.

1 – A todo o consumidor ou utilizador de produtos provenientes ou oriundos das actividades dos medicamentos é exigido nos termos da lei, o dever, responsabilidade e o compromisso de se obrigar no seu consumo às restrições das liberdades sociais inscritas

nas contra-indicações respectivas de cada uma substância ou ao rigoroso procedimento dos modos, métodos e técnicas no acto de uso e utilização dos mesmos, em todo o espaço de tempo que medeia entre a sua acção directa nas faculdades e aptidões física, psicológica e emocional humanas, animais ou botânicas.

ARTIGO TERCEIRO – PROIBIÇÃO DE COMPRA DE PRODUTO PROVENIENTE OU ORIUNDO DAS ACTIVIDADES DOS MEDICAMENTOS.

1 – A todo o cidadão condenado pelos crimes constantes do CÓDIGO PENAL e da LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR, é proibido por um período correspondente ao dobro da pena aplicada, a compra nos estabelecimentos de venda ao público de produtos provenientes ou oriundos das actividades dos medicamentos específicos constantes do presente diploma.

ARTIGO QUARTO – ATENDIMENTO E TRATAMENTO DE CONSUMIDORES.

1 – A área presidencial da saúde desenvolverá em colaboração com as unidades de saúde do reino de Portugal, as acções necessárias à prestação de atendimento a consumidores de produtos provenientes ou oriundos das actividades dos medicamentos hipocondríacos.

2 – Os cidadãos sujeitos a tratamento nos termos do presente diploma, terão acesso urgente aos serviços de saúde competentes.

3 – A área presidencial da saúde estabelecerá mediante portaria, as condições e os requisitos em que as entidades de saúde, podem atender, tratar e reabilitar os consumidores, bem como o género de fiscalização a que as mesmas se obrigam nos termos da lei.

ARTIGO QUINTO – ÓRGÃOS DE SOBERANIA JURÍDICOS.

1 – Compete ao órgão de soberania jurídico de cada uma área de circunscrição municipal, com os elementos fornecidos pelo real instituto farmacêutico português, dos consumidores de medicamentos habituais, ordenar e requerer em cada ano de exercício:

a) Um exame médico rigoroso a cada um consumidor de forma a avaliar a condição física, psicológica e emocional do mesmo cidadão e as suas faculdades, aptidões e capacidades educativas, laborais ou sociais;

b) Uma avaliação educativa por parte do estabelecimento escolar no qual o consumidor está inscrito e registado, de modo a avaliar a assiduidade, aproveitamento e sociabilidade escolar;

c) Uma avaliação laboral por parte da entidade patronal na qual o consumidor está a exercer funções profissionais, de modo a avaliar a sua assiduidade, produtividade e sociabilidade laboral;

d) Requerer ao seio familiar uma avaliação da sociabilidade do consumidor;

e) Avaliar o cadastro jurídico do consumidor.

ARTIGO SEXTO – EXAME MÉDICO DE CONSUMIDOR HABITUAL.

1 – O exame realizar-se-á em unidade de saúde da respectiva área de circunscrição do órgão de soberania jurídico que o convocar em data definida pela unidade de saúde respectiva, podendo a mesma ser alterada na respectiva unidade de saúde se incompatibilidade do consumidor para a sua realização na data acordada, sendo o resultado das análises e avaliações com o respectivo parecer de cada um médico interveniente e interpretação médica global remetido pela unidade de saúde ao órgão de soberania jurídico.

2 – Sem prejuízo do disposto no número anterior e tendo presente dúvidas que possam ser suscitadas no seio médico na avaliação e análise de cada um processo, podem ser requeridos novos exames e avaliações específicas sempre que se considerem necessárias e precisas ao esclarecimento da condição e do estado do consumidor.

3 – Todo o consumidor que na data deliberada para a realização dos exames médicos, não tendo alterado a data da sua realização ou sem motivo que o justifique, não comparecer na unidade de saúde respectiva, a mesma comunica ao órgão de soberania jurídico respectivo, que notificará o consumidor para a obrigatoriedade da realização dos mesmos exames e para a aplicação de uma pena de multa de 10 contos por cada dia de incumprimento à lei.

ARTIGO SÉTIMO – DECLARAÇÃO EDUCATIVA, LABORAL E FAMILIAR.

1 – A Declaração subscrita pela entidade educativa, será dirigida ao respectivo órgão de soberania jurídico que a notificar num prazo de trinta dias a contar da data da recepção da notificação, elaborada com a menção da entidade que a subscrever e do respectivo aluno a quem se reporta, expondo uma avaliação sucinta sobre a identificação do ano de escolaridade e curso frequentado pelo aluno e a responsabilidade do aluno em termos da assiduidade, pontualidade, aproveitamento e sociabilidade no ambiente estudantil no qual está inserido, sendo devidamente assinada e carimbada pela mesma entidade.

2 – A Declaração subscrita pela entidade patronal, será dirigida ao respectivo órgão de soberania jurídico que a notificar num prazo de trinta dias a contar da data da recepção da notificação, elaborada com a menção da entidade patronal que a subscrever e do respectivo profissional a quem se reporta, expondo uma avaliação sucinta sobre a

identificação da categoria profissional exercida e a responsabilidade do profissional em termos da assiduidade, pontualidade, aproveitamento, produtividade, rentabilidade e sociabilidade no ambiente laboral no qual está inserido, sendo devidamente assinada e carimbada pela mesma entidade.

3 – A declaração familiar é subscrita pela respectiva família do consumidor, sendo dirigida ao órgão de soberania jurídico que a notificar num prazo de trinta dias a contar da data da recepção da notificação, elaborada com a menção do respectivo agregado familiar e do familiar a quem se reporta, expondo uma avaliação sucinta sobre a responsabilidade do mesmo no contributo para a paz, ordem e harmonia do lar e no apoio, colaboração e afecto para com todos os demais familiares, sendo devidamente assinada pelos tutores, cônjuge ou descendentes.

4 – A toda a entidade ou família que no prazo estabelecido para o envio da declaração, a mesma não a remeta, é aplicado uma pena de multa de 10 contos por cada dia de incumprimento da lei.

ARTIGO OITAVO – AVALIAÇÃO GERAL DO CONSUMIDOR.

1 – Compete ao órgão de soberania jurídico da respectiva área de circunscrição do consumidor de produtos provenientes ou oriundos das actividades dos medicamentos, avaliar com base no parecer médico, educativo ou laboral, familiar e jurídico o estado, comportamento e a condição do consumidor na plena integração no seio familiar, comunitário e social.

2 - Sempre que o órgão de soberania jurídico entenda necessário, preciso e exigido deve proceder a uma admoestação verbal ao próprio consumidor que se traduzirá numa censura oral, sendo o consumidor expressamente alertado a corrigir e superar atitudes, comportamentos ou condutas que possam não estar enquadradas com a responsabilidade do bem-estar familiar, educativo, laboral, comunitário e social.

3 – Se no processo de avaliação com base nos pareceres exigidos, se concluir pela perturbação, conduta perigosa, ou por uma atitude irresponsável dos actos produzidos pelo consumidor, competirá ao respectivo órgão de soberania jurídico:

a) Remeter ao real instituto farmacêutico português os documentos inerentes a toda a avaliação feita de modo a que proceda no imediato momento à declaração de proibição dos produtos provenientes ou oriundos das actividades dos medicamentos respectivos nos estabelecimentos de venda ao público; e

b) A sujeição voluntária do consumidor a tratamento, reabilitação e cura, o qual deverá ter no imediato momento a aprovação do consumidor, em unidade de saúde especializada, habilitada e qualificada nos termos da lei para o seu efeito.

4 – Caso o consumidor recusar e não se sujeitar ao processo de tratamento, reabilitação e cura ou o interrompa injustificadamente compete ao órgão de soberania jurídico proceder no prazo de trinta dias ao processo de expatriação do cidadão.

ARTIGO NONO – PROCESSO DE TRATAMENTO VOLUNTÁRIO.

1 – O processo de tratamento, reabilitação e cura voluntário, será efectuado por um período mínimo de três meses em região diferente da área de residência do consumidor, em estabelecimento devidamente habilitado, qualificado e certificado nos termos da lei para os mesmos fins, no exercício de funções laborais que médicos e técnicos entendam ser os mais correctos à sua reabilitação, sem qualquer uso ou utilização de produtos provenientes ou oriundos das actividades dos medicamentos inerentes responsáveis pela patologia, sendo os seus custos suportados pelo próprio consumidor.

2 – Compete aos profissionais e entidades envolvidas do processo a garantia do sigilo, estando médicos, técnicos e auxiliares que intervenham no processo obrigados ao dever do segredo profissional.

3 – Compete ao fim de três meses todos os profissionais envolvidos do processo de tratamento, reabilitação e cura procederem à avaliação do consumidor em toda a fase de tratamento, avaliando a reabilitação das suas faculdades, aptidões e capacidades físicas, psicológicas e emocionais.

4 – Sempre que se verifique a reabilitação integral do consumidor pelos profissionais envolvidos do processo, remetem ao real instituto farmacêutico português para que proceda à exclusão de aquisição dos produtos provenientes ou oriundos das actividades dos medicamentos envolvidos do tratamento ou para dobrar o prazo de aquisição pelo consumidor do mesmo produto, por um prazo de um ano até nova avaliação do seu estado.

5 – Sempre que se verifique que a anomalia psíquica se verifica, compete à entidade de saúde responsável pelo tratamento, comunicar o facto ao real instituto farmacêutico português que proibirá no imediato e em definitivo o acesso de aquisição a quaisquer produtos provenientes ou oriundos das actividades dos medicamentos sem prescrição médica, bem como exigirá ao paciente o seu acompanhamento médico na unidade de saúde a designar pelo próprio.

6 – Compete à unidade de saúde que acompanhar o paciente trimestralmente remeter ao real instituto farmacêutico português, a avaliação da situação mencionando o estado e a condição social, educativa ou laboral do paciente, se prevalece no consumo de produtos provenientes ou oriundos das actividades dos medicamentos ou se está sob tratamento de substâncias ou preparações psicotrópicas.

ARTIGO DÉCIMO – SUSPENSÃO DE PENA E OBRIGAÇÃO DE TRATAMENTO.

1 – Todo o cidadão que tiver sido detido pela prática do crime de consumo, pode o órgão de soberania jurídico suspender a execução da pena, sob a imposição de deveres, responsabilidades e compromissos de conduta adequados, nomeadamente com a sujeição voluntária a tratamento ou internamento do seu autor em estabelecimento de saúde habilitado e qualificado nos termos da lei para o mesmo efeito, na forma e tempo que o tribunal determinar em consonância com parecer de médico respectivo.

2 – Se durante o período de suspensão da execução da pena o consumidor não se sujeitar ao tratamento ou ao internamento, o interromper sem justificação para o facto ou violar os deveres, responsabilidades e compromissos inerentes à suspensão de pena, nomeadamente enveredar pelo contínuo consumo dos mesmos produtos, compete ao órgão de soberania jurídico aplicar a execução da pena a contar do dia em que o mesmo for deliberado.

3 – Revogada a suspensão, o cumprimento da pena terá lugar em zona apropriada do estabelecimento prisional respectivo.

4 – O consumidor é assistido pelos serviços médicos próprios do estabelecimento prisional ou se necessário pelos serviços da unidade hospitalar da respectiva área de circunscrição do próprio estabelecimento prisional, em condições a acordar com o órgão de soberania jurídico respectivo.

5 – O regime de assistência do recluso através de modalidades de tratamento que tenham implicações no regime prisional é estabelecido por portaria da área presidencial da justiça.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – SUSPENSÃO COM REGIME DE PROVA.

1 – O órgão de soberania jurídico no caso a que se refere o artigo anterior pode determinar nos termos da lei geral, que a suspensão seja acompanhada de regime de prova, se considerar conveniente e adequado a facilitar a reabilitação do consumidor e a sua reinserção na sociedade.

2 – O plano de reabilitação e reinserção social é preparado e acompanhado na sua execução pelo órgão de soberania social em articulação com o órgão de soberania jurídico e policial da área de circunscrição respectiva do processo, mediante o que ambas as instâncias observarem ser o exigido, sendo o mesmo imposto ao visado.

3 – Aplica-se correspondentemente o disposto no número 2) a 4) do artigo anterior.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – CONSUMIDOR EM PRISÃO PREVENTIVA OU EM CUMPRIMENTO DE PENA.

1 – Compete aos serviços prisionais em colaboração com a unidade hospitalar da respectiva área de circunscrição geográfica, assegurar os meios e estruturas adequados ao tratamento dos consumidores em prisão preventiva ou em cumprimento de pena em estabelecimentos prisionais.

2 – Se o estado de consumo for detectado quando o cidadão se encontrar detido, em prisão preventiva ou em cumprimento de pena, os serviços prisionais comunicam o facto ao órgão de soberania jurídico da área de circunscrição respectivo, a fim de promover as medidas adequadas, sem prejuízo das que a urgência da situação o justificar.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – TRATAMENTO NO ÂMBITO DE PROCESSO PENDENTE.

1 – Sempre que no âmbito de processo pendente nas instâncias jurídicas, se verifique a necessidade de tratamento de consumidor, compete à unidade hospitalar da área de circunscrição do processo, proceder por ordem das instâncias jurídicas respectivas no imediato momento da instauração do processo-crime à análise e avaliação correspondente do consumidor, remetendo com a morosidade do processo no tempo uma nova avaliação em cada mês de exercício, sobre a evolução do consumidor sujeito, podendo sugerir as medidas que entenda convenientes.

2 – Após a recepção da análise e avaliação médica compete à instância jurídica envolta do processo pronunciar-se sempre que entenda necessário, preciso e exigido sobre a situação processual do visado.

3 – As normas do presente diploma prevalecem sobre as relativas ao internamento em regime fechado previstos nos diplomas de saúde mental.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – OBRIGAÇÕES E COMPROMISSOS DE TODO O PROFISSIONAL DOS MEDICAMENTOS.

1 – A todo o profissional dos medicamentos constante do presente diploma é exigido nos termos da lei, o dever, responsabilidade e o compromisso de se obrigar à máxima integridade, rigor e competência no exercício da respectiva actividade dos medicamentos, em todo o espaço de tempo que medeia entre a sua acção directa no movimento dos medicamentos a realizar.

2 – Todo o profissional dos medicamentos constante do presente diploma que violar o código deontológico correspondente do seu exercício profissional, é punido:

- a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa pena nunca inferior a 731 dias;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 100 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz prisional;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

3 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou

c. Um terço da pena se o acto lesivo agravar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

4 – Se do acto crime:

a) Resultar a morte de cidadãos, o autor é punido:

a. Pelas consequências do acto praticado;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao total do número de anos que medeiam entre a idade de cada uma vítima no momento dos factos e a estimativa média de vida dos cidadãos, os 85 anos, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o cônjuge ou cônjuges e para os familiares directos;

c. Numa pena nunca inferior a 21 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e a água;

h. Com direito a um dia de visita mensal;

b) Resultarem lesões para cidadãos e a exigência de cuidados, tratamentos e intervenções de saúde, os mesmos serão suportados pelo autor na íntegra e pelo período de tempo no qual os mesmos se prolongarem, mesmo que em liberdade depois de cumprida a pena de cadeia efectiva.

TÍTULO SEGUNDO – CICLO ECONÓMICO.

CAPÍTULO PRIMEIRO – PRODUÇÃO E FABRICO.

ARTIGO PRIMEIRO – PRODUÇÃO E FABRICO.

1 - Todo o cidadão ou entidade que pretenda autorização para produzir ou para fabricar actividades dos medicamentos e produtos provenientes ou oriundos das mesmas actividades constantes do presente diploma, para fins de consumo público e privado,

industriais, didácticos ou de investigação científica, deve requerê-la ao real instituto farmacêutico português, até ao dia 31 de Outubro do ano antecedente ao do exercício da autorização requerida.

2 – Do pedido de autorização deverá constar:

a) A ficha técnica discriminada de todos os profissionais administrativos, de secretariado e da produção em exercício na actividade requerida e as suas respectivas qualificações e funções a exercer;

b) A completa identificação fiscal e social;

c) A completa identificação e endereço do fabricante ou produtor, ou fabricantes ou produtores, na hipótese de não ser o próprio;

d) Localização, área e planta topográfica das infra-estruturas destinadas à produção ou ao fabrico, ao depósito das substâncias produzidas ou fabricadas ou destinadas ao fabrico e do local de depósito após o processo de produção ou fabrico;

e) Designação da actividade dos medicamentos ou do produto proveniente ou oriundo das mesmas actividades constante do presente diploma a produzir ou fabricar;

f) Modos, métodos e técnicas de produção ou fabrico em uso;

g) Natureza e quantidades de actividades dos medicamentos ou de produtos provenientes ou oriundos das mesmas actividades, bem como de precursores, matérias-primas e matérias subsidiárias em uso e utilização no processo;

h) Quantidade provável do produto a produzir ou a fabricar, sua aplicação e destino;

i) Local onde o produto final será embalado antes de ser remetido à arrecadação real do real instituto farmacêutico português competente.

3 – Quer a autorização da actividade dos medicamentos ou do produto proveniente ou oriundo das mesmas actividades constante do presente diploma se reveja de um regime especial de controlo previsto nas convenções ratificadas por Portugal ou não, ou se destine a quaisquer fins, é da competência do órgão de soberania policial da respectiva área de circunscrição exercer as funções de controlo, defesa e protecção nos termos da lei, bem como observar as demais leis previstas nas convenções.

4 – A autorização para a produção ou fabrico é válida para a aquisição de actividades dos medicamentos e de produtos provenientes ou oriundos das mesmas actividades em uso e utilização nas actividades constantes do presente diploma, bem como de precursores, matérias-primas e matérias subsidiárias inerentes à sua produção ou fabrico, à sua armazenagem, embalagem e venda dos produtos obtidos, desde que se efectue a cidadãos ou entidades autorizados ou autorizadas.

5 – A autorização para o exercício da actividade de produção ou fabrico, independentemente dos fins a que se destinam, só poderá ser passada se o requerente e

todo o seu quadro técnico demonstrarem o domínio dos modos, métodos e técnicas apropriados de transformação de modo a impedir o emprego abusivo dos produtos, a produção de efeitos nefastos e a possibilidade prática da sua recuperação.

6 – No despacho que conceder a autorização a um cidadão ou entidade a produzir ou fabricar actividades dos medicamentos ou produtos provenientes ou oriundos das mesmas actividades constantes do presente diploma, são fixadas as condições que permitam ao real instituto farmacêutico português impedir a acumulação de actividades dos medicamentos e de produtos provenientes ou oriundos das mesmas actividades em quantidades superiores às necessidades do reino de Portugal e ao cumprir os acordos comerciais imperiais portugueses com os países constituintes do império português e os acordos comerciais internacionais com o mundo, bem como ao normal e regular funcionamento do cidadão ou entidade requerente.

7 – O acto de entrada e saída de actividades dos medicamentos e de produtos provenientes ou oriundos das mesmas actividades, bem como de matérias-primas e matérias subsidiárias envoltos da actividade de produção e fabrico, é registado em registo informático de controlo correspondente nos termos do artigo 2º, do capítulo quarto, do presente título, bem como é registado o acto de produção ou fabrico em registo informático de controlo de produção e fabrico nos termos do artigo 3º, do capítulo quarto, do presente título.

ARTIGO SEGUNDO – ENTIDADES DOS MEDICAMENTOS HUMANOS.

1 – As entidades dos medicamentos humanos estão compreendidas em todo o espaço territorial português regional e nos termos do presente diploma, comercializam e transaccionam actividades dos medicamentos e produtos provenientes ou oriundos das mesmas actividades constantes do presente diploma compreendidos nas tabelas I e IV do artigo 2º, do capítulo primeiro, do título primeiro, sob medidas de segurança decretadas nos termos do licenciamento do exercício da actividade pelos órgãos de soberania policiais.

2 – O acto de entrada e saída de actividades dos medicamentos e de produtos provenientes ou oriundos das mesmas actividades é registado em registo informático de controlo de mercadorias nos termos do artigo 2º, do capítulo quarto, do presente título.

3 – O acto comercial é registado no registo central de facturação das entidades dos medicamentos humanos portuguesas respectivo, devendo constar do registo:

- a) A identificação da entidade dos medicamentos humanos respectiva, localidade, número de identificação fiscal, a hora e a data da transacção;
- b) A identificação completa do consumidor;
- c) O número de contribuinte;
- d) A designação do produto e quantidades comercializadas.

4 – A forma de pagamento das transacções comerciais operadas realizar-se-ão por via de transferência bancária, ou de cartão de débito ou crédito de cada um consumidor de modo e forma à integridade e correcção de todo o acto de processo comercial.

ARTIGO TERCEIRO – ENTIDADES DOS MEDICAMENTOS ANIMAIS.

1 – As entidades dos medicamentos animais estão compreendidas em todo o espaço territorial português regional e nos termos do presente diploma, comercializam e transaccionam actividades dos medicamentos e produtos provenientes ou oriundos das mesmas actividades constantes do presente diploma compreendidos nas tabelas II e IV do artigo 2º, do capítulo primeiro, do título primeiro, sob medidas de segurança decretadas nos termos do licenciamento do exercício da actividade pelos órgãos de soberania policiais.

2 – O acto de entrada e saída de actividades dos medicamentos e de produtos provenientes ou oriundos das mesmas actividades é registado em registo informático de controlo de mercadorias nos termos do artigo 2º, do capítulo quarto, do presente título.

3 – O acto comercial é registado no registo central de facturação das entidades dos medicamentos animais portuguesas respectivo, devendo constar do registo:

- a) A identificação da entidade dos medicamentos animais respectiva, localidade, número de identificação fiscal, a hora e a data da transacção;
- b) A identificação completa do consumidor;
- c) O número de contribuinte;
- d) A designação do produto e quantidades comercializadas.

4 – A forma de pagamento das transacções comerciais operadas realizar-se-ão por via de transferência bancária, ou de cartão de débito ou crédito de cada um consumidor de modo e forma à integridade e correcção de todo o acto de processo comercial.

ARTIGO QUARTO – ENTIDADES DOS MEDICAMENTOS BOTÂNICOS.

1 – As entidades dos medicamentos botânicos estão compreendidas em todo o espaço territorial português regional e nos termos do presente diploma, comercializam e transaccionam actividades dos medicamentos e produtos provenientes ou oriundos das mesmas actividades constantes do presente diploma compreendidos nas tabelas III e IV do artigo 2º, do capítulo primeiro, do título primeiro, sob medidas de segurança decretadas nos termos do licenciamento do exercício da actividade pelos órgãos de soberania policiais.

2 – O acto de entrada e saída de actividades dos medicamentos e de produtos provenientes ou oriundos das mesmas actividades é registado em registo informático de controlo de mercadorias nos termos do artigo 2º, do capítulo quarto, do presente título.

3 – O acto comercial é registado no registo central de facturação das entidades dos medicamentos botânicos portuguesas respectivo, devendo constar do registo:

- a) A identificação da entidade dos medicamentos botânicos respectiva, localidade, número de identificação fiscal, a hora e a data da transacção;
- b) A identificação completa do consumidor;
- c) O número de contribuinte;
- d) A designação do produto e quantidades comercializadas.

4 – A forma de pagamento das transacções comerciais operadas realizar-se-ão por via de transferência bancária, ou de cartão de débito ou crédito de cada um consumidor de modo e forma à integridade e correcção de todo o acto de processo comercial.

ARTIGO QUINTO – ENTIDADES DOS ACESSÓRIOS E DOS UTENSÍLIOS DOS MEDICAMENTOS.

1 – As entidades dos acessórios e dos utensílios dos medicamentos estão compreendidas em todo o espaço territorial português regional e nos termos do presente diploma, comercializam e transaccionam actividades dos medicamentos e produtos provenientes ou oriundos das mesmas actividades constantes do presente diploma compreendidos nas tabelas I a IV do artigo 2º, do capítulo primeiro, do título primeiro, para além de outros produtos, sob medidas de segurança decretadas nos termos do licenciamento do exercício da actividade pelos órgãos de soberania policiais.

2 – O acto de entrada e saída de actividades dos medicamentos e de produtos provenientes ou oriundos das mesmas actividades é registado em registo informático de controlo de mercadorias nos termos do artigo 2º, do capítulo quarto, do presente título.

3 – O acto comercial é registado no registo central de facturação das entidades dos acessórios e dos utensílios dos medicamentos portuguesas respectivo, devendo constar do registo:

- a) A identificação da entidade dos acessórios ou dos utensílios dos medicamentos respectiva, localidade, número de identificação fiscal, a hora e a data da transacção;
- b) A identificação completa do consumidor;
- c) O número de contribuinte;
- d) A designação do produto e quantidades comercializadas.

4 – A forma de pagamento das transacções comerciais operadas realizar-se-ão por via de transferência bancária, ou de cartão de débito ou crédito de cada um consumidor de modo e forma à integridade e correcção de todo o acto de processo comercial.

ARTIGO SEXTO – PRODUTO FINAL.

1 – A quantidade total obtida em todo o processo de produção ou fabrico é depositada até ao momento da sua pesagem e embalagem e remetido para a arrecadação real do real instituto farmacêutico português de modo a precaver a sua deterioração e extravio, sendo comunicado por parte do cidadão ou entidade no mesmo momento ao real instituto farmacêutico português o respectivo inventário das mercadorias produzidas ou fabricadas e transferidas, juntando uma amostra do produto obtido para análise e inventariação das suas propriedades e composição.

2 – Sempre que as áreas presidenciais da saúde, da indústria, da pesca, do pescado e do plâncton, da pecuária e dos animais, da agricultura e dos vegetais, da extracção e dos minerais, humana, natural, universal, da ordem e da justiça determinarem mediante portaria conjunta, proibir a produção ou o fabrico de actividade dos medicamentos ou de produto proveniente ou oriundo das mesmas actividades constante do presente diploma, será ordenado no imediato momento a proibição ou destruição de toda a actividade dos medicamentos ou produto proveniente ou oriundo das mesmas actividades respectivo, competindo ao estado indemnizar os cidadãos ou entidades autorizados ou autorizadas à sua produção ou fabrico, pelos respectivos encargos da sua acção, caducando no imediato momento a autorização concedida.

ARTIGO SÉTIMO – QUOTAS DE PRODUÇÃO E FABRICO.

1 – Compete ao real instituto farmacêutico português, até ao mês de Julho e atendendo aos compromissos internos, imperiais portugueses e internacionais afirmados e de acordo com as leis decorrentes das convenções, estabelecer as quantias de actividades dos medicamentos e de produtos provenientes ou oriundos das mesmas actividades que podem ser produzidos ou fabricados, bem como das matérias-primas e matérias subsidiárias em uso e utilização nas actividades constantes do presente diploma a serem produzidas ou fabricadas no decurso do próximo ano de exercício.

2 – As quantidades estabelecidas podem no decurso do próprio ano de exercício a que corresponde a autorização concedida serem aumentadas, reduzidas ou excluídas, competindo ao real instituto farmacêutico português proceder ao aumento ou redução de forma equitativa por todos os produtores ou fabricantes.

3 – A fixação de quotas, bem como todas as alterações relativas às mesmas serão publicadas, divulgadas e difundidas nos meios de comunicação da CASA IMPERIAL PORTUGUESA.

4 – A proibição e exclusão de produção ou do fabrico de actividades dos medicamentos e de produtos provenientes ou oriundos das mesmas actividades constantes do presente diploma obrigam ao número 2 do artigo anterior.

ARTIGO OITAVO – PROIBIÇÃO DE AMOSTRAS.

1 – São proibidos nos termos da lei com a excepção da amostra remetida por via da arrecadação real do real instituto farmacêutico português competente ao real instituto farmacêutico português, as amostras do produto obtido no exercício das actividades

constantes do presente diploma, remetidas por produtores ou fabricantes a médicos, veterinários, bioquímicos, cidadãos ou quaisquer entidades.

ARTIGO NONO – AVALIAÇÃO DO PROCESSO.

1 – Compete ao real instituto farmacêutico português acompanhar e avaliar o processo de produção e fabrico dos cidadãos ou entidades autorizados ou autorizadas a exercer actividades constantes do presente diploma.

ARTIGO DÉCIMO – ANÁLISE DO PRODUTO FINAL.

1 – Compete ao real instituto farmacêutico português a análise de todos os produtos finais obtidos no processo de produção e fabrico dos cidadãos e das entidades autorizados ou autorizadas a exercer actividades constantes do presente diploma, de modo e forma à sua avaliação técnica, discriminação rigorosa da sua composição e principio activo e em cooperação e colaboração com as entidades licenciadas, autorizadas e habilitadas para a realização de testes, exames e experiências científicas com os mesmos produtos observar as contra-indicações respectivas do seu consumo ou utilização e as restrições às liberdades sociais ou os modos, métodos e técnicas do seu uso, aplicação e utilização.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – EXPERIÊNCIAS CIENTÍFICAS.

1 – Compete ao real instituto farmacêutico português estabelecer as normas processuais exigidas aos cidadãos ou entidades envolvidos ou envolvidas das actividades constantes do presente diploma, bem como de outras entidades públicas e privadas certificadas, autorizadas e habilitadas, para a realização dos testes, exames e experiências científicas das propriedades terapêuticas dos produtos obtidos, no fazer face ao processo de prevenção, tratamento, reabilitação e cura das diferentes patologias e estímulos inerentes das capacidades, faculdades e aptidões humanas, animais e botânicas, bem como apurar de forma idónea, integra e integral os efeitos secundários produzidos por via do seu consumo ou aplicação em termos físicos, psicológicos, emocionais, do comportamento, atitude e conduta dos pacientes e consumidores, bem como dos animais e dos vegetais e do plâncton, de modo e forma à elaboração rigorosa e precisa das contra-indicações respectivas do seu consumo ou aplicação e à imposição das restrições das liberdades sociais inerentes a cada um medicamento ou à deliberação dos modos, métodos e técnicas do seu uso, utilização e aplicação.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – PROCESSAMENTO DO CICLO ECONÓMICO PRODUTIVO.

1 – O real instituto farmacêutico português procede à autorização de produção ou fabrico de actividades dos medicamentos e de produtos provenientes ou oriundos das mesmas actividades constantes do presente diploma.

2 – Os produtores e fabricantes remetem por correio electrónico ao real instituto farmacêutico português o inventário pormenorizado, dos precursores, matérias-primas e matérias subsidiárias específicas exigidas ao exercício da actividade e o local exacto do seu depósito, indicando os fornecedores e as quantidades respectivas.

3 - O real instituto farmacêutico português procede à respectiva autorização de início de actividade discriminativa dos mesmos produtos e fornecedores, sendo a mesma autorização remetida por correio electrónico à arrecadação real do real instituto farmacêutico português competente.

4 – A arrecadação real do real instituto farmacêutico português competente no imediato momento comunica por correio electrónico aos respectivos fornecedores dos produtos requeridos a emissão da factura em triplicado dos respectivos produtos.

5 – O fornecedor elabora a factura de forma rigorosa e remete à arrecadação real do real instituto farmacêutico português competente por via directa ou por via dos serviços postais o duplicado sempre que a mercadoria conste das suas existências em armazém, ficando com o original e com o triplicado da factura, sendo no caso em que as existências estejam armazenadas na própria arrecadação real remetido o original e o duplicado.

6 - Após a recepção da factura compete à arrecadação real do real instituto farmacêutico português proceder à transferência dos produtos em existência na arrecadação real ou noutra arrecadação real sempre que os mesmos existam ou à transferência dos domicílios dos fornecedores para o respectivo local de destino mencionado de armazenamento, produção ou fabrico do produtor ou fabricante, deixando na mesma o original da factura assinada e identificada com o número do bilhete de identificação civil e institucional do responsável pelo seu transporte e trazendo o duplicado da factura para a arrecadação real devidamente assinada e identificada com o número do bilhete de identificação do responsável do destinatário da factura.

7 – Compete ao produtor ou fabricante após a recepção dos produtos e da factura respectiva o pagamento integral no prazo de três dias ao fornecedor por via de transferência bancária, devendo para o efeito o fornecedor proceder na factura à inscrição do respectivo número de identificação financeiro.

8 – O produtor ou fabricante emite a guia de remessa discriminada do produto final obtido no acto de produção ou fabrico e remete-a por via da frota da arrecadação real do real instituto farmacêutico português juntamente com o respectivo produto obtido depois de devidamente embalado à arrecadação real do real instituto farmacêutico português competente.

9 – Os produtores e fabricantes em exercício de actividades constantes do presente diploma, remetem por correio electrónico ao real instituto farmacêutico português o inventário respectivo de reposição de existências discriminada dos produtos a adquirir.

10 - O real instituto farmacêutico português procede à respectiva autorização de reposição de existências discriminativa dos mesmos produtos, sendo a mesma autorização remetida por correio electrónico à arrecadação real do real instituto farmacêutico português competente.

11 – Repetindo-se o processamento do ciclo económico produtivo ininterrupto a partir do número 4 e seguintes números.

12 – Compete à arrecadação real do real instituto farmacêutico português, ao fornecedor e ao cliente conservar as respectivas facturas por um período de dez anos.

13 – Sempre que nos termos do número 6 se proceder à transferência dos produtos de outra arrecadação real, compete à arrecadação real onde os produtos estão armazenados emitir o talão de transferência de mercadorias, guardando o seu original e entregando o duplicado à arrecadação real para a qual as mercadorias são transferidas.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – FORNECIMENTOS ESPECÍFICOS.

1 – O real instituto farmacêutico português pode autorizar para além dos estabelecimentos de venda ao público, unidades de saúde, veterinárias, botânicas, farmacêuticas, de produção e fabrico o fornecimento de produtos provenientes ou oriundos das actividades dos medicamentos, a:

a) Entidades públicas ou privadas, reconhecidamente idóneas e íntegras, para fins didácticos e de investigação científica ou ensino, devendo o pedido ser subscrito pelo responsável pela entidade, mencionando o fim a que se destina;

b) Meio de transporte internacional, para ministrar os primeiros socorros, nos termos do artigo 15º, do capítulo segundo, do título primeiro, devendo o pedido ser subscrito por médico da respectiva entidade, mencionando o nome, registo de propriedade e outros elementos identificadores do meio de transporte;

2 – No pedido deve ser indicado o responsável pela guarda, conservação e protecção do produto, o qual deverá afirmar a sua total responsabilidade, devendo ser descritas as condições de segurança do mesmo produto.

3 – O produto detido não pode exceder as quantidades indispensáveis para a prossecução dos fins autorizados.

4 – Após a conclusão dos fins observados, deverá o produto ser remetido ao real instituto farmacêutico português para que proceda à sua colocação no mercado ou caso o mesmo se encontre deteriorado ou adulterado à respectiva destruição nos termos do número 6 do artigo 6º, do capítulo segundo, do título terceiro.

5 – O fornecimento de produtos provenientes ou oriundos das actividades dos medicamentos para outros fins que não os mencionados no presente diploma, obriga-se nos termos da lei às normas constantes do presente diploma.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – CONTRIBUIÇÃO PARA O REAL INSTITUTO FARMACÊUTICO PORTUGUÊS.

1 – A todos os produtores, fabricantes e prestadores de serviços autorizados nos termos da lei a exercer actividades constantes do presente diploma, compete até ao dia 31 de Janeiro, a contribuição anual para o real instituto farmacêutico português de 10% do

total da facturação do ano de exercício anterior, pelos serviços prestados de defesa, protecção, segurança e transporte dos produtos inerentes ao exercício da actividade económica.

CAPÍTULO SEGUNDO – COMÉRCIO E SERVIÇOS.

ARTIGO PRIMEIRO – FARMÁCIAS.

1 – As farmácias estão compreendidas pelas cidades e vilas do reino de Portugal e nos termos do presente diploma comercializam e transaccionam por via de receita médica ou veterinária actividades dos medicamentos e produtos provenientes ou oriundos das mesmas actividades compreendidos nas tabelas I e IV do artigo 2º, do capítulo primeiro, do título primeiro, bem como outras actividades e produtos de venda livre, sob fortes medidas de segurança decretadas nos termos do licenciamento do exercício de actividade pelos órgãos de soberania policiais.

2 – Sem prejuízo dos artigos 1º ao 4º, do capítulo quarto, do título primeiro, o acto de entrada e saída de actividades dos medicamentos e de produtos provenientes ou oriundos das mesmas actividades é registado em registo informático de controlo de mercadorias nos termos do artigo 2º, do capítulo quarto, do presente título, bem como no registo informático de controlo receitas nos termos do artigo 4º, do capítulo quarto, do presente título.

3 – O acto comercial é registado no registo central dos medicamentos, bem como no registo central de facturação das farmácias de Portugal, devendo constar do registo:

- a) A identificação da farmácia respectiva, localidade, número de identificação fiscal, a hora e a data da transacção;
- b) A identificação completa do consumidor ou utilizador e o respectivo número do cartão de identidade;
- c) A designação da actividade dos medicamentos ou produto proveniente ou oriundo das mesmas actividades e quantidades comercializadas, devendo o programa informático alertar para a incompatibilidade dos produtos a transaccionar e para o número de dias de proibição à aquisição dos mesmos produtos ou a quaisquer outros produtos;
- d) A factura deve mencionar o número de dias de proibição à aquisição de novos produtos específicos.

4 – A forma de pagamento das transacções comerciais operadas realizar-se-ão por via de cartão de débito ou crédito de cada um consumidor de modo e forma à integridade e correcção de todo o acto de processo comercial.

ARTIGO SEGUNDO – VIVEIROS, ERVANÁRIOS E HORTOS.

1 – Os viveiros, ervanários e hortos estão compreendidos pelas cidades, vilas e aldeias do reino de Portugal e nos termos do presente diploma, comercializam e transaccionam por via de receita veterinária e bioquímica produtos provenientes ou oriundos das actividades dos medicamentos animais e botânicos compreendidos na tabela IV do artigo 2º, do capítulo primeiro, do título primeiro, para além de outros produtos, sob medidas de segurança decretadas nos termos do licenciamento do exercício de actividade pelos órgãos de soberania policiais.

2 – Sem prejuízo dos artigos 1º ao 4º do capítulo quarto, do título primeiro, o acto de entrada e saída de produtos provenientes ou oriundos das actividades dos medicamentos é registado em registo informático de controlo de mercadorias nos termos do artigo 2º, do capítulo quarto, do presente título, bem como no registo informático de controlo receitas nos termos do artigo 4º, do capítulo quarto, do presente título.

3 – O acto comercial é registado no registo central dos medicamentos, bem como no registo central de facturação do próprio sector de actividade económico, devendo constar do registo:

- a) A identificação da unidade comercial respectiva, localidade, número de identificação fiscal, a hora e a data da transacção;
- b) A identificação completa do consumidor ou utilizador e o respectivo número do cartão de identidade;
- c) A designação do produto proveniente ou oriundo das actividades dos medicamentos e quantidades comercializadas, devendo o programa informático alertar para a incompatibilidade dos produtos a transaccionar e para o número de dias de proibição à aquisição dos mesmos produtos ou a quaisquer outros produtos;
- d) A factura deve mencionar o número de dias de proibição à aquisição de novos produtos específicos.

4 – A forma de pagamento das transacções comerciais operadas realizar-se-ão por via de cartão de débito ou crédito de cada um consumidor ou utilizador de modo e forma à integridade e correcção de todo o acto de processo comercial.

ARTIGO TERCEIRO – HIPER-MERCADOS, SUPERMERCADOS E MERCADOS.

1 – Os hiper-mercados, supermercados e mercados estão compreendidos em todo o espaço territorial português municipal e nos termos do presente diploma, comercializam e transaccionam produtos provenientes ou oriundos das actividades dos medicamentos humanos, vegetais e animais constantes do presente diploma compreendidos na tabela IV do artigo 2º, do capítulo primeiro, do título primeiro, para além de outros produtos, sob medidas de segurança decretadas nos termos do licenciamento do exercício de actividade pelos órgãos de soberania policiais.

2 – Sem prejuízo dos artigos 1º ao 4º do capítulo quarto, do título primeiro, o acto de entrada e saída de produtos provenientes ou oriundos das actividades dos

medicamentos é registado em registo informático de controlo de mercadorias nos termos do artigo 2º, do capítulo quarto, do presente título, bem como no registo informático de controlo receitas nos termos do artigo 4º, do capítulo quarto, do presente título.

3 – O acto comercial é registado no registo central dos medicamentos, bem como no registo central de facturação do próprio sector de actividade económico, devendo constar do registo:

a) A identificação do estabelecimento respectivo, localidade, número de identificação fiscal, a hora e a data da transacção;

b) A identificação completa do requerente e o respectivo número do cartão de identificação;

c) A designação do produto proveniente ou oriundo das actividades dos medicamentos e quantidades comercializadas, devendo o programa informático alertar para a incompatibilidade dos produtos a transaccionar e para o número de dias de proibição à aquisição dos mesmos produtos ou a quaisquer outros produtos;

d) A factura deve mencionar o número de dias de proibição à aquisição de novos produtos específicos.

4 – A forma de pagamento das transacções comerciais operadas realizar-se-ão por via de cartão de débito ou crédito de cada um requerente de modo e forma à integridade e correcção de todo o acto de processo comercial.

ARTIGO QUARTO – UNIDADES DE SAÚDE, DE VETERINÁRIA E DE BOTÂNICA, DEPARTAMENTOS CLÍNICOS DESPORTIVOS E SECTORIAIS E OUTRAS ENTIDADES.

1 – As unidades de saúde, de veterinária e de botânica, departamentos clínicos desportivos e sectoriais, unidades industriais, didácticas e de investigação, bem como todas as outras entidades constantes da vida do reino de Portugal que nos termos do presente diploma, comercializem e transaccionem actividades dos medicamentos e produtos provenientes ou oriundos das mesmas actividades no exercício da sua actividade profissional obrigam-se na sua aquisição comercial ao disposto no artigo 7º, do presente capítulo e às fortes medidas de segurança decretadas nos termos do licenciamento do exercício de actividade pelos órgãos de soberania policiais.

2 – O acto de entrada e saída de actividades dos medicamentos e de produtos provenientes ou oriundos das mesmas actividades é registado em registo informático de controlo de matérias-primas nos termos do artigo 2º, do capítulo quarto, do presente título, bem como é registado no registo informático de controlo correspondente médico, veterinário ou botânico, nos termos dos artigos 5º, 6º e 7º, do capítulo quarto, do presente título respectivamente.

ARTIGO QUINTO – SERVIÇOS PRESTADOS.

1 - Todo o cidadão ou entidade que pretenda autorização para prestar serviços de preparação, secagem, conservação, embalamento ou engarrafamento e outras actividades de transformação dos medicamentos constantes do presente diploma para fins de consumo públicos e privados, industriais, didácticos ou de investigação científica, deve requerê-la ao real instituto farmacêutico português, até ao dia 31 de Outubro do ano antecedente ao do exercício da autorização requerida.

2 – Do pedido de autorização deverá constar:

a) A ficha técnica discriminada de todos os profissionais administrativos, de secretariado e da produção em exercício na actividade requerida e as suas respectivas qualificações e funções a exercer;

b) A completa identificação fiscal e social;

c) A completa identificação e endereço do prestador de serviços ou prestadores de serviços, na hipótese de não ser o próprio;

d) A localização, área e planta topográfica das infra-estruturas de prestação de serviços e de estacionamento dos transportes;

e) A designação dos serviços a prestar;

f) Os modos, métodos e técnicas de prestação dos serviços em uso;

g) A previsão do número de serviços prestados a efectuar durante o ano, sua aplicação e destino;

h) A identificação dos transportes em uso.

3 – Quer a autorização do serviço prestado se reveja de um regime especial de controlo previsto nas convenções ratificadas por Portugal ou não, ou se destine a quaisquer fins, é da competência do órgão de soberania policial da respectiva área de circunscrição exercer as funções de controlo, defesa e protecção nos termos da lei, bem como observar as demais leis previstas nas convenções.

4 – A autorização para a prestação de serviços constantes do presente diploma, é válida para a aquisição de percursos e de produtos inerentes ao próprio exercício da actividade e à comercialização dos serviços prestados, desde que se efectue a cidadãos ou entidades autorizados ou autorizadas.

5 – A autorização para o exercício da actividade prestadora de serviços, independentemente dos fins a que se destinam, só poderá ser passada se o requerente e todo o seu quadro técnico demonstrarem o domínio dos modos, métodos e técnicas apropriados de prestação do serviço de modo a impedir a deterioração ou adulteração da qualidade do serviço a prestar.

6 – No despacho que conceder a autorização a um cidadão ou entidade a prestar serviços constantes do presente diploma, são fixadas as condições que permitam ao real instituto farmacêutico português impedir a acumulação de prestadores de serviços em quantidades superiores às necessidades do reino de Portugal e ao cumprir os acordos comerciais imperiais portugueses com os estados soberanos constituintes do império

português e os acordos comerciais internacionais com o mundo, bem como ao normal e regular funcionamento do cidadão ou entidade requerente.

7 – O acto de entrada e saída dos produtos em uso e utilização nas actividades de prestação de serviços constantes do presente diploma, é registado em registo informático de controlo correspondente nos termos do artigo 2º, do capítulo quarto, do presente título.

8 – Sempre que as áreas presidenciais da saúde, da indústria, da pesca, do pescado e do plâncton, da pecuária e dos animais, da agricultura e dos vegetais, da extracção e dos minerais, humana, natural, universal, da ordem e da justiça, determinarem mediante portaria conjunta, proibir a prestação de serviços dos quais possam resultar modos, métodos, técnicas ou produtos indesejáveis, será ordenado no imediato momento a proibição dos mesmos serviços, competindo ao estado indemnizar os cidadãos ou entidades prestadores ou prestadoras dos mesmos serviços, pelos respectivos encargos da sua acção, caducando no imediato momento a autorização concedida.

ARTIGO SEXTO – PRODUTORES E FABRICANTES.

1 – Nos termos do presente diploma a comercialização e a transacção dos produtos constantes do presente diploma, entre produtores e fabricantes, obriga-se aos termos do artigo 12º, do capítulo primeiro, do presente título, sendo o seu fornecimento às farmácias, aos ervanários, hortos, viveiros, hiper-mercados, supermercados e mercados, às unidades de saúde, veterinária e botânica, aos departamentos clínicos desportivos e sectoriais, às unidades industriais, didácticas, de investigação ou outras entidades, processado nos termos do artigo seguinte.

ARTIGO SÉTIMO – PROCESSAMENTO DO CICLO ECONÓMICO COMERCIAL.

1 – O real instituto farmacêutico português procede à autorização para o exercício comercial de produtos e serviços prestados provenientes ou oriundos das actividades dos medicamentos constantes do presente diploma.

2 – Os comerciantes e prestadores de serviços remetem por correio electrónico ao real instituto farmacêutico português o inventário pormenorizado das mercadorias específicas exigidas ao exercício da actividade e o local exacto do seu depósito, indicando os fornecedores e as quantidades respectivas.

3 – O real instituto farmacêutico português procede à respectiva autorização de início de actividade discriminativa dos mesmos produtos e fornecedores, sendo a mesma autorização remetida por correio electrónico à arrecadação real do real instituto farmacêutico português competente.

4 – A arrecadação real do real instituto farmacêutico português no imediato momento comunica por correio electrónico aos respectivos produtores ou fabricantes dos produtos requeridos a emissão da factura em triplicado dos respectivos produtos.

5 – O produtor ou fabricante elabora a factura de forma rigorosa e remete à arrecadação real do real instituto farmacêutico português competente por via directa ou via postal o original e o duplicado da factura.

6 - Após a recepção da factura compete à arrecadação real do real instituto farmacêutico português competente proceder à transferência dos produtos da arrecadação real ou de outra arrecadação real para a respectiva entidade comercial, deixando na mesma o original da factura assinada e identificada com o número do bilhete de identificação civil e institucional do responsável pelo seu transporte e trazendo o duplicado para a arrecadação real devidamente assinada e identificada com o número do bilhete de identificação do responsável do destinatário da factura.

7 – Compete ao comerciante ou prestador de serviços após a recepção dos produtos e da factura respectiva o pagamento integral no prazo de três dias ao fornecedor por via de transferência bancária, devendo para o efeito o fornecedor proceder na factura à inscrição do respectivo número de identificação financeiro.

8 – Os comerciantes e prestadores de serviços em exercício de actividades constantes do presente diploma, remetem por correio electrónico à arrecadação real do real instituto farmacêutico português competente o inventário respectivo de reposição de existências discriminada dos produtos a adquirir.

9 – A arrecadação real do real instituto farmacêutico português competente procede à respectiva autorização de reposição de existências discriminativa dos mesmos produtos, repetindo-se o processamento do ciclo económico comercial ininterrupto a partir do número 4 e seguintes números.

10 – Compete à arrecadação real do real instituto farmacêutico português, ao fornecedor e ao cliente conservar as respectivas facturas por um período de dez anos.

11 – Sempre que nos termos do número 6 se proceder à transferência dos produtos de outra arrecadação real, compete à arrecadação real onde os produtos estão armazenados emitir o talão de transferência de mercadorias, guardando o seu original e entregando o duplicado à arrecadação real para a qual as mercadorias são transferidas.

CAPÍTULO TERCEIRO – IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO, INTRODUÇÃO, EXPEDIÇÃO E TRÂNSITO.

ARTIGO PRIMEIRO – IMPORTAÇÃO E INTRODUÇÃO.

1 – As necessidades de importação ou de introdução de actividades dos medicamentos e de produtos e serviços prestados provenientes ou oriundos das mesmas actividades, bem como de percursoros, matérias-primas e matérias subsidiárias constantes do presente diploma, serão requeridas atempadamente pelas arrecadações reais do real instituto farmacêutico português mediante a observação da escassez do produto para as exigências a médio prazo, tendo em conta o seu consumo e a sua comercialização pelos cidadãos ou entidades envolvidos ou envolvidas das autorizações nos termos da lei para o exercício das actividades constantes do presente diploma ou por via da autorização de

início de actividade ou da autorização de reposição de existências, quando se verificar a não existência do produto respectivo em armazém, para o fazer face ao compromisso afirmado para com o cidadão ou entidade requerente.

2 - As necessidades de importação ou de introdução de actividades dos medicamentos e de produtos e serviços prestados provenientes ou oriundos das mesmas actividades, bem como de percursos, matérias-primas e matérias subsidiárias constantes do presente diploma, são comunicadas por via da declaração de importação das arrecadações reais do real instituto farmacêutico português ao real instituto farmacêutico português de modo e forma ao seu provimento.

3 - A declaração de importação é enviada ao ministério da agricultura e dos vegetais, da pecuária e dos animais, da pesca, do pescado e do plâncton, da extracção e dos minerais ou da indústria respectivo, sendo nomeado pelo real instituto farmacêutico português um técnico para que em colaboração com o ministro respectivo avalizarem o mercado fornecedor imperial português e internacional do mesmo produto ou serviço, a sua proveniência em termos de estado soberano, a quantidade, qualidade e estado de conservação do produto ou a eficiência do serviço a acordar e o preço respectivo, tendo presente a previsão das necessidades de consumo internas do mesmo produto ou serviço exigidas ao longo do ano e os termos da importação.

ARTIGO SEGUNDO – EXPORTAÇÃO E EXPEDIÇÃO.

1 - As necessidades de exportação ou expedição de actividades dos medicamentos e de produtos e serviços prestados provenientes ou oriundos das mesmas actividades, bem como de percursos, matérias-primas e matérias subsidiárias constantes do presente diploma, serão comunicadas por via da declaração de exportação pelas arrecadações reais do real instituto farmacêutico português ao real instituto farmacêutico português, sempre que analisarem um excesso de excedentes em armazém ou de prestadores de serviços no fazer face às responsabilidades internas do reino de Portugal para o respectivo ano de exercício e tendo presente a deterioração dos produtos ao longo do tempo.

2 - Sendo a mesma declaração analisada e confirmado o excesso de excedentes do respectivo produto ou de prestadores de serviços e enviada ao ministério da agricultura e dos vegetais, da pecuária e dos animais, da pesca, do pescado e do plâncton, da extracção e dos minerais ou da indústria respectivo, sendo nomeado pelo real instituto farmacêutico português um técnico para em colaboração com o ministro respectivo avalizarem o mercado importador imperial português e internacional do mesmo produto ou serviço, a sua proveniência em termos de estado soberano, a quantidade, qualidade e estado de conservação do produto ou a eficiência do serviço a acordar e o preço respectivo, tendo presente a previsão dos excedentes de produção internas do mesmo produto ou serviço ao longo do ano e os termos da exportação.

ARTIGO TERCEIRO – DECLARAÇÃO DE IMPORTAÇÃO E DECLARAÇÃO DE EXPORTAÇÃO.

1 - Da declaração de importação e da declaração de exportação devem constar:

a) Nome da actividade dos medicamentos, ou do produto ou serviço prestado proveniente ou oriundo das mesmas actividades e denominação comum internacional, sempre que a exista ou nome do precursor, da matéria-prima ou matéria subsidiária;

b) Princípio activo;

c) Quantidades a importar, introduzir, exportar ou expedir;

d) Nome do importador, introdutor, exportador ou expedidor, número de identificação fiscal, endereço, número da autorização para o exercício da actividade a realizar;

e) Período para a realização da operação de importação, introdução, exportação ou expedição;

f) Sempre que for requerido a importação ou introdução de um produto de entidade específica deve ser mencionado a identificação da entidade de produção ou fabrico ou da prestação do serviço e o estado soberano em que está registada.

ARTIGO QUARTO – ACORDO COMERCIAL.

1 – O acordo comercial celebrado na realização de operações de importação, introdução, exportação ou expedição dos produtos constantes do presente diploma, deve ser realizado por via diplomática pelo ministro da indústria, da pesca, do pescado e do plâncton, da pecuária e dos animais, da agricultura e dos vegetais ou da extracção e dos minerais respectivo com os órgãos de soberania dos estados soberanos envolvidos dos mesmos acordos comerciais, sendo autorizados aos importadores, introdutores, exportadores ou expedidores a realização da operação, sob fortes medidas de segurança.

2 – Da concessão da autorização de importação, introdução, exportação ou expedição, para além dos dados constantes da declaração de importação e da declaração de exportação, deverão incluir:

a) Os dados de identificação do fornecedor no caso de importação ou introdução, ou do cliente no caso de exportação ou expedição, o número fiscal do respectivo estado soberano e cópia da autorização para o exercício da actividade realizada;

b) Meio de transporte responsável pelo transporte da mercadoria e condições de conservação do produto durante o transporte;

c) O local de embarque e desembarque das mercadorias;

d) Medidas de segurança envolvidas da operação;

e) Condições de facturação e prazos de pagamento, sendo a forma de pagamento acordada, a transferência bancária entre as instituições financeiras dos estados soberanos intervenientes na operação.

ARTIGO QUINTO – ANÁLISE DOS PRODUTOS IMPORTADOS E INTRODUZIDOS.

1 – Compete à direcção geral das alfândegas proceder no imediato momento do desalfandegamento de produtos constantes do presente diploma à comunicação ao real instituto farmacêutico português do facto, de modo a que o mesmo remeta no imediato momento os técnicos exigidos a proceder à análise e avaliação do produto respectivo, procedendo-se após o desembarque ao seu imediato transporte para as arrecadações reais do real instituto farmacêutico português.

ARTIGO SEXTO – EXPORTAÇÃO OU EXPEDIÇÃO PROIBIDA.

1 – É proibida a exportação ou expedição de produtos constantes do presente diploma destinada a um destinatário diferente do que foi indicado no acordo comercial celebrado e constante da respectiva autorização.

2 – Sempre que a exportação ou expedição for dirigida a entreposto aduaneiro, o governo do estado soberano importador deve certificar na autorização o consentimento do facto, mencionando na autorização o entreposto aduaneiro como seu destino.

3 – Todo o cidadão ou entidade exportador ou expedidor deve proceder de modo e forma a que se torne impossível abrir os volumes sem quebrar o selo de segurança.

ARTIGO SÉTIMO – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DE TRÂNSITO E TRANSBORDO.

1 - O pedido de autorização de trânsito ou transbordo no espaço territorial português de produtos provenientes ou oriundos das actividades dos medicamentos, bem como de percursos, matérias-primas e matérias subsidiárias constantes do presente diploma, deve ser acompanhado das respectivas autorizações de importação e exportação emitidas pelos estados soberanos envolvidos da origem e do destino das mercadorias, bem como da autorização respectiva do meio de transporte, emitida pela autoridade do estado soberano exportador para a realização da operação.

2 – O pedido de mudança de destino das mercadorias para outro estado soberano que não o do destino inicial, obriga a uma imediata apreensão do meio de transporte envolto do seu transporte e da mercadoria constante do mesmo, sendo preciso para o desembargo da situação a autorização rectificativa passada pelo estado soberano exportador.

ARTIGO OITAVO – OUTROS CONDICIONALISMOS.

1 – De acordo com as convenções internacionais ratificadas por Portugal e por diploma próprio, podem ser impostos outros condicionalismos ou restrições relativamente à importação, introdução, exportação, expedição, trânsito ou transbordo de actividades dos medicamentos e de produtos e serviços prestados provenientes ou oriundos das

mesmas actividades, bem como de percursores, matérias-primas e matérias subsidiárias constantes do presente diploma.

CAPÍTULO QUARTO – REGISTOS INFORMÁTICOS DE CONTROLO.

ARTIGO PRIMEIRO – DISPOSIÇÕES COMUNS.

1 – Os registos informáticos de controlo previstos no presente capítulo são aprovados pelo real instituto farmacêutico português, contendo o termo de abertura e o do encerramento.

2 – Os registos não conterão espaços em branco, entrelinhas, rasuras ou emendas não ressalvadas e são elaborados por ordem cronológica, com numeração sequencial.

3 – As entidades autorizadas a produzir, fabricar ou comercializar os produtos constantes do presente diploma, conservaram os registos informáticos por um período de dez anos, a contar do último lançamento.

4 – Os registos são controlados pelo real instituto farmacêutico português.

5 – O registo informático procederá de forma íntegra e digna à fidedignidade e segurança dos dados constantes.

6 – Os registos podem ser remetidos ao real instituto farmacêutico português através de transmissão electrónica de dados, de acordo com os requisitos a definir pelo próprio real instituto farmacêutico português.

ARTIGO SEGUNDO – REGISTO DE ENTRADAS E SAÍDAS.

1 – Todos os cidadãos ou entidades autorizados ou autorizadas a exercer actividades constantes do presente diploma, bem como as arrecadações reais do real instituto farmacêutico português, devem registar em cada um ano de exercício de acordo com o artigo anterior, todas as entradas e saídas:

a) De actividades dos medicamentos e de produtos provenientes ou oriundos das mesmas actividades envolvidos do exercício da actividade comercial, no respectivo registo informático – mercadorias;

b) De actividades dos medicamentos e de produtos provenientes ou oriundos das mesmas actividades envolvidos do exercício da actividade produtora ou industrial, no respectivo registo informático – matérias-primas;

c) De matérias subsidiárias exigidas ao exercício da correspondente actividade, no respectivo registo informático – matérias subsidiárias.

2 – Do respectivo registo deve constar a data, o nome do fornecedor ou cliente respectivo, a designação do produto e as quantidades respectivas da aquisição ou venda.

3 – O registo informático deve ser aberto com data do dia 1 de Janeiro de cada ano e encerrado no dia 31 de Dezembro do ano respectivo.

4 – No encerramento de cada um ano de exercício deverá constar as quantidades do produto comprado e vendido e a referência das existências em armazém disponíveis para o ano de exercício seguinte.

5 – Todos os cidadãos ou entidades obrigados ou obrigadas aos livros de registo informático entradas e saídas devem remeter até ao dia 31 de Janeiro do ano seguinte ao real instituto farmacêutico português os dados constantes dos mesmos relativos ao ano transacto.

6 – As arrecadações reais do real instituto farmacêutico português registam também a entrada de produtos provenientes ou oriundos das actividades dos medicamentos constantes do presente diploma para destruição, bem como a sua designação, quantidades dos produtos e a data da sua destruição.

ARTIGO TERCEIRO – REGISTO DE ENTRADA E DE SAÍDA DO CICLO DE PRODUÇÃO E FABRICO.

1 – Todos os cidadãos ou entidades autorizados ou autorizadas a produzir ou fabricar produtos provenientes ou oriundos das actividades dos medicamentos constantes do presente diploma, deverão possuir o registo informático – produção e fabrico, para registarem nos mesmos a respectiva quantidade de matérias-primas e matérias subsidiárias entradas em cada um processo de produção ou fabrico e as quantidades do produto obtido com o mesmo processo.

2 – No registo informático de produção e fabrico deve constar a identificação completa do produto, a proveniência das matérias-primas e subsidiárias, com indicação da data de entrada do registo informático matérias-primas ou matérias subsidiárias correspondente as quantidades utilizadas, a data de entrada na secção de produção ou fabrico, as quantidades do produto obtido e o respectivo número de lote.

3 – O registo informático deve ser aberto com data do dia 1 de Janeiro de cada ano e encerrado no dia 31 de Dezembro do ano respectivo.

4 – No encerramento de cada um ano de exercício deverá constar as quantidades de matérias-primas e matérias subsidiárias entradas no processo de produção e fabrico e as quantidades de produto obtidas com o mesmo.

5 – Todos os cidadãos ou entidades obrigados ou obrigadas ao livro de registo informático produção e fabrico, devem remeter até ao dia 31 de Janeiro do ano seguinte ao real instituto farmacêutico português os dados constantes dos mesmos relativos ao ano transacto.

ARTIGO QUARTO – REGISTO DE RECEITAS NAS FARMÁCIAS E ESTABELECIMENTOS DE VENDA AO PÚBLICO.

1 – Todas as farmácias, viveiros, ervanários, hortos, hiper-mercados, supermercados e mercados, bem como outros estabelecimentos de venda ao público autorizados a comercializar produtos provenientes ou oriundos das actividades dos medicamentos, deverão possuir o registo informático – receitas, para registarem nos mesmos as receitas aviadas de medicamentos.

2 – No registo informático de receitas deve constar o número da receita, o número e a identificação do médico, veterinário ou bioquímico prescritor, a identificação do adquirente e o número de identificação pessoal, a data da entrega, o nome do paciente ou a referência ao animal, ou ao vegetal ou plâncton, patologia, designação do produto, quantidade e preço respectivo da factura.

3 – O registo informático deve ser aberto com data do dia 1 de Janeiro de cada ano e encerrado no dia 31 de Dezembro do ano respectivo.

4 – No encerramento de cada um ano de exercício deverá constar a designação dos produtos aviados e as quantidades respectivas dos mesmos produtos.

5 – Todos os cidadãos ou entidades obrigados ou obrigadas ao livro de registo informático receitas, devem remeter até ao dia 31 de Janeiro do ano seguinte ao real instituto farmacêutico português os dados constantes dos mesmos relativos ao ano transacto.

ARTIGO QUINTO – REGISTO MÉDICO.

1 – Todas as unidades de saúde, desportivas e sectoriais autorizadas a realizar tratamentos com uso de produtos provenientes ou oriundos das actividades dos medicamentos humanos, deverão possuir o registo informático – saúde, para registarem nos mesmos todos os tratamentos efectuados com os respectivos produtos.

2 – No registo informático de saúde deve constar o número e a identificação do clínico responsável pelo tratamento, a identificação do paciente e o número de identificação pessoal, a data do tratamento, a referência à respectiva patologia, designação do produto e quantidade do produto usado no tratamento.

3 – O registo informático deve ser aberto com data do dia 1 de Janeiro de cada ano e encerrado no dia 31 de Dezembro do ano respectivo.

4 – No encerramento de cada um ano de exercício deverá constar o número de tratamentos realizados para cada uma patologia, a designação dos produtos usados e as quantidades respectivas dos mesmos produtos.

5 – Todos os cidadãos ou entidades obrigados ou obrigadas ao livro de registo informático saúde, devem remeter até ao dia 31 de Janeiro do ano seguinte ao real instituto farmacêutico português os dados constantes dos mesmos relativos ao ano transacto.

ARTIGO SEXTO – REGISTO VETERINÁRIO.

1 – Todas as unidades de veterinária autorizadas a realizar tratamentos com uso de produtos provenientes ou oriundos das actividades dos medicamentos animais, deverão possuir o registo informático – veterinário, para registarem nos mesmos todos os tratamentos efectuados com os respectivos produtos.

2 – No registo informático veterinário deve constar o número e a identificação do veterinário responsável pelo tratamento, a designação do animal ou animais e o número de identificação veterinário, a data do tratamento, a referência à respectiva patologia, designação do produto e quantidade do produto usado no tratamento.

3 – O registo informático deve ser aberto com data do dia 1 de Janeiro de cada ano e encerrado no dia 31 de Dezembro do ano respectivo.

4 – No encerramento de cada um ano de exercício deverá constar o número de tratamentos realizados para cada uma patologia, a designação dos produtos usados e as quantidades respectivas dos mesmos produtos.

5 – Todos os cidadãos ou entidades obrigados ou obrigadas ao livro de registo informático veterinário, devem remeter até ao dia 31 de Janeiro do ano seguinte ao real instituto farmacêutico português os dados constantes dos mesmos relativos ao ano transacto.

ARTIGO SÉTIMO – REGISTO BOTÂNICO.

1 – Todas as unidades de botânica autorizadas a realizar tratamentos com uso de produtos provenientes ou oriundos das actividades dos medicamentos vegetais, deverão possuir o registo informático – botânico, para registarem nos mesmos todos os tratamentos efectuados com os respectivos produtos.

2 – No registo informático botânico deve constar o número e a identificação do bioquímico responsável pelo tratamento, a designação do vegetal ou do plâncton e o número de identificação da área botânica, a data do tratamento, a referência à respectiva patologia, designação do produto e quantidade do produto usado no tratamento.

3 – O registo informático deve ser aberto com data do dia 1 de Janeiro de cada ano e encerrado no dia 31 de Dezembro do ano respectivo.

4 – No encerramento de cada um ano de exercício deverá constar o número de tratamentos realizados para cada uma patologia, a designação dos produtos usados e as quantidades respectivas dos mesmos produtos.

5 – Todos os cidadãos ou entidades obrigados ou obrigadas ao livro de registo informático botânico, devem remeter até ao dia 31 de Janeiro do ano seguinte ao real instituto farmacêutico português os dados constantes dos mesmos relativos ao ano transacto.

ARTIGO OITAVO – SUBTRACÇÃO, EXTRAVIO E INUTILIZAÇÃO DE REGISTOS.

1 – A subtracção, o extravio e a inutilização dos registos informáticos são no imediato momento do conhecimento dos factos, comunicados pela entidade respectiva ao órgão de soberania jurídico da respectiva área de circunscrição geográfica, que accionará no imediato as autoridades judiciais, para a sua investigação, devendo todos os funcionários da entidade respectiva e responsáveis administrativos prestar a plena e total colaboração para o apuramento da veracidade do processo e do seu autor ou autores morais, bem como comunicar ao real instituto farmacêutico português o mesmo facto indicando com todo o pormenor possível a descrição dos factos, indicando os registos informáticos em falta e fornecendo todos os elementos de prova que possuir.

ARTIGO NONO – REGISTO DAS EXISTÊNCIAS.

1 – Compete às arrecadações reais do real instituto farmacêutico português até ao dia 31 de Janeiro de cada ano, remeter ao real instituto farmacêutico português um inventário pormenorizado das existências de produtos constantes nas arrecadações reais relativos à data de 31 de Dezembro do ano transacto, mencionando a designação dos produtos constantes e as respectivas quantidades, sublinhando a designação e respectivas quantidades de mercadorias importadas e exportadas.

2 – Compete a todos os cidadãos ou entidades envoltos ou envoltas do exercício das actividades constantes do presente diploma, até ao dia 31 de Março de cada ano, apresentar a declaração de rendimentos individuais ou colectivos referentes ao exercício da actividade aos órgãos de soberania fiscais e remeter um inventário pormenorizado das existências de matérias-primas e matérias subsidiárias constantes em armazém, à data de 31 de Dezembro do ano transacto, bem como a previsão das quantidades a produzir, fabricar ou comercializar para o presente ano de exercício, em formulário próprio disponibilizado pelos órgãos de soberania fiscais, devidamente preenchido e assinado pelo responsável da autorização respectiva.

3 – Compete aos órgãos de soberania fiscais remeter a mesma informação depois de devidamente averiguada a integridade de todo o processo fiscal relativos aos cidadãos, entidades e profissionais no exercício da actividade, ao real instituto farmacêutico português.

4 – Os registos a que se refere o presente artigo devem ser conservados pelo prazo de dez anos.

CAPÍTULO QUINTO – PUBLICIDADE, TRATAMENTO, SEGURANÇA, ESTOJOS, EMBALAMENTO, CONSERVAÇÃO, RÓTULOS E FOLHETO INFORMATIVO.

ARTIGO PRIMEIRO – PROIBIÇÃO DE PUBLICIDADE.

1 – É proibida nos termos da lei a publicidade respeitante a actividades dos medicamentos e produtos e serviços prestados provenientes ou oriundos das mesmas actividades, com excepção das publicações técnicas ou suportes de informação destinados

exclusivamente a produtores, fabricantes, médicos, veterinários, bioquímicos, profissionais de saúde, de veterinária e de botânica, industriais, comerciantes e prestadores de serviços envolvidos das actividades constantes do presente diploma e das publicações relativas à sua venda em leilão organizados e promovidos pelo real instituto farmacêutico português nos termos da lei.

ARTIGO SEGUNDO – TRATAMENTO, SEGURANÇA, ESTOJOS, EMBALAMENTO, CONSERVAÇÃO E RÓTULOS.

1 – O real instituto farmacêutico português fixa as normas de tratamento dos produtos, as quantidades e a dosagem específica a existir em cada uma embalagem para cada um produto, tendo presente o período de tempo estimado do seu consumo, utilização e actuação sobre cada uma operação patologia humana, animal ou botânica e os materiais e as características de segurança a adoptar nos estojos, recipientes e nas embalagens de produtos provenientes ou oriundos das actividades dos medicamentos constantes do presente diploma, bem como as normas de segurança, conservação, higiene e de transporte dos produtos.

2 – Os rótulos apostos nos recipientes que contenham produtos provenientes ou oriundos das actividades dos medicamentos constantes do presente diploma destinados a venda, têm obrigatoriamente que mencionar a indicação da designação do produto, o estado soberano de origem, a quantidade respectiva em peso bruto ou líquido, a designação do princípio activo e da denominação comum internacional sempre que exista, a informação relativa à zona de produção ou fabrico, a composição, as contra-indicações do produto, as restrições das liberdades, a recomendação da moderação e os benefícios inerentes ao seu consumo, e a letra H tratando-se de medicamentos humanos, a letra A de medicamentos animais e a letra B se referente a medicamentos botânicos, para além de outras menções obrigatórias sempre que existam disposições legais que às mesmas obriguem.

ARTIGO TERCEIRO – FOLHETO INFORMATIVO.

1 – O folheto informativo que acompanha o produto proveniente ou oriundo das actividades dos medicamentos constante do presente diploma tem que obrigatoriamente mencionar a designação do produto, a designação do princípio activo e da denominação comum internacional sempre que exista e a data e entidades responsáveis pela peritagem e exame sempre que o produto ao mesmo obrigue, bem como entidade responsável pelo controlo de qualidade e certificação, a finalidade a que se destina, a composição material, indicação terapêutica, dosagem, a quantidade do produto respectivo, as normas de detenção, uso, utilização, conservação e segurança respectivas, as contra-indicações do produto, as restrições das liberdades, a recomendação da moderação e os benefícios inerentes ao seu consumo, para além de outras menções obrigatórias sempre que existam disposições legais que às mesmas obriguem.

CAPÍTULO SEXTO – RESPONSABILIDADE CRIMINAL.

ARTIGO PRIMEIRO – ACTO PROCESSUAL JURÍDICO.

1 – A violação das obrigações legais impostas nos termos da lei, por parte dos cidadãos ou entidades envolvidos ou envolvidas do exercício das actividades constantes do presente diploma, é passível de acto de processo-crime, podendo o mesmo ditar pela prorrogação, renovação ou suspensão das licenças e respectiva autorização, por tempo determinado ou pela dissolução sempre que em definitivo.

ARTIGO SEGUNDO – PROCEDIMENTO JURÍDICO.

1 – Aos cidadãos ou entidades a exercer actividades constantes do presente diploma que incorram em actos de processo-crime relativos às mesmas actividades, poderão, no imediato momento da sua condenação, ser confiscado e considerado perdido a favor do estado todo o immobilizado, existências e outros bens materiais inerentes ao exercício da actividade respectiva.

ARTIGO TERCEIRO – IMPORTAÇÃO, INTRODUÇÃO, EXPORTAÇÃO E EXPEDIÇÃO ILÍCITAS.

1 – Todo o cidadão ou entidade que adulterar e violar o disposto nos artigos 1º ao 4º e o artigo 7º, do capítulo terceiro, do presente título, correspondente ao processo de importação, exportação, introdução, expedição, trânsito e transbordo de produtos constantes do presente diploma, é punido:

- a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa pena nunca inferior a 21 anos;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou

c. Um terço da pena se o acto lesivo agravar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

3 – Se do acto crime:

a) Resultar a morte de cidadãos, o autor é punido:

a. Pelas consequências do acto praticado;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao total do número de anos que medeiam entre a idade de cada uma vítima no momento dos factos e a estimativa média de vida dos cidadãos, os 85 anos, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o cônjuge ou cônjuges e para os familiares directos;

c. Numa pena nunca inferior a 21 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e a água;

h. Com direito a um dia de visita mensal;

b) Resultarem lesões para cidadãos e a exigência de cuidados, tratamentos e intervenções de saúde, os mesmos serão suportados pelo autor na íntegra e pelo período de tempo no qual os mesmos se prolongarem, mesmo que em liberdade depois de cumprida a pena de cadeia efectiva.

ARTIGO QUARTO – TRATAMENTO, SEGURANÇA, ESTOJOS, EMBALAMENTO, CONSERVAÇÃO, ROTULAGEM E FOLHETOS INFORMATIVOS.

1 – Todo o cidadão ou entidade autorizado ou autorizada ao exercício das actividades constantes do presente diploma, que não observar as condições de tratamento, segurança, dos estojos, de embalamento, conservação, higiene e transporte dos produtos, bem como de rotulagem e dos folhetos informativos estabelecidas nos termos do disposto no capítulo quinto, do presente título, é punido:

a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 21 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou

c. Um terço da pena se o acto lesivo agravar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

ARTIGO QUINTO – ELEMENTOS ERRADOS.

1 – Todo o cidadão ou entidade que requerer a autorização ou a manutenção da autorização para o exercício das actividades constantes do presente diploma nos termos do disposto nos artigos 4º e 6º, do capítulo segundo, do título primeiro e do artigo 1º, do capítulo primeiro e do artigo 5º, do capítulo segundo, do presente título, com elementos e dados falsos ou incorrectos, é punido:

a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 7 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; e

c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

3 – Todo o cidadão que efectue o acto comercial de compra de produtos provenientes ou oriundos das actividades dos medicamentos constantes do presente diploma nos termos do disposto nos artigos 1º ao 3º, do capítulo segundo, do presente título, com elementos e dados falsos ou incorrectos, é punido:

a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 366 dias;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 100 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação ao jantar a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

4 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; e

c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

ARTIGO SEXTO – LICENÇA E AUTORIZAÇÃO.

1 – Todo o responsável administrativo por:

a) Entidade envolta no processo de licenciamento dos cidadãos ou entidades a exercer actividades constantes do presente diploma, que não proceder em termos técnicos à plenitude das responsabilidades exigidas e à idoneidade e integridade de todo o processo de licenciamento nos termos do disposto no artigo 2º, do capítulo segundo, do título primeiro, procedendo à emissão de pareceres falsos e deturpados; ou

b) O real instituto farmacêutico português que ocultando parecer negativo de entidade envolta do licenciamento de um processo de autorização para o exercício de actividades constantes do presente diploma nos termos do disposto no artigo 2º, do capítulo segundo, do título primeiro, emitir a respectiva autorização;

é punido:

a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 7 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; e

c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

ARTIGO SÉTIMO – QUEBRA DE COOPERAÇÃO.

1 – Todo o responsável administrativo de entidade envolta das competências de autorização, fiscalização e controlo dos cidadãos e entidades autorizados ou autorizadas ao exercício de actividades constantes do presente diploma, que não cooperarem com as demais entidades para a integridade e fidedignidade de todo o processo nos termos do disposto no artigo 3º, do capítulo terceiro, do título primeiro, é punido:

- a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa pena nunca inferior a 7 anos;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
- b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; e
- c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

ARTIGO OITAVO – INICIO DE ACTIVIDADE.

1 – Todo o responsável administrativo do real instituto farmacêutico português que tendo sido emitida a respectiva autorização do exercício das actividades constantes do presente diploma, a não inserir no registo dos cidadãos ou entidades a exercer as mesmas actividades ou não as remeter aos respectivos órgãos de soberania jurídico e policial da área de circunscrição geográfica respectiva, de modo e forma à adopção das

medidas de segurança, fiscalização e controlo nos termos do disposto no artigo 9º, do capítulo segundo, do título primeiro, é punido:

a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 7 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; e

c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

ARTIGO NONO – DESALFANDEGAMENTO.

1 – Todo o responsável administrativo da direcção geral da alfândega respectiva que no acto de processo de um desalfandegamento de produtos constantes do presente diploma:

a) Não o comunicar no imediato ao real instituto farmacêutico português, de modo a que proceda à sua análise e avaliação nos termos do disposto no artigo 5º, do capítulo terceiro, do presente título; ou

b) Não comunique às autoridades militares e policiais respectivas da alfândega de modo e forma a que se proceda ao reforço das medidas de segurança nos termos do disposto no artigo 1º, do capítulo terceiro, do título primeiro; ou

2 – Todo o cidadão ou entidade que violar os actos processuais de desalfandegamento de produtos provenientes ou oriundos das actividades dos medicamentos, bem como de percursores, matérias-primas e matérias subsidiárias

constantes do presente diploma nos termos do disposto no artigo 2º, do capítulo terceiro, do título primeiro;

é punido:

a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 7 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

3 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; e

c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

ARTIGO DÉCIMO – APREENSÕES.

1 – Todo o agente da guarda real portuguesa que após apreensão de produtos constantes do presente diploma, os não denunciar no respectivo órgão de soberania policial de modo e forma à sua comunicação institucional ao órgão de soberania jurídico da respectiva área de circunscrição geográfica nos termos do disposto no artigo 12º, do capítulo segundo, do título primeiro, para a instauração do respectivo processo-crime, é punido:

a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

- c. Numa pena nunca inferior a 7 anos;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
- f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
- b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; e
- c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – CICLO ECONÓMICO.

1 – Todo o cidadão ou entidade que violar as fases do processamento do ciclo económico produtivo ou comercial nos termos do disposto no artigo 12º, do capítulo primeiro e no artigo 7º, do capítulo segundo, do presente título respectivamente, é punido:

- a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa pena nunca inferior a 7 anos;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
- b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; e
- c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – SUBTRACÇÃO, EXTRAVIO E DETERIORAÇÃO.

1 – Todo o cidadão ou entidade a exercer actividades constantes do presente diploma que constate a subtracção, extravio ou deterioração de produtos provenientes ou oriundos das actividades dos medicamentos ou de precursores, matérias-primas ou matérias subsidiárias constantes do presente diploma, bem como de impressos, receitas, documentos, registos, certificados, licenças ou autorizações no exercício da sua actividade e que não comunicar o facto no prazo de vinte e quatro horas, ao órgão de soberania jurídico da sua área de circunscrição geográfica e ao real instituto farmacêutico português nos termos do disposto no artigo 29º, do capítulo quarto, do título primeiro, é punido:

- a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa pena nunca inferior a 7 anos;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; e

c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – DEVERES DE SEGURANÇA.

1 – Todo o cidadão que tendo a seu cargo, a guarda, a responsabilidade ou a segurança de produtos provenientes ou oriundos das actividades dos medicamentos nos termos do disposto no artigo 13º, do capítulo primeiro, do presente título, por incúria ou negligência das medidas adoptadas, der causa à sua subtracção, extravio ou deterioração, é punido:

a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 7 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; e

c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – CONTRIBUIÇÃO.

1 – Todo o produtor, fabricante ou prestador de serviços autorizado ao exercício das actividades constantes do presente diploma que até ao dia 31 de Janeiro não cumpra

com a contribuição respectiva ao real instituto farmacêutico português nos termos do disposto no artigo 14º, do capítulo primeiro, do presente título, pelos serviços de defesa, protecção e transporte respectivos, é punido:

a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 7 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; e

c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – PUBLICIDADE.

1 – A publicidade de actividades dos medicamentos e de produtos e serviços prestados provenientes ou oriundos das mesmas actividades constantes do presente diploma é punida nos termos do artigo 5º, do capítulo sétimo, do título terceiro do CÓDIGO PENAL.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – DIRECÇÃO DOS MEDICAMENTOS, OUTRAS DIRECÇÕES E RESPONSÁVEIS PELA AUTORIZAÇÃO.

1 – Todo o responsável por direcção dos medicamentos, farmacêutica, de viveiro, de ervanária, de horto, clínica, veterinária, botânica ou outra direcção, ou todo o responsável pela autorização, que não proceder no imediato momento ao fornecimento dos dados, elementos e informações, solicitados pelo real instituto farmacêutico

português nos termos do disposto nos artigos 7º ao 10º, nos artigos 16º ao 24ª e no artigo 26º, do capítulo quarto, do título primeiro, obstruindo as respectivas competências e diligências a realizar, é punido:

a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 7 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; e

c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – DENÚNCIA.

1 – Todo o cidadão ou entidade autorizado ou autorizada a exercer actividades constantes do presente diploma, que detendo conhecimento da realização de uma operação ilícita ou transacção suspeita de ser desviada para fins ilícitos, não comunicar às entidades competentes o facto nos termos do disposto no artigo 4º, do capítulo terceiro, do título primeiro, é punido:

a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 7 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envolvidas;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; e

c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

3 – Se do acto crime:

a) Resultar a morte de cidadãos, o autor é punido:

a. Pelas consequências do acto praticado;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao total do número de anos que medeiam entre a idade de cada uma vítima no momento dos factos e a estimativa média de vida dos cidadãos, os 85 anos, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o cônjuge ou cônjuges e para os familiares directos;

c. Numa pena nunca inferior a 21 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e a água;

h. Com direito a um dia de visita mensal;

b) Resultarem lesões para cidadãos e a exigência de cuidados, tratamentos e intervenções de saúde, os mesmos serão suportados pelo autor na íntegra e pelo período de tempo no qual os mesmos se prolongarem, mesmo que em liberdade depois de cumprida a pena de cadeia efectiva.

ARTIGO DÉCIMO OITAVO – FRONTEIRAS.

1 – Todo o cidadão proveniente do estrangeiro que se apresentar nas fronteiras portuguesas com justificação médica do uso, posse e consumo de produtos provenientes ou oriundos das actividades dos medicamentos e que o mesmo cidadão os detenha nos termos do disposto no artigo 14º, do capítulo segundo, do título primeiro, compete às entidades portuárias caso os mesmos se encontrem inscritos na lista de produtos provenientes ou oriundos das actividades dos medicamentos em uso e utilização no reino de Portugal, apreendê-los pelo tempo de estadia no território, sendo os mesmos devolvidos no acto de regresso aos seus destinos.

2 – Todo o cidadão estrangeiros que não se apresentar nas fronteiras portuguesas com justificação médica do uso, posse e consumo de produtos provenientes ou oriundos das actividades dos medicamentos e que possuir produtos provenientes ou oriundos das actividades dos medicamentos, bem como percursores, matérias-primas e matérias subsidiárias constantes do presente diploma, é punido nos termos do disposto nos artigos 1º ao 4º, do capítulo quinto, do título primeiro respectivamente.

3 – Todo o responsável máximo por meio de transporte internacional que não denuncie nas fronteiras portuguesas a posse de produtos provenientes ou oriundos das actividades dos medicamentos, bem como não possua autorização para a sua posse subscrita pelo estado soberano no qual está registado nos termos do disposto no artigo 15º, do capítulo segundo, do título primeiro, é punido:

- a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa pena nunca inferior a 7 anos;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

4 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; e

c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

ARTIGO DÉCIMO NONO – REVISTA E PERÍCIA.

1 – Todo o cidadão que devidamente advertido das consequências penais do seu acto por agente da guarda real portuguesa, se recusar e se negar a ser submetido a revista ou a perícia autorizada nos termos do disposto no artigo 6º, do capítulo primeiro, do título terceiro, é punido:

a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 7 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; e

c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

ARTIGO VIGÉSIMO – ARRECADAÇÕES REAIS.

1 – Todo o funcionário das arrecadações reais do real instituto farmacêutico português incumbido da responsabilidade:

a) De recepção de autorização de início de actividade ou de autorização de reposição de existências emitida pelo real instituto farmacêutico português;

b) De recepção dos pedidos de autorização de reposição de existências dos comerciantes e demais sectores de actividade dependentes dos produtos;

c) De comunicação de autorização de reposição de existências emitida pela própria arrecadação real;

d) De recepção de factura de fornecedor ou de guia de remessa do produto final de produtor ou fabricante;

e) De comunicação da arrecadação real a fornecedor para a emissão de factura;

f) De transporte de factura de fornecedor ou de destinatário da mesma para a arrecadação real;

g) De transporte de guia de remessa do produto final de produtor ou fabricante para a arrecadação real; ou

h) De transporte de talão de transferência de mercadorias de uma outra arrecadação real para a sua própria;

Que extraviar, subtrair ou deteriorar os mesmos documentos nos termos do disposto no artigo 12º, do capítulo primeiro e no artigo 7º, do capítulo segundo, do presente título, é punido:

a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente a 366 dias, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 100 Quilómetros da sua área de residência;

d. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

e. Com um dia de pausa mensal;

f. Com uma alimentação ao jantar a pão e água;

g. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou

c. Um terço da pena se o acto lesivo agravar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

3 – Todo o funcionário das arrecadações reais do real instituto farmacêutico português incumbido da responsabilidade:

a) De transporte dos produtos da arrecadação real ou de uma outra arrecadação real, ou de domicílio de fornecedor para o destinatário da factura nos termos do disposto no artigo 12º, do capítulo primeiro e no artigo 7º, do capítulo segundo, do presente título;

b) De transporte de produtos de produtor ou fabricante para a arrecadação real nos termos do disposto no artigo 12º, do capítulo primeiro e no artigo 7º, do capítulo segundo, do presente título;

c) De transporte de amostra de produtor ou fabricante para o real instituto farmacêutico português nos termos do disposto no artigo 8º, do capítulo primeiro, do presente título;

Que extraviar, subtrair ou deteriorar os mesmos produtos; ou

4 – Todo o responsável:

a) Da arrecadação real do real instituto farmacêutico português pela segurança e defesa da arrecadação real nos termos do disposto no artigo 13º, do capítulo segundo, do título primeiro, que extraviar, subtrair ou deteriorar os mesmos produtos; ou

b) Administrativo pela arrecadação real do real instituto farmacêutico português que não remeter nos prazos respectivos o inventário das existências em armazém à data de 31 de Dezembro de cada um ano nos termos do disposto no artigo 5º, do capítulo quarto, do presente título;

é punido:

a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 7 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

5 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; e

c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

ARTIGO VIGÉSIMO PRIMEIRO – REAL INSTITUTO FARMACÊUTICO PORTUGUÊS.

1 – Todo o responsável do real instituto farmacêutico português incumbido da responsabilidade de recepção de inventário de início de actividade ou de inventário de reposição de existências de produtor, fabricante, comerciante ou prestador de serviços nos termos do disposto no artigo 12º, do capítulo primeiro e no artigo 7º, do capítulo segundo, do presente título, que extraviar, subtrair ou deteriorar os mesmos documentos, é punido:

a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente a 366 dias, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 100 Quilómetros da sua área de residência;

d. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

e. Com um dia de pausa mensal;

f. Com uma alimentação ao jantar a pão e água;

g. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou

c. Um terço da pena se o acto lesivo agravar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO – AMOSTRAS.

1 – Todo o cidadão ou entidade autorizado ou autorizada a exercer as actividades constantes do presente diploma que com excepção da amostra remetida ao real instituto farmacêutico português após a obtenção do produto final do exercício da sua actividade, remeta amostras do produto a terceiros nos termos do disposto no artigo 8º, do capítulo primeiro, do presente título, é punido:

a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 7 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; e

c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

ARTIGO VIGÉSIMO TERCEIRO – REGISTOS INFORMÁTICOS.

1 – Todo o cidadão ou entidade a exercer actividades constantes do presente diploma, que obrigado ou obrigada aos registos informáticos correspondentes do exercício da actividade nos termos do disposto no capítulo quarto, do presente título:

a) O não possuírem;

b) Não procederem ao seu íntegro preenchimento e inscrição;

c) Não remeterem os elementos constantes dos mesmos às autoridades competentes nos prazos estabelecidos;

d) Não conservarem os mesmos registos nos prazos definidos para a sua conservação;

e) Não remeterem aos órgãos de soberania fiscais nos prazos respectivos o inventário das existências à data de 31 de Dezembro de cada um ano;

é punido:

a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 7 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; e

c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

ARTIGO VIGÉSIMO QUARTO – UNIDADES DE SAÚDE, VETERINÁRIAS, BOTÂNICAS E OUTRAS ENTIDADES.

1 – Toda a unidade de saúde, veterinária, botânica ou outras entidades a exercer actividades constantes do presente diploma, que:

a) Não remeter ao real instituto farmacêutico português até ao dia 5 do mês seguinte a relação dos produtos provenientes ou oriundos das actividades dos medicamentos envoltos dos actos de tratamento referentes ao mês anterior nos termos do disposto nos artigos 22º ao 24º, do capítulo quarto, do título primeiro; ou

b) Não comunicar no prazo de vinte e quatro horas após o conhecimento do facto, o extravio, subtracção ou deterioração de produtos provenientes ou oriundos das actividades dos medicamentos, às entidades competentes nos termos do disposto no artigo 28º, do capítulo quarto, do título primeiro;

é punido:

a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 7 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envolvidas;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; e

c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

ARTIGO VIGÉSIMO QUINTO – DOCUMENTOS, LICENÇAS E AUTORIZAÇÕES.

1 – Todo o cidadão ou entidade que autorizado ou autorizada nos termos da lei ao exercício das actividades constantes do presente diploma, não detiver e conservar na sua posse documentos, registos, certificados, licenças ou autorizações respectivos do exercício da actividade, para os apresentar em cada um acto de fiscalização e controlo nos termos do disposto nos artigos 3º e 11º, do capítulo segundo e no artigo 5º, do capítulo terceiro, do título primeiro, é punido:

a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente a 366 dias, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 100 Quilómetros da sua área de residência;

d. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

e. Com um dia de pausa mensal;

f. Com uma alimentação ao jantar a pão e água;

g. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou

c. Um terço da pena se o acto lesivo agravar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

ARTIGO VIGÉSIMO SEXTO – SERINGAS.

1 – Compete a todo o farmacêutico ou auxiliar farmacêutico que o substitua na sua ausência ou impedimento, registar o nome de todos os cidadãos ou entidades requerentes de seringas, bem como as quantidades das mesmas fornecidas, só podendo ser vendidas ou entregues a requerimento de responsável por entidade de saúde humana ou animal ou por enfermeiro, médico ou veterinário devidamente credenciado pela ordem bastonária respectiva.

2 – Todo o cidadão que em lugar público ou privado mas de uso e utilização público, abandonar seringa ou outro instrumento usado no consumo lícito ou ilícito de produtos provenientes ou oriundos das actividades dos medicamentos, criando deste modo perigo para a vida ou para a integridade física de outrem, é punido:

a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 7 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

3 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou

c. Um terço da pena se o acto lesivo for considerado de risco pela sua utilização por menores ou se agravar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

4 – Se do acto crime:

a) Resultar o contágio de doença incurável em cidadãos, o autor é punido:

a. Pelas consequências do acto praticado;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao total do número de anos que medeiam entre a idade de cada uma vítima no momento dos factos e a estimativa média de vida dos cidadãos, os 85 anos, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o cônjuge ou cônjuges e para os familiares directos;

c. Numa pena nunca inferior a 21 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e a água;

h. Com direito a um dia de visita mensal;

b) Resultarem lesões para cidadãos e a exigência de cuidados, tratamentos e intervenções de saúde, os mesmos serão suportados pelo autor na íntegra e pelo período de tempo no qual os mesmos se prolongarem, mesmo que em liberdade depois de cumprida a pena de cadeia efectiva.

ARTIGO VIGÉSIMO SÉTIMO – PRODUTOS PROVENIENTES OU ORIUNDOS DAS ACTIVIDADES DOS MEDICAMENTOS AO ALCANCE DE CRIANÇAS.

1 – Compete a todo o cidadão possuidor e detentor de produtos provenientes ou oriundos das actividades dos medicamentos humanos, animais ou botânicos, zelar pelas medidas de segurança e prevenção relativas à defesa do seu acesso por crianças.

2 Todo o cidadão que por incúria das medidas de segurança e prevenção a adoptar relativas a produtos provenientes ou oriundos das actividades dos medicamentos e à defesa do seu acesso por crianças, provocar ou permitir que alguma criança aos mesmos aceda, colocando em perigo a sua própria vida, é punido:

- a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa pena nunca inferior a 7 anos;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

3 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
- b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou
- c. Um terço da pena se o acto lesivo agravar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

4 – Se do acto crime:

- a) Resultar a morte de cidadãos, o autor é punido:
 - a. Pelas consequências do acto praticado;
 - b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao total do número de anos que medeiam entre a idade de cada uma vítima no momento dos factos e a estimativa média de vida dos cidadãos, os

85 anos, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o cônjuge ou cônjuges e para os familiares directos;

c. Numa pena nunca inferior a 21 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e a água;

h. Com direito a um dia de visita mensal;

b) Resultarem lesões para cidadãos e a exigência de cuidados, tratamentos e intervenções de saúde, os mesmos serão suportados pelo autor na íntegra e pelo período de tempo no qual os mesmos se prolongarem, mesmo que em liberdade depois de cumprida a pena de cadeia efectiva.

ARTIGO VIGÉSIMO OITAVO – ACTOS PREPARATÓRIOS NOS CRIMES DOS MEDICAMENTOS.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que colaborar, cooperar e participar nos actos preparatórios dos crimes previstos no presente diploma, é punido com a pena correspondente à prática do próprio crime.

ARTIGO VIGÉSIMO NONO – PENAS ACESSÓRIAS.

1 – A todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição condenado ou condenada por crimes previstos no presente diploma, pode atenta a concreta gravidade do facto e a sua projecção na idoneidade cívica do autor, ser aplicado as penas acessórias constantes do CÓDIGO PENAL inerentes aos actos crimes praticados.

TÍTULO TERCEIRO – DISPOSIÇÕES NORMATIVAS.

CAPÍTULO PRIMEIRO – LEGISLAÇÃO SUBSIDIÁRIA.

ARTIGO PRIMEIRO – LEGISLAÇÃO PENAL.

1 – Quanto à matéria constante do presente diploma e na falta de disposição específica do presente diploma, são aplicadas subsidiariamente as normas do CÓDIGO PENAL e respectiva LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR.

ARTIGO SEGUNDO – APLICAÇÃO DA LEI PENAL PORTUGUESA.

1 – Para efeitos do presente diploma, a lei penal portuguesa é ainda aplicável a factos cometidos fora do espaço territorial português:

a) Quando praticados por estrangeiros, desde que o autor se encontre em Portugal e não seja extraditado;

b) Quando praticados a bordo de meio de transporte contra o qual Portugal imponha medidas de fiscalização e controlo face ao tráfico ilícito de actividades dos medicamentos e de produtos provenientes ou oriundos das mesmas actividades.

ARTIGO TERCEIRO – MEDIDAS RESPEITANTES A MENORES.

1 – Compete aos órgãos de soberania jurídicos a aplicação das medidas previstas no presente diploma, com as devidas adaptações quando cidadão a elas sujeita for menor e sem prejuízo da aplicação pelos órgãos de soberania jurídicos da legislação respeitantes a adolescentes com mais de 16 anos e aos líderes até aos 21 anos.

ARTIGO QUARTO – LEGISLAÇÃO PROCESSUAL PENAL.

1 – São considerados equiparados a casos de terrorismo, criminalidade violenta ou altamente organizada, as condutas que integrem os crimes constantes do presente diploma.

ARTIGO QUINTO – PERÍCIA MÉDICO-LEGAL.

1 – Sempre que no decurso do inquérito ou da instrução, se observe que o autor é consumidor de produtos provenientes ou oriundos das actividades dos medicamentos à data dos factos que lhe são imputados, é ordenada a realização no imediato momento de perícia médica de modo e forma a apurar e determinar o seu estado, físico, psicológico e emocional, bem como a sua condição social, educativa ou laboral.

2 – Os peritos médicos com base no rigor das análises e exames e com a máxima idoneidade, integridade e conhecimento médico, deveram pronunciar-se sobre a natureza dos produtos consumidos pelo autor, o seu estado físico, psicológico e emocional no momento da realização da perícia e sobre os eventuais reflexos do consumo na capacidade de avaliar a ilicitude dos seus actos ou de se determinar de acordo com a avaliação feita.

ARTIGO SEXTO – REVISTA E PERÍCIA.

1 – Sempre que existam indícios de que um cidadão oculta ou transporta produtos provenientes ou oriundos das actividades dos medicamentos ilícitos constantes do

presente diploma, é ordenada pelas autoridades policiais revista e sempre que a mesma exija uma perícia médica.

2 – O cidadão pode ser conduzido ao órgão de soberania policial ou a uma unidade hospitalar da área de circunscrição respectiva da sua abordagem e aí permanecer pelo tempo estritamente necessário à realização da revista ou da perícia médica e do apuramento do seu resultado.

ARTIGO SÉTIMO – FISCALIZAÇÃO E CONTROLO DOS CONSUMIDORES E UTILIZADORES.

1 – Compete à guarda real portuguesa proceder sempre que entender exigido ou a solicitação de uma outra entidade, a acções de fiscalização e controlo dos consumidores e utilizadores de produtos provenientes ou oriundos das actividades dos medicamentos humanos, animais ou botânicos, procedendo à correspondente identificação do consumidor ou utilizador, identificação do produto proveniente ou oriundo das actividades dos medicamento em sua posse, verificação do local de compra, data da aquisição das quantias detidas no momento, constatação do estado físico, psicológico e emocional e da condição educativa ou laboral e social do consumidor ou utilizador.

2 – Sempre que pelo fornecimento de dados errados dos consumidores, pela sua própria conduta, estado debilitado ou aparente anomalia psíquica, a guarda real portuguesa deverá proceder ao processamento de um acto de fiscalização de consumo ou utilização, a remeter ao real instituto farmacêutico português.

3 – Compete ao real instituto farmacêutico português comunicar ao órgão de soberania jurídico da área de circunscrição do consumidor de produtos provenientes ou oriundos das actividades dos medicamentos a imediata avaliação do estado físico, psicológico e emocional do consumidor procedendo nos termos dos artigos 5º ao 9º, do capítulo sexto, do título primeiro.

4 – Sempre que não seja possível proceder nos termos legais à identificação do consumidor ou utilizador no local e no momento da ocorrência, as autoridades policiais procederam à detenção do mesmo cidadão, para garantir a sua comparência perante o órgão de soberania jurídico da área de circunscrição geográfica da ocorrência, nas condições do regime legal de detenção para identificação.

ARTIGO OITAVO – EXERCÍCIO DA ACTIVIDADE DE FARMACÊUTICO POR PESSOAS COLECTIVAS.

1 – A constituição de pessoas colectivas sob a forma de sociedades anónimas cujo objectivo social consista total ou parcialmente no exercício das actividades constantes do presente diploma, obriga a que todas as acções representativas do seu capital social sejam nominativas.

2 – Independentemente do tipo de pessoa colectiva cujo objecto social consista total ou parcialmente no exercício das actividades constantes do presente diploma, qualquer transmissão das suas participações sociais devem ser autorizadas pelo real

instituto farmacêutico português, sendo exigido ao novo titular a verificação dos requisitos legais inerentes ao exercício da respectiva actividade.

ARTIGO NONO – SECTORES DE ACTIVIDADE ECONÓMICOS E RECINTOS DE REALIZAÇÃO DE EVENTOS.

1 – Os produtos provenientes ou oriundos das actividades dos medicamentos constantes do presente diploma poderão também ser fornecidas a sectores de actividade económicos e a cidadãos ou entidades que exerçam actividades em recintos, estabelecimentos ou espaços de realização de eventos permanentes ou esporádicos de cariz económico, humano e cultural, mediante autorização emitida pelo real instituto farmacêutico português.

2 – Todos os sectores de actividade económicos e organizadores de eventos permanentes ou esporádicos de cariz económico, humano e cultural procedem até ao dia 5 do mês seguinte à listagem das quantidades e qualidades de produtos provenientes ou oriundos das actividades dos medicamentos constantes do presente diploma usados e utilizados no exercício da respectiva actividade em cada um mês de exercício, com menção da qualidade e quantidades referentes a cada um produto em uso, utilização e consumo, remetendo à arrecadação real do real instituto farmacêutico português competente, para que proceda à respectiva autorização de reposição de existências dos mesmos produtos.

2 – Nos sectores de actividade económicos e organizadores de eventos permanentes ou esporádicos de cariz económico, humano e cultural a responsabilidade de controlo pelos produtos provenientes ou oriundos das actividades dos medicamentos constantes do presente diploma compete aos próprios responsáveis pela autorização, que fornecerão ao real instituto farmacêutico português e sempre que os mesmos requeridos os dados, elementos e informações exigidos à responsabilidade do acto.

ARTIGO DÉCIMO – INDUSTRIAIS E OUTROS FINIS.

1 – Os produtos provenientes ou oriundos das actividades dos medicamentos em uso e utilização nas actividades constantes do presente diploma, poderão também ser fornecidas a cidadãos ou entidades que exerçam actividades económicas industriais ou demais actividades económicas com fins específicos, mediante autorização emitida pelo real instituto farmacêutico português.

2 – Todos os industriais e demais sectores de actividades económicas procedem até ao dia 5 do mês seguinte à listagem das quantidades e qualidades de produtos provenientes ou oriundos das actividades dos medicamentos usados e utilizados no exercício da respectiva actividade em cada um mês de exercício, com menção da qualidade e quantidades referentes a cada um produto em uso, utilização e consumo, remetendo à arrecadação real ao real instituto farmacêutico português competente, para que proceda à respectiva autorização de reposição de existências dos mesmos produtos.

2 – Nas indústrias e demais sectores de actividade económicos a responsabilidade de controlo pelos produtos provenientes ou oriundos das actividades dos medicamentos compete às direcções de fabricação ou demais direcções, que fornecerão ao real instituto farmacêutico português e sempre que os mesmos requeridos os dados, elementos e informações exigidos à responsabilidade do acto.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – COLÓQUIOS, CONFERÊNCIAS E CERTAMES PATOLÓGICOS.

1 – A realização de colóquios, conferencias e certames de cariz patológico humano, animal ou botânico ou outros eventos envoltos dos produtos constantes do presente diploma, obrigam-se nos termos da lei à autorização emitida pelo real instituto farmacêutico português.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – SERVIÇOS COMPLEMENTARES.

1 – Todos os prestadores de serviços complementares ao exercício das actividades constantes do presente diploma, obrigam-se à autorização emitida pelo real instituto farmacêutico português e na aquisição de percursos, matérias-primas e matérias subsidiárias que possam tornar-se úteis e essenciais à realização do serviço complementar prestado ao disposto no artigo 7º, do capítulo segundo, do título segundo.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – RESPONSABILIDADE CIVIL.

1 – Os titulares de autorização previstos no presente diploma, são civil e criminalmente responsáveis, independente do grau da culpa, por danos causados a terceiros em consequência do uso e utilização de actividades dos medicamentos e de produtos provenientes ou oriundos das mesmas actividades ilícitos que detenham ou do exercício ilícito da sua actividade.

2 – A violação grosseira dos modos, métodos e técnicas de produção ou fabrico e das normas de segurança, conservação e de transporte de actividades dos medicamentos e de produtos provenientes ou oriundos das mesmas actividades, determina sempre a responsabilização solidária do seu proprietário pelos danos causados a terceiros, pelo uso e utilização legítimo ou ilegítimo que às mesmas ou aos mesmos venha a ser dado.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – REGISTO INFORMÁTICO DE PRODUTOS PROVENIENTES OU ORIUNDOS DAS ACTIVIDADES DOS MEDICAMENTOS APREENDIDOS.

1 – Compete à guarda real portuguesa manter, organizar e disponibilizar um ficheiro informático nacional de produtos provenientes ou oriundos das actividades dos medicamentos apreendidos, proceder à sua análise estatística e técnica e difundir a informação às entidades nacionais, imperiais portuguesa e internacionais.

2 – Todas as entidades que procedam à apreensão de produtos provenientes ou oriundos das actividades dos medicamentos constantes do presente diploma, independentemente do motivo que determinou a apreensão, comunicam a sua apreensão à guarda real portuguesa, para efeitos de centralização e tratamento de informação, de acordo com as normas a estabelecer em unísono por as áreas presidenciais da ordem, da agricultura e dos vegetais, da pecuária e dos animais, da pesca, do pescado e do plâncton, da extracção e dos minerais, da indústria e da saúde.

3 – Todos os produtos provenientes ou oriundos das actividades dos medicamentos constantes do presente diploma, apreendidos devem ser objecto de peritagem, devendo ser registadas as suas características e estado de conservação, competindo às entidades à guarda de quem ficam, as providências exigidas à conservação do estado em que se encontravam à data da sua apreensão.

4 – Do ficheiro informático referido no número 1 devem constar, entre outros, os seguintes elementos:

- a) Data da apreensão;
- b) Entidade apreensora;
- c) Despacho judicial que determinou ou validou a apreensão, com menção do número do processo e órgão de soberania jurídico competente pelo processo;
- d) Quantidades apreendidas.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – APREENSÃO DE PRODUTO PROVENIENTE OU ORIUNDO DAS ACTIVIDADES DOS MEDICAMENTOS.

1 – O agente ou autoridade policial procede à apreensão de produto proveniente ou oriundo das actividades dos medicamentos constante do presente diploma, sempre que se encontrar fora das condições legais ou em violação das prescrições da autoridade competente.

2 – Ao agente ou autoridade policial que proceder à apreensão de produto proveniente ou oriundo das actividades dos medicamentos constante do presente diploma, compete emitir o respectivo documento da apreensão efectuado com a descrição do produto e documentação correspondente.

3 – A apreensão inclui o produto proveniente ou oriundo das actividades dos medicamentos que seja propriedade de entidade pública ou privada.

4 – Para além da comunicação do facto ao órgão de soberania jurídico e da instauração do respectivo processo-crime, a apreensão nos termos do número anterior é comunicada à respectiva entidade pública ou privada titular do produto proveniente ou oriundo das actividades dos medicamentos.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – PRODUTOS PROVENIENTES OU ORIUNDOS DAS ACTIVIDADES DOS MEDICAMENTOS DECLARADOS PERDIDOS A FAVOR DO ESTADO.

1 – Todos os produtos provenientes ou oriundos das actividades dos medicamentos constantes do presente diploma que independentemente do motivo da entrega ou decisão, sejam declarados perdidos a favor do estado, serão transferidos para a arrecadação real do real instituto farmacêutico português competente de modo a que a arrecadação real em uníssono com a guarda real portuguesa procedam à sua peritagem, apuramento do seu estado e condição de forma a promover o seu destino, sendo sempre que fieis aos propósitos e em pleno estado de conservação repostos no mercado de consumo e sempre que adulterados ou deteriorados destruídos nos termos da lei.

2 – Os produtos provenientes ou oriundos das actividades dos medicamentos referidos no número anterior, desde o momento do seu depósito na arrecadação real do real instituto farmacêutico português competente até à deliberação das instâncias competentes de destruição ou venda, devem ser acompanhados de registo documental consultável a todo o tempo por o interessado, do qual devem constar os seguintes elementos:

- a) Identificação do cidadão ou entidade que procedeu à entrega;
- b) Motivo que procedeu à entrega;
- c) Agente que recepcionou a entrega e respectivo órgão de soberania policial;
- d) Características do produto proveniente ou oriundo das actividades dos medicamentos, com referência à classificação e tipo do produto, estado de conservação e demais características relevantes;
- e) Fotografia do produto proveniente ou oriundo das actividades dos medicamentos aquando do depósito, da qual deve ser facultada cópia à pessoa ou entidade que procedeu à entrega;
- f) Decisão final quanto ao destino do produto proveniente ou oriundo das actividades dos medicamentos.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – LEILÕES DE PRODUTOS PROVENIENTES OU ORIUNDOS DAS ACTIVIDADES DOS MEDICAMENTOS.

1 – As arrecadações reais do real instituto farmacêutico português organizam sempre que exigido no ano a venda em leilão de produtos provenientes ou oriundos das actividades dos medicamentos apreendidos, achados ou que tenham sido declarados perdidos a favor do estado e que se encontrem em condições de serem colocados no mercado de consumo.

2 – Podem licitar em leilões de produtos provenientes ou oriundos das actividades dos medicamentos nos termos dos respectivos alvarás, com excepção do alvará de

farmacêutico do tipo 8, todos os farmacêuticos detentores de alvará para produção, fabrico, tratamento, comércio, preparação, secagem, conservação, embalagem, engarrafamento e outras actividades de transformação de actividades dos medicamentos e produtos provenientes ou oriundos das mesmas actividades constantes do presente diploma.

3 – Sob requisição de entidades públicas responsáveis por laboratórios de perícia científica pode a direcção da arrecadação real do real instituto farmacêutico português competente promotora pelos leilões retirar de quaisquer actos de leilão produtos provenientes ou oriundos das actividades dos medicamentos que pelas suas características representem um interesse científico para o estudo e investigação, sendo-lhes afectos gratuitamente.

4 – Só são considerados para leilão os produtos provenientes ou oriundos das actividades dos medicamentos liberalizados nos termos da lei.

5 – O valor dos bens expostos nos leilões para a sua licitação em caso algum pode ser inferior a 30% do seu valor comercial estimado.

6 – O pagamento dos bens adquiridos no acto de leilão processa-se por via dos meios electrónicos.

ARTIGO DÉCIMO OITAVO – PUBLICIDADE DA VENDA EM LEILÃO.

1 – Sempre que decidida a venda de produtos provenientes ou oriundos das actividades dos medicamentos constantes do presente diploma em leilão, a arrecadação real do real instituto farmacêutico português competente procede nos termos da lei à sua publicitação, divulgação e difusão nos meios de comunicação da CASA IMPERIAL PORTUGUESA, por via de editais, anúncios e meios informáticos.

2 – A publicitação, divulgação e difusão nos meios de comunicação da CASA IMPERIAL PORTUGUESA processa-se no canal televisivo, emissora de rádio e jornal, com a antecipação de 10 dias úteis da data de realização do leilão.

3 – Os editais são afixados com a antecipação referida no número anterior, na porta de cada um órgão de soberania da guarda real portuguesa.

4 – Os anúncios são publicados com a antecipação referida no número 2, num dos jornais com maior tiragem a nível nacional.

5 – A publicação através da Internet faz-se mediante a publicação em destaque na página oficial do real instituto farmacêutico português do anúncio referido no número anterior, durante os 15 dias que antecedem o leilão.

6 – Em todos os meios de publicitação da venda incluem-se para que permita a sua fácil compreensão:

a) As quantidades de produtos provenientes ou oriundos das actividades dos medicamentos por cada uma classe;

b) Local, data e hora de venda em leilão.

7 – Os bens destinados a leilão devem estar expostos para exame dos interessados, durante os cinco dias anteriores à data prevista para a sua venda em leilão, devendo para o efeito os interessados solicitar informação à arrecadação real do real instituto farmacêutico português competente, sobre o local e hora onde possam examinar os bens.

8 – A publicação de anúncios nos jornais de maior tiragem nacional poderá não ter lugar, sempre que o departamento responsável pela venda considere justificadamente os bens de reduzido valor, procedendo às demais formas de publicitação, divulgação e difusão.

ARTIGO DÉCIMO NONO – ENTREGA OBRIGATÓRIA DE PRODUTOS PROVENIENTES OU ORIUNDOS DAS ACTIVIDADES DOS MEDICAMENTOS ACHADOS.

1 – Todo o cidadão que encontrar ou achar produto proveniente ou oriundo das actividades dos medicamentos constante do presente diploma, está obrigado à entrega no imediato do mesmo material à guarda real portuguesa, mediante o comprovativo da entrega.

2 – Com a entrega deve ser lavrado termo de justificação da posse, contendo todas as circunstâncias de tempo e lugar em que o achado ocorreu.

3 – Todos os produtos provenientes ou oriundos das actividades dos medicamentos entregues devem ser objecto de exame e análise, a efectuar pelo departamento competente da guarda real portuguesa.

4 – O achado logo que disponibilizado pelas autoridades, se for susceptível de comércio, será objecto de comercialização, revertendo 30% da venda do produto para o cidadão que o encontrou e entregou e o remanescente para o órgão de soberania policial no qual foi entregue.

CAPÍTULO SEGUNDO – NORMAS ESPECIAIS.

ARTIGO PRIMEIRO – INVESTIGAÇÃO CRIMINAL.

1 – Compete à guarda real portuguesa a investigação própria ou sob a alçada dos órgãos de soberania jurídicos dos crimes constantes do presente diploma e dos demais que lhe sejam participados pelas autoridades competentes de fiscalização, prevenção e controlo ou de que colha notícia, praticados pelos agentes económicos envolvidos do exercício das actividades constantes do presente diploma.

ARTIGO SEGUNDO – COOPERAÇÃO INSTITUCIONAL.

1 – Compete aos órgãos de soberania jurídicos em colaboração com as entidades dos medicamentos e de saúde e com o real instituto farmacêutico português, observar, analisar e deliberar sobre os crimes cometidos ao longo de cada um ano de exercício sob o efeito de produtos provenientes ou oriundos das actividades dos medicamentos, relacionar os actos criminosos perpetrados com os hábitos de consumo específico dos infractores, relevando os produtos provenientes ou oriundos das actividades dos medicamentos em termos percentuais na relação de consumo e crime e averiguar se os actos crimes foram praticados por violar as contra-indicações do produto respectivo, as restrições das liberdades sociais inerentes ao seu consumo ou os modos, métodos e técnicas do seu uso e utilização, bem como analisar os crimes previstos no presente diploma.

2 – Compete após a avaliação dos dados, o consequente reforço nos meios de comunicação social da consciência cívica de cada um cidadão no consumo e utilização de produtos provenientes ou oriundos das actividades dos medicamentos de modo e forma a prevenir os respectivos crimes envoltos dos dados negativos, ou sempre que as circunstâncias o exijam em consonância com todas as entidades envolvidas do processo de classificação das actividades dos medicamentos e dos produtos provenientes ou oriundos das mesmas actividades declarar o seu fim e a sua passagem para as actividades dos medicamentos e produtos provenientes ou oriundos das mesmas actividades indesejáveis constantes da tabela VI do artigo 2º, do capítulo primeiro, do título primeiro.

ARTIGO TERCEIRO – REGISTO CENTRAL.

1 – Compete aos órgãos de soberania jurídicos possuir um registo central dos processos crimes previstos no presente diploma, que os órgãos de soberania policiais e o real instituto farmacêutico português terão acesso por via da realização das suas próprias competências, estando obrigados ao dever do sigilo profissional e ao segredo de justiça relativamente aos dados pessoais e colectivos constantes do registo central.

2 – Compete aos estabelecimentos de venda ao público de actividades dos medicamentos e de produtos provenientes ou oriundos das mesmas actividades possuir um registo central dos medicamentos humanos, animais e botânicos para registar as transacções comerciais realizadas a cada momento, devidamente formulado pelos órgãos de soberania fiscais, que releve os períodos de tempo de proibição no reino de Portugal da respectiva aquisição e as aquisições de produtos incompatíveis e que os órgãos de soberania policiais e o real instituto farmacêutico português terão acesso por via da realização das suas próprias competências, estando obrigados ao dever do sigilo profissional e ao segredo de justiça relativamente aos dados pessoais constantes do registo central.

3 – Compete ao real instituto farmacêutico português possuir um registo central de todos os titulares de autorização a exercer as actividades constantes do presente diploma, que releve o nome do cidadão ou entidade, data de emissão, validade, entidade emissora e a actividade específica em exercício e que os órgãos de soberania jurídicos e os órgãos de soberania policiais terão acesso por via da realização das suas próprias

competências, estando obrigados ao dever do sigilo profissional e ao segredo de justiça relativamente aos dados pessoais e colectivos constantes do registo central.

ARTIGO QUARTO – COOPERAÇÃO INTERNACIONAL.

1 – Em observância das convenções das nações unidas contra o tráfico de actividades dos medicamentos e de produtos e serviços prestados provenientes ou oriundos das mesmas actividades, no tocante a extradição, auxilio judiciário mútuo, execução de sentenças penais estrangeiras e transmissões de processos criminais, aplicam-se subsidiariamente as disposições constantes das convenções.

ARTIGO QUINTO – PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES E APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS.

1 – Em qualquer momento os órgãos de soberania jurídicos podem pedir informações e solicitar a apresentação de documentos respeitantes a bens materiais, depósitos ou quaisquer outros valores pertencentes a arguido da prática dos crimes constantes do presente diploma ou a cidadão ou entidade que com o mesmo arguido se relacione no apuramento da veracidade processual, com vista à sua apreensão e perda para o estado.

2 – A prestação de informações ou a apresentação de documentos quer se encontre em suporte manual ou informático, não podem ser recusados por qualquer cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição, pública ou privada, desde que o pedido se mostre individualizado e suficientemente concretizado, bastando para o efeito a identificação do arguido ou do suspeito e sempre que o mesmo exigido para o apuramento da veracidade do processo dos nomes do agregado familiar ou de terceiros envolvidos da investigação em curso.

ARTIGO SEXTO – EXAME E DESTRUÇÃO DE PRODUTOS PROVENIENTES OU ORIUNDOS DAS ACTIVIDADES DOS MEDICAMENTOS APREENDIDOS.

1 – Os produtos provenientes ou oriundos das actividades dos medicamentos apreendidos por via dos crimes constantes do presente diploma, são por ordem da autoridade policial examinados e analisados no mais curto espaço de tempo possível, de modo e forma a apurar a sua qualidade, quantidade e estado de conservação.

2 – Após o exame laboratorial o perito procede à recolha, identificação, pesagem bruta ou líquida, acondicionamento e selagem de uma amostra, no caso de o produto o permitir, para instrumento de prova no acto processual e transfere o remanescente sempre que o existir para a arrecadação real do real instituto farmacêutico português competente.

3 – A amostra fica guardada em cofre do órgão de soberania jurídico que procede à investigação até à deliberação da sentença jurídica final.

4 – No prazo de trinta dias se não for requerido por parte do arguido recurso para as instâncias jurídicas superiores e tendo presente a qualidade e o estado de conservação do produto em cofre, o órgão de soberania jurídico do respectivo acto processual comunica à arrecadação real do real instituto farmacêutico português competente, para a sua inclusão nas existências dos produtos a introduzir no mercado de consumo ou para a sua destruição.

5 – Sempre que o produto se encontre deteriorado ou adulterado por qualquer modo ou forma e sempre que o mesmo for um produto proveniente ou oriundo das actividades dos medicamentos proibido, compete ao órgão de soberania jurídico após lida a sentença jurídica final, comunicar à arrecadação real do real instituto farmacêutico português competente para a sua imediata destruição.

6 – A destruição do produto é processado com recurso a processo de incineração, na presença de um magistrado envolto processo, de um elemento da guarda real portuguesa envolto da investigação processual, de um elemento da arrecadação real do real instituto farmacêutico português competente, de um técnico de laboratório e de um técnico responsável pela incineração, lavrando-se o auto respectivo, podendo numa mesma operação de incineração realizar-se a destruição do produto de vários processos crimes.

7 – Não sendo requerido no prazo de trinta dias recurso para as instâncias jurídicas superiores, o órgão de soberania jurídico ordena a introdução no mercado de consumo da amostra nos termos do disposto no número 4 ou a destruição da amostra de prova guardada em cofre, o que se fará com observância do número anterior, sendo remetido cópia do auto respectivo.

8 – Por intermédio da guarda real portuguesa, pode ser solicitado ao órgão de soberania jurídico do acto processual a cedência de pequenas proporções do produto apreendido, para fins didácticos, de formação ou de investigação criminal ou científica, pelo que a mesma consentida deverá constar do processo.

9 – Compete ao órgão de soberania jurídico do acto processual, a fixação de um prazo para a devolução da proporção cedida sempre que exista, para que se proceda à sua introdução no mercado de consumo ou se processe à sua destruição nos termos do número 6 ou que o prazo da sua devolução seja estipulado pela própria entidade que o requerer, sendo remetida logo que se torne desnecessária ou inútil, com informação para o processo.

ARTIGO SÉTIMO – AMOSTRAS PEDIDAS POR ENTIDADES ESTRANGEIRAS.

1 – Podem ser remetidas amostras de produtos provenientes ou oriundos das actividades dos medicamentos que tenham sido apreendidos a entidades públicas estrangeiras, que as requererem para fins de investigação criminal ou científica, mesmo na pendência do processo.

2 – O pedido deverá ser formulado à guarda real portuguesa que decidirá com base nos objectivos propostos para a sua utilização, sobre a decisão de solicitar ao órgão de

soberania jurídico do acto processual a proporção requerida, pelo que a mesma consentida deverá constar do processo.

ARTIGO OITAVO – COMUNICAÇÃO DAS DECISÕES.

1 - Compete a cada um órgão de soberania jurídico envolto dos crimes previstos no presente diploma e da respectiva apreensão de produtos provenientes ou oriundos das actividades dos medicamentos, remeter:

a) Após a deliberação da sentença jurídica final cópia do acto processual ao real instituto farmacêutico português, para que proceda no imediato momento e pelo dobro do tempo da sentença deliberada à proibição de compra de produtos provenientes ou oriundos das actividades dos medicamentos específicos aos arguidos;

b) Aos respectivos ministérios da pesca, do pescado e do plâncton, da pecuária e dos animais, da agricultura e dos vegetais, da extracção e dos minerais e da indústria até ao dia 10 de Janeiro a relação anual do número de processos crimes e das apreensões realizadas no âmbito da sua acção jurídica anual, com menção das qualidades e quantidades apreendidas, das quantidades deliberadas como existências, das declaradas para destruição e das quantias cedidas a terceiros e respectivas entidades;

c) À arrecadação real do real instituto farmacêutico português competente e ao real supremo tribunal de justiça português até ao dia 10 de Janeiro a relação anual do número de processos crimes e das apreensões remetidas na alínea anterior, com menção das quantidades deliberadas como existências, das declaradas para destruição e das quantias cedidas a terceiros e respectivas entidades.

ARTIGO NONO – MISSÃO.

1 – Compete às arrecadações reais do real instituto farmacêutico português cooperar, colaborar e auxiliar com os meios materiais, técnicos e tecnológicos, os produtores, fabricantes e prestadores de serviços no correcto, rigoroso e integro desempenho do exercício das suas competências e responsabilidades, bem como a todos os produtores, fabricantes e prestadores de serviços o direito de participar e acompanhar de forma activa e exemplar os actos processuais de funcionamento das arrecadações reais do real instituto farmacêutico português.

ARTIGO DÉCIMO – FROTA DO REAL INSTITUTO FARMACÊUTICO PORTUGUÊS.

1 – A frota de transportes do real instituto farmacêutico português será composta pelos meios de transporte doados pelos produtores e fabricantes dos produtos constantes do presente diploma afectos ao real instituto farmacêutico português e pelos meios de

transporte que aos mesmos proprietários pertençam e que se encontrem por liquidar em situação de crédito, sendo os créditos liquidados pelo real instituto farmacêutico português.

CAPÍTULO TERCEIRO – DISPOSIÇÕES FINAIS.

ARTIGO PRIMEIRO – REPRESENTAÇÃO INTERNACIONAL.

1 – Compete aos ministros da pesca, do pescado e do plâncton, da pecuária e dos animais, da agricultura e dos vegetais, da extracção e dos minerais e da indústria respectivos e a um representante do real instituto farmacêutico português:

- a) Assegurar a representação do estado português a nível internacional, de modo que as matérias de cooperação das actividades constantes do presente diploma sejam tratadas;
- b) Acompanhar a aplicação dos instrumentos de direito internacional relativos a actividades dos medicamentos e a produtos e serviços prestados provenientes ou oriundos das mesmas actividades, de modo e forma a garantir a compatibilidade e coerência dos dados a transmitir às entidades internacionais;
- c) Fornecer às instâncias competentes do império português e das nações unidas os dados, informações e relatórios previstos nas convenções, em colaboração com as demais entidades actuates e intervenientes nas matérias constantes do presente diploma;
- d) Difundir no âmbito nacional, as informações e dados recolhidos a nível imperial português e internacional, bem como outros por si reunidos que se revelem pertinentes.

2 – A real procuradoria de justiça portuguesa e a real provedoria de justiça portuguesa são as entidades competentes para dar provimento às solicitações de ordem jurídica constantes das convenções das nações unidas contra o tráfico ilícito de actividades dos medicamentos e de produtos e serviços prestados provenientes ou oriundos das mesmas actividades constantes do presente diploma, direccionando-as para as entidades respectivas e zelando pela sua resposta atempada.

3 – A guarda real portuguesa é a entidade competente para dar provimento às solicitações de ordem judiciária constantes das convenções das nações unidas contra o tráfico ilícito de actividades dos medicamentos e de produtos e serviços prestados provenientes ou oriundos das mesmas actividades constantes do presente diploma.

4 – As entidades que forneçam dados de natureza estatística a instâncias do império português, das nações unidas, da organização internacional da polícia criminal/Interpol e do conselho de cooperação aduaneiro, em matéria de actividades dos medicamentos e de produtos e serviços prestados provenientes ou oriundos das mesmas actividades, bem como de percursores, matérias-primas e matérias subsidiárias essenciais à obtenção do produto, remetem cópia dos mesmos dados fornecidos à guarda real

portuguesa, ao real instituto farmacêutico português e aos ministérios da pesca, do pescado e do plâncton, da pecuária e dos animais, da agricultura e dos vegetais, da extracção e dos minerais e da indústria respectivos.

ARTIGO SEGUNDO – OPERAÇÕES ESPECIAIS DE PREVENÇÃO CRIMINAL.

1 – As forças da ordem policiais devem planear e empreender em todo o momento, operações especiais de prevenção criminal em áreas geográficas delimitadas com a finalidade de controlar, detectar, localizar, prevenir, assegurar ou verificar a regularidade da situação de actividades dos medicamentos e de produtos e serviços prestados provenientes ou oriundos das mesmas actividades, bem como de percursos, matérias-primas e matérias subsidiárias constantes do presente diploma, minimizando o risco da prática de infracções associadas às mesmas ou aos mesmos, ou sempre que hajam suspeitas da prática de crime ou da sua preparação.

2 – A delimitação das áreas geográficas para a realização das operações especiais de prevenção pode abranger:

- a) Zonas de produção e fabrico de actividades dos medicamentos e de produtos e serviços prestados provenientes ou oriundos das mesmas actividades, pontos de controlo de acesso a locais em que constitui crime a detenção, uso, utilização e consumo de actividades dos medicamentos e de produtos e serviços prestados provenientes ou oriundos das mesmas actividades, bem como de percursos, matérias-primas e matérias subsidiárias constantes do presente diploma;
- b) Gares de transportes colectivos rodoviários, ferroviários, aéreos e marinhos, bem como o interior dos meios de transporte, vias públicas ou locais públicos ou privados e respectivos acessos;
- c) Áreas residenciais, cujos residentes ou cidadãos que as frequentam constem de possíveis infractores às matérias constantes do presente diploma, por via das acções de vigilância e de patrulhamento policial, bem como de informações recolhidas ou de actos de denúncia.

3 – As operações especiais de prevenção criminal podem compreender em função da exigência do acto, sempre que haja indícios da prática dos crimes previstos no presente diploma, risco de resistência ou de desobediência qualificada à autoridade ou a necessidade de condução à esquadra policial dos respectivos cidadãos por não ser possível a correcta identificação dos dados pessoais, a identificação e a revista dos cidadãos que se encontrem na área geográfica ou local de realização da operação, a revista dos respectivos locais em que se encontrem ou de locais que com o facto e com os mesmos cidadãos se relacionem, bem como de meios de transporte ou equipamentos envolvidos do facto.

4 – Compete à guarda real portuguesa na realização das operações especiais de prevenção criminal a verificação dos produtos previstos no presente diploma que se encontrem em trânsito nas zonas portuárias, aeroportuárias, rodoviárias e ferroviárias,

com a possibilidade de abertura de volumes e contentores e quebra dos respectivos selos, para confirmação e avaliação das mercadorias, da sua proveniência e destino.

5 – As operações especiais de prevenção criminal são comunicadas pelo CORONEL do órgão de soberania policial responsável pela respectiva operação à real procuradoria de justiça portuguesa, à real provedoria de justiça portuguesa e ao órgão de soberania jurídico da respectiva área de circunscrição geográfica de realização da operação, com a antecedência exigida ao sucesso da operação, mencionando a delimitação geográfica e temporal das medidas previstas.

6 – Sem prejuízo da autonomia técnica e tática das forças da ordem policiais e independentemente da modalidade técnica disponível que se revele mais apropriada, as operações devem ser acompanhadas por um magistrado do órgão de soberania jurídico da área respectiva o qual será responsável pela prática dos actos de competência jurídicos de que da operação possam resultar.

7 – As operações especiais de prevenção criminal podem prosseguir para além dos espaços geográfico e temporal delimitados e determinados se os actos a empreender forem decorrentes de outros iniciados no âmbito da delimitação inicial.

8 – Sempre que no âmbito de uma operação especial de prevenção criminal se torne necessário empreender buscas domiciliárias ou outros actos da exclusiva competência de juiz de instrução, são adoptadas independentemente da modalidade técnica disponível que se revele mais apropriada, as medidas exigidas e necessárias ao acompanhamento por parte deste magistrado.

9 – Sempre que a operação deva ser realizada e desenvolvida em mais do que uma comarca, intervém o juiz de instrução que nos termos da lei, tenha competência no território da comarca no qual a operação se iniciou.

ARTIGO TERCEIRO – ACTIVIDADES DE PREVENÇÃO.

1 – Compete ao parlamento, avaliar, planear e executar as acções, medidas e programas específicos de prevenção e de racionalização do consumo de produtos provenientes ou oriundos das actividades dos medicamentos, tendo presente a sua natureza pluridisciplinar.

2 – Compete à família a responsabilidade de acompanhar o desenvolvimento social dos descendentes e alertar para o uso, utilização e consumo de produtos provenientes ou oriundos das actividades dos medicamentos.

3 – Compete às áreas presidenciais do desporto, das artes culturais e das ciências promover, fomentar e estimular os cidadãos em toda a fase do ciclo de vida humano, na integração de acções e actividades envoltas dos seus respectivos objectivos.

4 – Compete à área presidencial da saúde proceder à respectiva informação, esclarecimentos e alerta dos utentes face ao uso, utilização e consumo de produtos provenientes ou oriundos das actividades dos medicamentos, relevando os efeitos imediatos do seu consumo, os tempos de duração da sua acção directa nas faculdades,

capacidades e aptidões humana e a sua resistência no organismo, bem como os cuidados, restrições e recomendações relativas ao seu consumo.

5 – Compete à área jurídica proceder a acções pedagógicas de sensibilização no ambiente escolar relativa aos deveres, responsabilidades e compromissos inerentes ao consumo de produtos provenientes ou oriundos das actividades dos medicamentos e às consequências dos actos gerados.

6 – Compete à área presidencial da educação:

a) Integrar nos currículos escolares a educação para a saúde, com incidência específica na prevenção e racionalização do consumo de produtos provenientes ou oriundos das actividades dos medicamentos;

b) Providenciar no sentido de que a formação inicial e contínua dos professores e auxiliares de educação os habilite e qualifique a desenvolver tal vertente; e

c) Desenvolver programas específicos de prevenção e racionalização primária do uso, utilização e consumo de produtos provenientes ou oriundos das actividades dos medicamentos em todos os ciclos educativos, nomeadamente na gestão racional dos produtos constantes das próprias farmácias dos primeiros socorros dos estabelecimentos de ensino.

ARTIGO QUARTO – RELATÓRIO ANUAL.

1 – Anualmente e até ao dia 31 de Janeiro os ministérios da pesca, do pescado e do plâncton, da pecuária e dos animais, da agricultura e dos vegetais, da extracção e dos minerais e da indústria respectivos, o real instituto farmacêutico português, o real supremo tribunal de justiça português, a guarda real portuguesa e a direcção geral das alfândegas, remetem ao parlamento um relatório discriminado relativo ao ano cessante sobre todos os dados que possuam face às matérias constantes do presente diploma e as suas competências respectivas.

2 – O relatório tem por finalidade fornecer ao parlamento informação pormenorizada sobre a situação do reino de Portugal em matéria de qualidades e quantidades de actividades dos medicamentos e de produtos e serviços prestados provenientes ou oriundos das mesmas actividades constantes do presente diploma em uso, utilização e consumo e as actividades desenvolvidas pelas entidades com intervenção nas áreas da prevenção, do tratamento e da prevenção e repressão do tráfico.

ARTIGO QUINTO – DIAGNÓSTICO, QUALIFICAÇÃO E QUANTIFICAÇÃO DE ACTIVIDADES DOS MEDICAMENTOS E DE PRODUTOS E SERVIÇOS PRESTADOS PROVENIENTES OU ORIUNDOS DAS MESMAS ACTIVIDADES.

1 – Compete aos presidentes das áreas presidenciais da saúde, da indústria, da pesca, do pescado e do plâncton, da pecuária e dos animais, da agricultura e dos vegetais,

da extracção e dos minerais, humana, natural, universal, da ordem e da justiça, aos ministros da saúde e aos ministros da indústria respectivos, aos bastonários das ordens dos médicos, veterinários, bioquímicos e farmacêuticos, aos presidentes das associações nacionais de unidades dos medicamentos, hospitalares, veterinárias, botânicas e de farmácias, ao presidente do real instituto da saúde português e ao presidente do real instituto farmacêutico português, determinar mediante portaria conjunta:

- a) Os procedimentos terapêuticos e pedagógicos exigidos à definição dos exames, análises e avaliações às características próprias dos medicamentos, ao apuramento da veracidade da avaliação a produzir e à avaliação, análise e diagnóstico de todo um sentido de defesa, proteção e segurança face às funções a cumprir pelos agentes económicos;
- b) Os procedimentos médicos exigidos à realização dos exames periciais, ao apuramento da veracidade da avaliação a produzir e à avaliação, análise e diagnóstico das características próprias do estado de hipocondríaco;
- c) O modo de intervenção dos serviços de saúde, de veterinária e de botânica especializados no apoio, auxílio e colaboração às autoridades policiais e jurídicas;
- d) Os termos e modos por que se regem e regulam as entidades de saúde, de veterinária e de botânica nos métodos terapêuticos em uso na prevenção, tratamento, reabilitação e cura dos consumidores;
- e) A definição dos limites quantitativos máximos do princípio activo para cada dose média individual diária de cada um produto proveniente ou oriundo das actividades dos medicamentos, no mercado de consumo da vida do reino de Portugal;
- f) A periodicidade do consumo, utilização e compra de cada um produto proveniente ou oriundo das actividades dos medicamentos, tendo presente a constatação da sua acção no organismo humano, animal ou botânico;
- g) Determinar os tempos em que cada um produto proveniente ou oriundo das actividades dos medicamentos actua directa e indirectamente no organismo humano, animal e botânico e os produtos incompatíveis na sua aquisição, consumo ou utilização;
- h) Classificar as actividades dos medicamentos e os produtos provenientes ou oriundos das mesmas actividades a existir nos estabelecimentos de venda ao público;
- i) Classificar as actividades dos medicamentos e os produtos e serviços prestados provenientes ou oriundos das mesmas actividades como proibidos, sempre que os mesmos se revistam em termos de consumo ou utilização de efeitos nefastos para o organismo humano, animal ou botânico e constituam um meio de retrocesso e uma regressão das faculdades, aptidões e capacidades físicas, psicológicas e emocionais humanas, animais e botânicas, bem como que criem situações de dependência;
- j) Definir com base nos efeitos produzidos por via do seu consumo e utilização no homem, nos animais e nos vegetais e plâncton as respectivas privações das liberdades relativas a cada uma substância, nomeadamente a proibição de conduzir, a proibição de ingerência de

álcool, outros produtos provenientes ou oriundos das actividades dos medicamentos ou plantas filantrópicas, substâncias ou preparações psicotrópicas, a proibição do exercício profissional durante o seu efeito directo;

- k) Comprovar por via dos exames, análises e avaliações anuais médicas, educativas, laborais e sociais, veterinárias ou botânicas o aprofundar do conhecimento humano face aos efeitos do seu consumo e utilização a curto, médio e longo prazo, corrigindo as actividades dos medicamentos e os produtos e serviços prestados provenientes ou oriundos das mesmas actividades que pelos resultados negativos que produzem deveram constar das actividades dos medicamentos e dos produtos e serviços prestados provenientes ou oriundos das mesmas actividades proibidos;
- l) Os modos, métodos e técnicas em uso e utilização no exercício das actividades constantes do presente diploma, de produção e fabrico de actividades dos medicamentos e de produtos e serviços prestados provenientes ou oriundos das mesmas actividades, bem como dos percursores, matérias-primas e matérias subsidiárias em uso e utilização em cada um processo económico; e
- m) As áreas de produção e fabrico no espaço territorial português.

2 – A portaria a que se refere o número anterior deve ser rectificada e actualizada sempre que a evolução do conhecimento científico assim o justifique.

ARTIGO SEXTO – ESPÉCIES MARINHAS EM VIAS DE EXTINÇÃO.

1 – Com excepção das espécies marinhas destinados aos zoo marinhos e aos oceanários e das espécies marinhas que possam ser reabilitadas nos centros de reabilitação de espécies marinhas presentes no espaço territorial português, Portugal não pesca, produz, fabrica, importa, introduz, exporta, expedita, transita ou transborda, qualquer espécie de pescado ou de plâncton em vias de extinção, seja baleia, orca ou o elixir da vida, bem como quaisquer outros produtos provenientes dessas mesmas espécies em vias de extinção.

ARTIGO SÉTIMO – ESPÉCIES ANIMAIS EM VIAS DE EXTINÇÃO.

1 – Com excepção das espécies animais destinados aos jardins zoológicos e às reservas naturais e das espécies animais que possam ser reabilitadas nos centros de reabilitação de espécies animais presentes no espaço territorial português, Portugal não caça, produz, fabrica, importa, introduz, exporta, expedita, transita ou transborda, qualquer espécie animal em vias de extinção, seja elefante, tigre ou o elixir da vida, bem como quaisquer outros produtos provenientes dessas mesmas espécies em vias de extinção.

ARTIGO OITAVO – ESPÉCIES VEGETAIS EM VIAS DE EXTINÇÃO.

1 – Com excepção das espécies vegetais destinados aos jardins botânicos e das espécies vegetais que possam ser reabilitadas nos centros de reabilitação de espécies vegetais presentes no espaço territorial português, Portugal não recolhe, produz, fabrica, importa, introduz, exporta, expedita, transita ou transborda, qualquer espécie vegetal em vias de extinção, seja sobreiro, alecrim ou o elixir da vida, bem como quaisquer outros produtos provenientes dessas mesmas espécies em vias de extinção.

ARTIGO NONO – ESPÉCIES VEGETAIS NOCIVAS AO SOLO.

1 – Nos termos da lei com excepção das autorizações concedidas pelo real instituto da agricultura e dos vegetais português e pelo real instituto farmacêutico português para o cultivo de espécies vegetais nocivas à fertilidade dos solos para fins medicinais e outros fins específicos essenciais e elementares ao desenvolvimento, progresso e futuro de habitabilidade do reino de Portugal, o cultivo de espécies nocivas à fertilidade dos solos é proibido em todo o espaço territorial português, sendo os seus proprietários obrigados à denúncia das espécies de modo e forma a que se proceda ao seu abate e inclusão no mercado de consumo ou à sua destruição nos termos da lei.

ARTIGO DÉCIMO – MINERAIS EM VIAS DE EXTINÇÃO.

1 – Com excepção dos minerais destinados aos minerólogos e dos minerais que possam ser investigados nos centros de prospecção dos solos e de substâncias minerais presentes no espaço territorial português, Portugal não extrai, produz, fabrica, importa, introduz, exporta, expedita, transita ou transborda, qualquer substância mineral em vias de extinção, seja volfrâmio, ouro ou o elixir da vida, bem como quaisquer outros produtos provenientes dessas mesmas substâncias minerais em vias de extinção.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – REAL INSTITUTO FARMACÊUTICO PORTUGUÊS.

1 – O real instituto farmacêutico português no âmbito do presente diploma tem em uníssono com o real instituto da pesca, do pescado e do plâncton português e com o real instituto natural português, a responsabilidade de criar na zona económica marinha portuguesa santuários marinhos e habitats naturais para a defesa, protecção e reprodução das espécies marinhas.

2 – O real instituto farmacêutico português no âmbito do presente diploma tem em uníssono com o ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa, com o ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa, com o real instituto da pecuária e dos animais português e com o real instituto natural português, a responsabilidade de povoar com espécies animais todo o espaço territorial português, nomeadamente as reservas naturais e as reservas de caça portuguesas e de criar habitats naturais para a defesa, protecção e reprodução das espécies animais permanentes ou migratórias.

3 – O real instituto farmacêutico português no âmbito do presente diploma tem em uníssono com o real instituto da vinha e do vinho português, com o real instituto do

tabaco português, com o real instituto da agricultura e dos vegetais português, com o real instituto da construção português e com o real instituto natural português, a responsabilidade de reflorestar com espécies vegetais todo o espaço territorial português, nomeadamente os terrenos de pasto em uso e utilização nas actividades da pecuária, as reservas naturais e as reservas de caça portuguesas, de reabilitar as áreas danificadas pela extracção mineral a céu aberto e de criar os jardins botânicos em cada um município para a defesa, protecção e reprodução das espécies vegetais predominantes no reino de Portugal ou oriundas dos demais estados soberanos mundiais.

4 – O real instituto farmacêutico português no âmbito do presente diploma tem em uníssono com o real instituto da extracção e dos minerais português, com o real instituto da energia português, com o real instituto da construção português e com o real instituto natural português, a responsabilidade de preenchimento com minerais das jazidas exploradas.

5 – O real instituto farmacêutico português no âmbito do presente diploma tem a responsabilidade de criar o museu nacional dos medicamentos, bem como suportará os encargos deficitários inerentes ao exercício da sua competência.

6 – O real instituto farmacêutico português no âmbito do presente diploma tem em uníssono com o estado por via do orçamento do reino de Portugal a responsabilidade de suportar as campanhas de vacinação e os rastreios de saúde das várias doenças patológicas a realizar no reino de Portugal.

7 – O real instituto farmacêutico português no âmbito do presente diploma tem em uníssono com o estado por via do orçamento do reino de Portugal a responsabilidade de suportar as campanhas de prevenção animal e os rastreios animais das várias doenças patológicas a realizar no reino de Portugal.

8 – O real instituto farmacêutico português no âmbito do presente diploma tem em uníssono com o estado por via do orçamento do reino de Portugal a responsabilidade de suportar as campanhas de prevenção botânicas e os rastreios botânicos das várias doenças patológicas a realizar no reino de Portugal.

9 – O real instituto farmacêutico português tem a responsabilidade de criar em cada um dos quarenta e três concelhos de administração do reino de Portugal o correspondente centro de tratamento e reabilitação de hipocondríacos, bem como suportará os encargos deficitários inerentes ao exercício das suas competências.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – PARAÍSO FISCAL.

1 – Tendo presente que a lei portuguesa é só uma em todo o espaço territorial português a cumprir por igual por todos os cidadãos, órgãos de soberania, empresas e instituições, públicas e privadas, portuguesas, imperiais portuguesas e internacionais, estão proibidos quaisquer géneros de benefícios, proveitos ou isenções fiscais relativos ao exercício de qualquer actividade económica.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – PRIVATIZAÇÃO DAS ENTIDADES DOS MEDICAMENTOS PÚBLICAS.

1 – O estado português vai privatizar 90% do capital social das entidades dos medicamentos que possua em exercício sob a forma de serviço público.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – ENTIDADE REGULADORA DOS MEDICAMENTOS.

1 – Os meios materiais, técnicos e tecnológicos do exercício de actividades da entidade reguladora dos medicamentos serão transferidos para o real instituto farmacêutico português da respectiva área de circunscrição geográfica, tendo presente a equidade dos meios em todo o espaço territorial português.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – INSPECTORES DOS MEDICAMENTOS.

1 – O real instituto farmacêutico português possuirá inspectores dos medicamentos para cada um concelho de administração do reino de Portugal, com competência para a inspecção, fiscalização e controlo das actividades dos medicamentos nos próprios momentos em que se realizam as actividades dos medicamentos, bem como para a resolução dos diferendos dos medicamentos que ocorram no decurso das mesmas actividades dos medicamentos.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – PROIBIÇÃO DE ACTIVIDADES DOS MEDICAMENTOS.

1 – Estão proibidos a todos os sectores de actividade económicos dos medicamentos como actividades dos medicamentos a realização de actividades dos medicamentos que promovam a deturpação ou a deformação dos valores e princípios humanos da razão, verdade e da justiça nos vários domínios dos medicamentos em realização na vida do reino de Portugal, do império português e dos estados soberanos externos ao império português, bem como que coloquem em causa a dignidade da vida humana, dos ciclos de biodiversidade e do planeta terra, sendo a sua violação punida severamente nos termos do disposto no CÓDIGO PENAL.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – CONSELHO DO PROVEDOR DA SAÚDE.

1 – O conselho do provedor da saúde exercerá funções e competências na CASA IMPERIAL PORTUGUESA sendo constituído por um elemento de cada um sector ministerial da saúde, das plantas filantrópicas, substâncias e preparações psicotrópicas e dos medicamentos eleito por todos os sectores de actividade económicos da saúde, das plantas filantrópicas, substâncias e preparações psicotrópicas e dos medicamentos do

respectivo sector ministerial presente na vida do reino de Portugal, que elegeram o provedor da saúde.

2 – O conselho do provedor da saúde tem como missão zelar pelas participações, requerimentos e queixas dos consumidores e dos sectores de actividade económicos da saúde, das plantas filantrópicas, substâncias e preparações psicotrópicas e dos medicamentos face às actividades da saúde, das plantas filantrópicas, substâncias e preparações psicotrópicas e dos medicamentos e produtos e serviços prestados derivados, provenientes ou oriundos das mesmas actividades em uso, utilização e consumo no reino de Portugal, bem como pelos alertas ao consumo das mesmas actividades da saúde, das plantas filantrópicas, substâncias e preparações psicotrópicas e dos medicamentos e produtos e serviços prestados derivados, provenientes ou oriundos das mesmas actividades.

ARTIGO DÉCIMO OITAVO – DEVOLUÇÃO DOS PRODUTOS PROVENIENTES OU ORIUNDOS DAS ACTIVIDADES DOS MEDICAMENTOS.

1 – Compete a cada um cidadão após a conclusão dos tratamentos patológicos para os quais os produtos provenientes ou oriundos das actividades dos medicamentos foram prescritos devolver ao respectivo estabelecimento de venda ao público no qual foram comprados os produtos provenientes ou oriundos das actividades dos medicamentos humanos, animais e botânicos que não foram usados, utilizados ou consumidos no respectivo tratamento, com a apresentação da factura de compra, de modo e forma ao respectivo estabelecimento proceder sempre que o prazo de validade e o estado de conservação dos produtos provenientes ou oriundos das actividades dos medicamentos o permitir à sua entrada no mercado de consumo, sendo o cidadão que os devolver ressarcido pelo montante de 30% do seu valor comercial, na compra de produtos do respectivo estabelecimento.

ARTIGO DÉCIMO NONO – OBRIGAÇÃO DE FARMÁCIAS DOMÉSTICAS.

1 – É obrigatório a todos os lares e sectores de actividade económicos possuir farmácia doméstica para medicamentos e produtos medicamentosos exigidos aos primeiros socorros, tendo presente os cuidados médicos das famílias e o risco do exercício profissional dos sectores de actividade económicos.

2 – As farmácias domésticas nos termos do número anterior devem estar salvaguardadas do seu acesso por crianças.

ARTIGO VIGÉSIMO – LIXOS E DETRITOS DOS MEDICAMENTOS.

1 – Todos os lixos e detritos produzidos pelos sectores de actividade económicos dos medicamentos na realização do seu exercício profissional deverão ser decompostos,

reciclados ou incinerados de acordo com a defesa, segurança e protecção da propagação de vírus e bactérias no meio ambiente.

ARTIGO VIGÉSIMO PRIMEIRO – ABUSO DE PATENTE E PIRATARIA.

1 – O abuso de patente e a pirataria de actividades dos medicamentos e de produtos provenientes ou oriundos das mesmas actividades é punido nos termos do disposto nos artigos 1º e 2º, do capítulo quarto, do título primeiro, da parte segunda do CÓDIGO PENAL respectivamente.

ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO – RECLASSIFICAÇÃO DAS ACTIVIDADES DOS MEDICAMENTOS E DOS PRODUTOS E SERVIÇOS PRESTADOS PROVENIENTES OU ORIUNDOS DAS MESMAS ACTIVIDADES.

1 – As actividades dos medicamentos e produtos e serviços prestados provenientes ou oriundos das mesmas actividades que no âmbito do presente diploma venham a ser reclassificados, só podem ser detidos e utilizados nos termos permitidos pelo presente diploma.

2 – Se o titular da actividades dos medicamentos, ou do produto ou serviço prestado proveniente ou oriundo das mesmas actividades reclassificado não possuir as condições inerentes à sua detenção, uso e utilização no âmbito do presente diploma, tem o prazo de 183 dias a partir da data de publicação do presente diploma até à sua entrada em vigor para proceder nos termos da lei à sua comunicação, transmissão ou inutilização, sob pena de o mesmo constituir crime ou possa ser declarado perdido a favor do estado.

ARTIGO VIGÉSIMO TERCEIRO – TRANSIÇÃO PARA O NOVO REGIME LEGAL.

1 – Os alvarás de farmacêutico concedidos ao abrigo da legislação anterior são convertidos ao abrigo do presente diploma, durante os 183 dias que medeia entre a publicação do presente diploma e a sua entrada em vigor.

ARTIGO VIGÉSIMO QUARTO – MANIFESTO VOLUNTÁRIO.

1 – Todos os cidadãos ou entidades a operar ilicitamente no exercício das actividades constantes do presente diploma de produção, fabrico e comercialização de actividades dos medicamentos e de produtos e serviços prestados provenientes ou oriundos das mesmas actividades, devem durante os 183 dias que medeiam entre a publicação do presente diploma e a sua entrada em vigor, denunciar o exercício da actividade às autoridades dos medicamentos competentes ou a sua posse ao órgão de soberania policial da sua área de residência e requerer a continuidade do exercício da actividade ou a sua apresentação a exame e análise, não se processando o respectivo

procedimento criminal, sob o compromisso de emissão pelo real instituto farmacêutico português de autorização nos termos da lei para a prossecução do exercício da respectiva actividade.

2 – As mercadorias são depositadas no respectivo órgão de soberania policial, sendo após o exame e análise a requerimento do interessado e tendo presente a sua legalização nos termos do presente diploma, transferidas sob medidas de segurança para a arrecadação real do real instituto farmacêutico português competente, sendo o seu proprietário indemnizado pelo montante do seu valor produtivo ou industrial sempre que as mesmas sejam comerciáveis, ficando o seu proprietário a aguardar a correspondente emissão da autorização nos termos da lei para o exercício da actividade em exercício.

3 – Sempre que o detentor de actividades dos medicamentos e de produtos e serviços prestados provenientes ou oriundos das mesmas actividades constantes do presente diploma não declarados e provenientes de actividades ilícitas possuir autorização nos termos da lei para o exercício da referida actividade ou de outras actividades constantes do presente diploma, compete às autoridades dos medicamentos competentes declarar o continuo do exercício da actividade até à emissão pelo real instituto farmacêutico português de autorização nos termos da lei para a prossecução do exercício da respectiva actividade ou ao órgão de soberania policial proceder após o seu exame e análise à sua transferência no imediato para a arrecadação real do real instituto farmacêutico português competente, não havendo lugar a procedimento criminal e sendo o seu proprietário no caso dos produtos provenientes ou oriundos das actividades dos medicamentos indemnizado por via do ciclo económico produtivo ou comercial pelo montante do seu valor produtivo ou industrial sempre que os mesmos sejam comerciáveis.

4 – Todas as actividades dos medicamentos e produtos e serviços prestados provenientes ou oriundos das mesmas actividades constantes do presente diploma, que na emissão da autorização ou no exame e análise de avaliação e peritagem do seu estado, características e classificação não puderem ser legalizados, por estarem compreendidos nas actividades dos medicamentos e produtos e serviços prestados provenientes ou oriundos das mesmas actividades indesejáveis ou por se encontrarem deteriorados ou adulterados e sempre que os mesmos não se revistam de interesse didáctico ou científico ou não forem solicitadas amostras por quaisquer entidades, compete ao respectivo proprietário proceder à declaração de cessação da actividade ou de destruição, sob pena de exercício ilícito de actividade ou de os produtos provenientes ou oriundos das actividades dos medicamentos serem considerados declarados perdidos a favor do estado e consequentemente destruídos nos termos da lei, não existindo lugar a qualquer indemnização.

5 – Deveram nos termos do número 1 ser denunciados no mesmo acto os respectivos precursores, matérias-primas e matérias subsidiárias constantes do presente diploma em posse do seu proprietário.

6 – Todo o cidadão ou entidade que com excepção das quantias diminutas de produtos provenientes ou oriundos das actividades dos medicamentos para consumo próprio, exercer, deter ou possuir actividades dos medicamentos, ou produtos ou serviços prestados provenientes ou oriundos das mesmas actividades, bem como precursores, matérias-primas ou matérias subsidiárias constantes do presente diploma e que as não

denunciar às autoridades dos medicamentos competentes ou não proceder ao respectivo exame e análise, é punido pelo crime de tráfico e outras actividades ilícitas.

**ARTIGO VIGÉSIMO QUINTO – INFORMAÇÃO AOS
PROFISSIONAIS DE SAÚDE, VETERINÁRIA, BOTÂNICA E
FARMACÊUTICOS.**

1 – As publicações destinadas exclusivamente a médicos, veterinários e bioquímicos e outros profissionais de saúde, veterinária, botânica e farmacêuticos relativas a actividades dos medicamentos e a produtos ou serviços prestados proveniente ou oriundos das mesmas actividades, devem referir as características, especificidades e região demarcada ou estado soberano do produto a que corresponde, bem como devem referir com a letra H – medicamentos humanos, com a letra A – medicamentos animais e com a letra B – medicamentos botânicos.

ARTIGO VIGÉSIMO SEXTO – ENTRADA EM VIGOR.

1 – O presente diploma entra em vigor em todo o reino de Portugal passados 183 dias da sua publicação, divulgação e difusão pelos meios de comunicação social da CASA IMPERIAL PORTUGUESA, devendo ser adoptado até ao momento do acto, os procedimentos regulamentares orgânicos, técnicos e tecnológicos exigidos à aplicação do presente diploma, vigorando até à sua entrada os decretos-leis promulgados pelo regime republicano sobre a produção, fabrico, comercialização, uso, utilização e consumo de actividades dos medicamentos e de produtos e serviços prestados provenientes ou oriundos das mesmas actividades, bem como de percursores, matérias-primas e matérias subsidiárias constantes do presente diploma.

**DIPLOMA
DOS MEDICAMENTOS
APROVADO E PROMULGADO
EM ONZE DE DEZEMBRO DO ANO DOIS MIL E ONZE
POR
SUA MAJESTADE,**

**EL REI SUPREMO O IMPERADOR,
DOM FILIPE ARMANDO CORREIA SANTOS.**

REAL INSTITUTO FARMACÊUTICO PORTUGUÊS

No âmbito do presente diploma

COMPOSIÇÃO:

1 – REAL INSTITUTO FARMACÊUTICO PORTUGUÊS – 24 Horas/Dia – 3 Turnos.

$86 \text{ Elementos} \times 1\,430 \text{ Contos} \times 1 \text{ Instituto} \times 12 \text{ Meses} = 1\,475\,760 \text{ Contos.}$

43 – ARRECADAÇÃO REAIS CONCELHIAS – 24 Horas/Dia – 3 Turnos.

$86 \text{ Elementos} \times 715 \text{ Contos} \times 43 \text{ Arrecadação} \times 12 \text{ Meses} = 31\,728\,840 \text{ Contos.}$

SECTORES DE ACTIVIDADE ECONÓMICOS DOS MEDICAMENTOS:

PRODUÇÃO de actividades dos medicamentos e de produtos provenientes ou oriundos das mesmas actividades:

550 – PRODUTORES X 300 000 Contos Facturação.

$550 \text{ P} \times 300\,000 \text{ F} = 165\,000\,000 \text{ Contos Facturação.}$

Real instituto farmacêutico português:

$10\% \times 165\,000\,000 \text{ Contos} = 16\,500\,000 \text{ Contos.}$

FABRICO de actividades dos medicamentos e de produtos provenientes ou oriundos das mesmas actividades:

550 – FABRICANTES X 300 000 Contos Facturação.

$550 \text{ F} \times 300\,000 \text{ F} = 165\,000\,000 \text{ Contos Facturação.}$

Real instituto farmacêutico português:

$$10\% \times 165\,000\,000 \text{ Contos} = 16\,500\,000 \text{ Contos.}$$

PRESTADORES DE SERVIÇOS de actividades dos medicamentos:

PREPARAÇÃO, SECAGEM, CONSERVAÇÃO, EMBALAMENTO OU ENGARRAFAMENTO E OUTRAS ACTIVIDADES DE TRANSFORMAÇÃO DOS MEDICAMENTOS,

$$3 \text{ MUNICIPAIS} \times 550 \text{ MUNICIPIOS} = 1\,650 \text{ PRESTADORES}$$

Facturação de serviços prestados – 150 Contos/Dia.

$$150 \text{ F} \times 1\,650 \text{ P} \times 365 \text{ D} = 90\,337\,500 \text{ Contos Facturação.}$$

$$90\,337\,500 \text{ F} \times 10\% = 9\,033\,750 \text{ Contos.}$$

DEMAIS SECTORES DE ACTIVIDADES ECONÓMICOS dependentes de PRODUTOS PROVENIENTES OU ORIUNDOS DAS ACTIVIDADES DOS MEDICAMENTOS:

OUTRAS INDÚSTRIAS dependentes de produtos provenientes ou oriundos das actividades dos medicamentos:

$$100 - \text{INDUSTRIAIS} \times 1 \text{ Autorizações Mensais.}$$

Facturação de produtos – 100 000 000 Contos.

$$100 \text{ I} \times 1 \text{ A} \times 12 \text{ M} = 1\,200 \text{ Autorizações.}$$

$$100\,000\,000 \text{ F} \times 10\% \text{ A} = 10\,000\,000 \text{ Contos Autorizações.}$$

COMERCIAIS dependentes de produtos provenientes ou oriundos das actividades dos medicamentos:

FARMÁCIAS:

$$25 \text{ Municipais} \times 550 \text{ Municípios} = 13\,750 \text{ FARMÁCIAS;}$$

Facturação de produtos – 100 Contos/Dia.

$$13\,750 \text{ P} \times 4 \text{ A} \times 12 \text{ M} = 660\,000 \text{ Autorizações.}$$

$$100 \text{ F} \times 13\,750 \text{ P} \times 365 \text{ D} = 501\,875\,000 \text{ Contos Facturação.}$$

$$501\,875\,000 \text{ F} \times 10\% \text{ A} = 50\,187\,500 \text{ Contos Autorizações.}$$

VIVEIROS:

5 Municipais X 550 Municípios = 2 750 VIVEIROS.

Facturação de produtos – 30 Contos/Dia.

2 750 V X 1 A X 12 M = 33 000 Autorizações.

30 F X 2 750 V X 365 D = 30 112 500 Contos Facturação.

30 112 500 F X 10% A = 3 011 250 Contos Autorizações.

ERVANÁRIOS:

5 Municipais X 550 Municípios = 2 750 ERVANÁRIOS;

Facturação de produtos – 15 Contos/Dia.

2 750 P X 4 A X 12 M = 132 000 Autorizações.

15 F X 2 750 P X 365 D = 15 056 250 Contos Facturação.

15 056 250 F X 10% A = 1 505 625 Contos Autorizações.

HORTOS:

25 Municipais X 550 Municípios = 13 750 HORTOS;

Facturação de produtos – 30 Contos/Dia.

13 750 P X 4 A X 12 M = 660 000 Autorizações.

30 F X 13 750 P X 365 D = 150 562 500 Contos Facturação.

150 562 500 F X 10% A = 15 056 250 Contos Autorizações.

HIPER-MERCADOS, SUPERMERCADOS E MERCADOS:

3 Municipais x 550 Municípios = 1 650 – HIPER-MERCADOS.

57 Municipais x 550 Municípios = 31 350 SUPERMERCADOS.

38 Municipais x 550 Municípios = 20 900 MERCADOS.

Facturação de produtos – 20 Contos/Dia.

53 900 E X 1 A X 12 M = 646 800 Autorizações.

20 F X 53 900 E X 365 D = 393 470 000 Contos Facturação.

393 470 000 F X 10% A = 39 347 000 Contos Autorizações.

UNIDADES DE SAÚDE:

19 Municipal X 550 Municípios = 10 450 UNIDADES DE SAÚDE;

Facturação de produtos – 50 Contos/Dia.

10 450 U X 4 A X 12 M = 501 600 Autorizações.

50 F X 10 450 U X 365 D = 190 712 500 Contos Facturação.

190 712 500 F X 10% A = 19 071 250 Contos Autorizações.

UNIDADES DE VETERINÁRIA:

6 Municipais X 550 Municípios = 3 300 UNIDADES DE VETERINÁRIA;

Facturação de produtos – 30 Contos/Dia.

3 300 U X 4 A X 12 M = 158 400 Autorizações.

30 F X 3 300 U X 365 D = 36 135 000 Contos Facturação.

36 135 000 F X 10% A = 3 613 500 Contos Autorizações.

UNIDADES DE BOTÂNICA:

6 Municipais X 550 Municípios = 3 300 UNIDADES DE BOTÂNICA;

Facturação de produtos – 30 Contos/Dia.

3 300 U X 4 A X 12 M = 158 400 Autorizações.

30 F X 3 300 U X 365 D = 36 135 000 Contos Facturação.

36 135 000 F X 10% A = 3 613 500 Contos Autorizações.

DEMAIS SECTORES ECONÓMICOS:

DEPARTAMENTOS CLÍNICOS DESPORTIVOS:

1 Municipal X 550 Municípios = 550 DEPARTAMENTOS.

DEPARTAMENTOS CLÍNICOS SECTORIAIS:

19 Municipais X 550 Municípios = 10 450 DEPARTAMENTOS.

Facturação de produtos – 20 Contos/Dia.

11 000 D X 1 A X 12 M = 132 000 Autorizações.

20 F X 11 000 E X 365 D = 80 300 000 Contos Facturação.

80 300 000 F X 10% A = 8 030 000 Contos Autorizações.

AUTORIZAÇÕES de início de actividade e de reposição de existências correspondentes a 10% do total da Facturação.



FARMÁCIAS – 50 187 500 Contos.

VIVEIROS – 3 011 250 Contos.

ERVANÁRIOS – 1 505 625 Contos.

HORTOS – 15 056 250 Contos.

HIPER-MERCADOS, SUPERMERCADOS E MERCADOS – 39 347 000 Contos.

UNIDADES DE SAÚDE – 19 071 250 Contos.

UNIDADES DE VETERINÁRIA – 3 613 500 Contos.

UNIDADES DE BOTÂNICA – 3 613 500 Contos.

DEMAIS SECTORES DE ACTIVIDADE ECONÓMICOS – 8 030 000 Contos.

TOTAL DE RECEITAS ANUAIS – 195 469 625 Contos.

CUSTOS

REAL INSTITUTO FARMACÊUTICO PORTUGUÊS – 1 475 760 Contos.

RESERVAS REAIS – 31 728 840 Contos.

CRÉDITOS DA FROTA DE TRANSPORTES – 3 265 025 Contos.

MUSEU NACIONAL DOS MEDICAMENTOS – 2 000 000 Contos.

CRIAÇÃO DOS SANTUÁRIOS E HABITATES MARINHOS – 11 000 000 Contos:

POVOAMENTO DE ANIMAIS E CRIAÇÃO DOS HABITATS – 11 000 000 Contos.

REFLORESTAÇÃO DE ESPÉCIES VEGETAIS – 11 000 000 Contos.

ADAPTAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DOS EXTRACTORES A CÉU ABERTO E
PREENCHIMENTO DAS JAZIDAS EXPLORADAS – 18 000 000 Contos.

CAMPANHAS DE VACINAÇÃO E RASTREIOS – 21 000 000 Contos.

CAMPANHAS DE PREVENÇÃO BOTÂNICAS – 21 000 000 Contos.

CAMPANHAS DE PREVENÇÃO ANIMAL – 21 000 000 Contos.

CENTROS DE TRATAMENTO E REABILITAÇÃO DE HIPOCONDRIACOS:

43 CENTROS CONCELHIOS X 1 000 000 Contos Custos = 43 000 000 Contos.

TOTAL DE CUSTOS ANUAIS – 195 469 625 Contos.

SALDO ANUAL
DO EXERCÍCIO DA ACTIVIDADE INSTITUCIONAL DO
REAL INSTITUTO FARMACÊUTICO PORTUGUÊS

No âmbito do presente diploma

RECEITAS ANUAIS – 195 469 625 Contos.

CUSTOS ANUAIS – 195 469 625 Contos.

SALDO ANUAL INSTITUCIONAL – 0 Contos.

ÍNDICE

DIPLOMA DOS MEDICAMENTOS:

DIPLOMA DOS MEDICAMENTOS – 1:

TÍTULO PRIMEIRO – MEDICAMENTOS – 2.

CAPÍTULO PRIMEIRO – DISPOSIÇÕES GERAIS – 2.

ARTIGO PRIMEIRO – OBJECTO E DEFINIÇÕES – 2.

ARTIGO SEGUNDO – TABELAS – 4.

ARTIGO TERCEIRO – ÂMBITO DA APLICAÇÃO E DO CONTROLO – 7.

ARTIGO QUARTO – LEIS E CONCEITOS TÉCNICOS – 8.

ARTIGO QUINTO – DEVER GERAL DE INFORMAÇÃO – 8.

ARTIGO SEXTO – LIBERALIZAÇÃO DAS ACTIVIDADES DOS MEDICAMENTOS E DOS PRODUTOS E SERVIÇOS PRESTADOS PROVENIENTES OU ORIUNDOS DAS MESMAS ACTIVIDADES – 8.

ARTIGO SÉTIMO – PRESCRIÇÃO DO RECEITUÁRIO POR PRINCÍPIO ACTIVO – 9.

ARTIGO OITAVO – MINISTRO DOS MEDICAMENTOS – 9.

CAPÍTULO SEGUNDO – AUTORIZAÇÃO, LICENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO – 9.

ARTIGO PRIMEIRO – LICENCIAMENTOS, CONDICIONAMENTOS E AUTORIZAÇÕES – 9.

ARTIGO SEGUNDO – PROCESSAMENTO DE AUTORIZAÇÃO – 11.

ARTIGO TERCEIRO – FISCALIZAÇÃO – 12.

ARTIGO QUARTO – NATUREZA DAS AUTORIZAÇÕES – 13.

ARTIGO QUINTO – REQUISITOS SUBJECTIVOS – 14.

ARTIGO SEXTO – MANUTENÇÃO E CADUCIDADE DA AUTORIZAÇÃO – 14.

ARTIGO SÉTIMO – REVOGAÇÃO OU SUSPENSÃO DA AUTORIZAÇÃO – 14.

ARTIGO OITAVO – EFEITOS DA REVOGAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO – 15.

ARTIGO NONO – REGISTO DE ACTIVIDADE – 15.

ARTIGO DÉCIMO – IMPORTAÇÃO, INTRODUÇÃO, EXPORTAÇÃO E EXPEDIÇÃO – 15.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – COMPETÊNCIA FISCALIZADORA DOS ÓRGÃOS DE SOBERANIA FISCAIS E DAS ENTIDADES ALFANDEGÁRIAS – 17.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – DEVER DE COMUNICAÇÃO – 18.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – SEGURANÇA, ARRECADAÇÕES REAIS E TRANSPORTE – 18.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – CIRCULAÇÃO INTERNACIONAL DE CIDADÃOS – 18.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – PROVISÕES PARA MEIO DE TRANSPORTE INTERNACIONAL – 19.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – TAXAS – 19.

CAPÍTULO TERCEIRO – COORDENAÇÃO, COOPERAÇÃO E CONTROLO – 20.

ARTIGO PRIMEIRO – DIRECÇÃO GERAL DAS ALFÂNDEGAS – 20.

ARTIGO SEGUNDO – INFRACÇÕES ALFANDEGÁRIAS – 20.

ARTIGO TERCEIRO – COOPERAÇÃO INSTITUCIONAL – 20.

ARTIGO QUARTO – DEVER DE DENÚNCIA – 20.

ARTIGO QUINTO – CONTROLO – 21.

CAPÍTULO QUARTO – FARMACÊUTICOS E UNIDADES HOSPITALARES, VETERINÁRIAS, BOTÂNICAS, DESPORTIVAS E SECTORIAIS – 21.

ARTIGO PRIMEIRO – CONCESSÃO DE ALVARÁS – 21.

ARTIGO SEGUNDO – TIPOS DE ALVARÁS – 22.

ARTIGO TERCEIRO – PROIBIÇÃO DE CEDÊNCIA DE ALVARÁ – 23.

ARTIGO QUARTO – CASSAÇÃO DO ALVARÁ – 24.

ARTIGO QUINTO – COMÉRCIO ELECTRÓNICO ENTRE FILANTRÓPICOS E FARMACÊUTICOS NACIONAIS – 24.

ARTIGO SEXTO – OBRIGAÇÕES ESPECIAIS DOS FARMACÊUTICOS NO EXERCÍCIO DA ACTIVIDADE – 25.

ARTIGO SÉTIMO – ENTIDADES DOS MEDICAMENTOS HUMANOS – 25.

ARTIGO OITAVO – ENTIDADES DOS MEDICAMENTOS ANIMAIS – 25.

ARTIGO NONO – ENTIDADES DOS MEDICAMENTOS BOTÂNICOS – 26.

ARTIGO DÉCIMO – ENTIDADES DOS ACESSÓRIOS E DOS UTENSÍLIOS DOS MEDICAMENTOS – 26.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – PRESCRIÇÃO MÉDICA – 26.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – PRESCRIÇÃO VETERINÁRIA E BIOQUÍMICA – 27.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – OBRIGAÇÕES ESPECIAIS DOS FARMACÊUTICOS NA VENDA AO PÚBLICO – 27.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – PROIBIÇÃO DE FORNECIMENTO – 28.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – CASOS DE URGENTE NECESSIDADE – 28.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – FARMÁCIAS – 29.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – VIVEIROS – 29.

ARTIGO DÉCIMO OITAVO – ERVANÁRIOS – 29.

ARTIGO DÉCIMO NONO – HORTOS – 30.

ARTIGO VIGÉSIMO – HIPER-MERCADOS, SUPERMERCADOS E MERCADOS – 30.

ARTIGO VIGÉSIMO PRIMEIRO – OUTROS ESTABELECIMENTOS – 30.

ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO – UNIDADES DE SAÚDE – 31.

ARTIGO VIGÉSIMO TERCEIRO – UNIDADES DE VETERINÁRIA E UNIDADES DE BOTÂNICA – 31.

ARTIGO VIGÉSIMO QUARTO – DEPARTAMENTOS CLÍNICOS DESPORTIVOS E DEPARTAMENTOS CLÍNICOS SECTORIAIS – 32.

ARTIGO VIGÉSIMO QUINTO – OBRIGAÇÕES ESPECIAIS DOS FARMACÊUTICOS NA PREPARAÇÃO, SECAGEM, CONSERVAÇÃO, EMBALAMENTO OU ENGARRAFAMENTO E OUTRAS ACTIVIDADES DE TRANSFORMAÇÃO DOS MEDICAMENTOS – 32.

ARTIGO VIGÉSIMO SEXTO – ENTIDADES DE PREPARAÇÃO, SECAGEM, CONSERVAÇÃO, EMBALAMENTO OU ENGARRAFAMENTO E OUTRAS ACTIVIDADES DE TRANSFORMAÇÃO DOS MEDICAMENTOS – 32.

ARTIGO VIGÉSIMO SÉTIMO – CONTROLO DE RECEITUÁRIO – 33.

ARTIGO VIGÉSIMO OITAVO – CONTROLO DE CONSUMO – 33.

ARTIGO VIGÉSIMO NONO – SUBTRACÇÃO, EXTRAVIO E DETERIORAÇÃO – 34.

CAPÍTULO QUINTO – TRÁFICO, BRANQUEAMENTO E OUTRAS INFRACÇÕES – 34.

ARTIGO PRIMEIRO – TRÁFICO E OUTRAS ACTIVIDADES ILÍCITAS – 34.

ARTIGO SEGUNDO – MATÉRIAS-PRIMAS E MATÉRIAS SUBSIDIÁRIAS – 37.

ARTIGO TERCEIRO – PERCURSORES – 38.

ARTIGO QUARTO – TRÁFICO DE MENOR GRAVIDADE – 39.

ARTIGO QUINTO – ABUSO DE EXERCÍCIO DE PROFISSÃO – 40.

ARTIGO SEXTO – ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA – 42.

ARTIGO SÉTIMO – INCITAMENTO AO USO, UTILIZAÇÃO E CONSUMO – 44.

ARTIGO OITAVO – TRÁFICO E CONSUMO ILÍCITO EM LUGARES PÚBLICOS OU DE REUNIÃO – 45.

ARTIGO NONO – DESOBEDIÊNCIA QUALIFICADA – 47.

ARTIGO DÉCIMO – RESPONSABILIDADE PENAL DAS PESSOAS COLECTIVAS OU EQUIPARADAS – 48.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – REPATRIAMENTO DE ESTRANGEIROS E ENCERRAMENTO DE ESTABELECIMENTO – 48.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – PERDA DE OBJECTOS – 49.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – BENS MATERIAIS OU DIREITOS RELACIONADOS COM O FACTO – 49.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – DEFESA DE DIREITOS DE BOA-FÉ DE TERCEIROS – 49.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – BENS TRANSFORMADOS, CONVERTIDOS OU MISTURADOS – 50.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – LUCROS E OUTROS BENEFÍCIOS – 50.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – DESTINO DOS BENS DECLARADOS PERDIDOS A FAVOR DO ESTADO – 50.

CAPÍTULO SEXTO – CONSUMO, UTILIZAÇÃO E TRATAMENTO – 51.

ARTIGO PRIMEIRO – CONSUMO E UTILIZAÇÃO – 51.

ARTIGO SEGUNDO – OBRIGAÇÕES E COMPROMISSO DE TODO O CONSUMIDOR OU UTILIZADOR DE PRODUTOS PROVENIENTES OU ORIUNDOS DAS ACTIVIDADES DOS MEDICAMENTOS – 52.

ARTIGO TERCEIRO – PROIBIÇÃO DE COMPRA DE PRODUTO PROVENIENTE OU ORIUNDO DAS ACTIVIDADES DOS MEDICAMENTOS – 53.

ARTIGO QUARTO – ATENDIMENTO E TRATAMENTO DE CONSUMIDORES – 53.

ARTIGO QUINTO – ÓRGÃOS DE SOBERANIA JURÍDICOS – 53.

ARTIGO SEXTO – EXAME MÉDICO DE CONSUMIDOR HABITUAL – 54.

ARTIGO SÉTIMO – DECLARAÇÃO EDUCATIVA, LABORAL E FAMILIAR – 54.

ARTIGO OITAVO – AVALIAÇÃO GERAL DO CONSUMIDOR – 55.

ARTIGO NONO – PROCESSO DE TRATAMENTO VOLUNTÁRIO – 56.

ARTIGO DÉCIMO – SUSPENSÃO DE PENA E OBRIGAÇÃO DE TRATAMENTO – 56.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – SUSPENSÃO COM REGIME DE PROVA – 57.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – CONSUMIDOR EM PRISÃO PREVENTIVA OU EM CUMPRIMENTO DE PENA – 57.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – TRATAMENTO NO ÂMBITO DE PROCESSO PENDENTE – 58.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – OBRIGAÇÕES E COMPROMISSOS DE TODO O PROFISSIONAL DOS MEDICAMENTOS – 58.

TÍTULO SEGUNDO – CICLO ECONÓMICO – 59.

CAPÍTULO PRIMEIRO – PRODUÇÃO E FABRICO – 59.

ARTIGO PRIMEIRO – PRODUÇÃO E FABRICO – 59.

ARTIGO SEGUNDO – ENTIDADES DOS MEDICAMENTOS HUMANOS – 61.

ARTIGO TERCEIRO – ENTIDADES DOS MEDICAMENTOS ANIMAIS – 62.

ARTIGO QUARTO – ENTIDADES DOS MEDICAMENTOS BOTÂNICOS – 62.

ARTIGO QUINTO – ENTIDADES DOS ACESSÓRIOS E DOS UTENSÍLIOS DOS MEDICAMENTOS – 63.

ARTIGO SEXTO – PRODUTO FINAL – 63.

ARTIGO SÉTIMO – QUOTAS DE PRODUÇÃO E FABRICO – 64.

ARTIGO OITAVO – PROIBIÇÃO DE AMOSTRAS – 64.

ARTIGO NONO – AVALIAÇÃO DO PROCESSO – 65.

ARTIGO DÉCIMO – ANÁLISE DO PRODUTO FINAL – 65.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – EXPERIÊNCIAS CIENTÍFICAS – 65.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – PROCESSAMENTO DO CICLO ECONÓMICO PRODUTIVO – 65.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – FORNECIMENTOS ESPECÍFICOS – 67.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – CONTRIBUIÇÃO PARA O REAL
INSTITUTO FARMACÊUTICO PORTUGUÊS – 67.

CAPÍTULO SEGUNDO – COMÉRCIO E SERVIÇOS – 68.

ARTIGO PRIMEIRO – FARMÁCIAS – 68.

ARTIGO SEGUNDO – VIVEIROS, ERVANÁRIOS E HORTOS – 68.

ARTIGO TERCEIRO – HIPER-MERCADOS, SUPERMERCADOS E
MERCADOS – 69.

ARTIGO QUARTO – UNIDADES DE SAÚDE, DE VETERINÁRIA E
DE BOTÂNICA, DEPARTAMENTOS CLÍNICOS DESPORTIVOS E
SECTORIAIS E OUTRAS ENTIDADES – 70.

ARTIGO QUINTO – SERVIÇOS PRESTADOS – 70.

ARTIGO SEXTO – PRODUTORES E FABRICANTES – 72.

ARTIGO SÉTIMO – PROCESSAMENTO DO CICLO ECONÓMICO
COMERCIAL – 72.

CAPÍTULO TERCEIRO – IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO, INTRODUÇÃO,
EXPEDIÇÃO E TRÂNSITO – 73.

ARTIGO PRIMEIRO – IMPORTAÇÃO E INTRODUÇÃO – 73.

ARTIGO SEGUNDO – EXPORTAÇÃO E EXPEDIÇÃO – 74.

ARTIGO TERCEIRO – DECLARAÇÃO DE IMPORTAÇÃO E
DECLARAÇÃO DE EXPORTAÇÃO – 74.

ARTIGO QUARTO – ACORDO COMERCIAL – 75.

ARTIGO QUINTO – ANÁLISE DOS PRODUTOS IMPORTADOS E
INTRODUZIDOS – 76.

ARTIGO SEXTO – EXPORTAÇÃO OU EXPEDIÇÃO PROIBIDA – 76.

ARTIGO SÉTIMO – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DE TRÂNSITO E
TRANSBORDO – 76.

ARTIGO OITAVO – OUTROS CONDICIONALISMOS – 76.

CAPÍTULO QUARTO – REGISTOS INFORMÁTICOS DE CONTROLO – 77.

ARTIGO PRIMEIRO – DISPOSIÇÕES COMUNS – 77.

ARTIGO SEGUNDO – REGISTO DE ENTRADAS E SAÍDAS – 77.

ARTIGO TERCEIRO – REGISTO DE ENTRADA E DE SAÍDA DO CICLO DE PRODUÇÃO E FABRICO – 78.

ARTIGO QUARTO – REGISTO DE RECEITAS NAS FARMÁCIAS E ESTABELECIMENTOS DE VENDA AO PÚBLICO – 78.

ARTIGO QUINTO – REGISTO MÉDICO – 79.

ARTIGO SEXTO – REGISTO VETERINÁRIO – 79.

ARTIGO SÉTIMO – REGISTO BOTÂNICO – 80.

ARTIGO OITAVO – SUBTRACÇÃO, EXTRAVIO E INUTILIZAÇÃO DE REGISTOS – 80.

ARTIGO NONO – REGISTO DAS EXISTÊNCIAS – 81.

CAPÍTULO QUINTO – PUBLICIDADE, TRATAMENTO, SEGURANÇA, ESTOJOS, EMBALAMENTO, CONSERVAÇÃO, RÓTULOS E FOLHETO INFORMATIVO – 81.

ARTIGO PRIMEIRO – PROIBIÇÃO DE PUBLICIDADE – 81.

ARTIGO SEGUNDO – TRATAMENTO, SEGURANÇA, ESTOJOS, EMBALAMENTO, CONSERVAÇÃO E RÓTULOS – 82.

ARTIGO TERCEIRO – FOLHETO INFORMATIVO – 82.

CAPÍTULO SEXTO – RESPONSABILIDADE CRIMINAL – 82.

ARTIGO PRIMEIRO – ACTO PROCESSUAL JURÍDICO – 83.

ARTIGO SEGUNDO – PROCEDIMENTO JURÍDICO – 83.

ARTIGO TERCEIRO – IMPORTAÇÃO, INTRODUÇÃO, EXPORTAÇÃO E EXPEDIÇÃO ILÍCITAS – 83.

ARTIGO QUARTO – TRATAMENTO, SEGURANÇA, ESTOJOS, EMBALAMENTO, CONSERVAÇÃO, ROTULAGEM E FOLHETOS INFORMATIVOS – 84.

ARTIGO QUINTO – ELEMENTOS ERRADOS – 85.

ARTIGO SEXTO – LICENÇA E AUTORIZAÇÃO – 87.

ARTIGO SÉTIMO – QUEBRA DE COOPERAÇÃO – 88.

ARTIGO OITAVO – INICIO DE ACTIVIDADE – 88.

ARTIGO NONO – DESALFANDEGAMENTO – 89.

ARTIGO DÉCIMO – APREENSÕES – 90.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – CICLO ECONÓMICO – 91.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – SUBTRACÇÃO, EXTRAVIO E DETERIORAÇÃO – 92.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – DEVERES DE SEGURANÇA – 93.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – CONTRIBUIÇÃO – 93.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – PUBLICIDADE – 94.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – DIRECÇÃO DOS MEDICAMENTOS, OUTRAS DIRECÇÕES E RESPONSÁVEIS PELA AUTORIZAÇÃO – 94.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – DENÚNCIA – 95.

ARTIGO DÉCIMO OITAVO – FRONTEIRAS – 97.

ARTIGO DÉCIMO NONO – REVISTA E PERÍCIA – 98.

ARTIGO VIGÉSIMO – ARRECADAÇÕES REAIS – 98.

ARTIGO VIGÉSIMO PRIMEIRO – REAL INSTITUTO FARMACÊUTICO PORTUGUÊS – 101.

ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO – AMOSTRAS – 102.

ARTIGO VIGÉSIMO TERCEIRO – REGISTOS INFORMÁTICOS – 102.

ARTIGO VIGÉSIMO QUARTO – UNIDADES DE SAÚDE, VETERINÁRIAS, BOTÂNICAS E OUTRAS ENTIDADES – 103.

ARTIGO VIGÉSIMO QUINTO – DOCUMENTOS, LICENÇAS E AUTORIZAÇÕES – 104.

ARTIGO VIGÉSIMO SEXTO – SERINGAS – 105.

ARTIGO VIGÉSIMO SÉTIMO – PRODUTOS PROVENIENTES OU ORIUNDOS DAS ACTIVIDADES DOS MEDICAMENTOS AO ALCANCE DE CRIANÇAS – 107.

ARTIGO VIGÉSIMO OITAVO – ACTOS PREPARATÓRIOS NOS CRIMES DOS MEDICAMENTOS – 108.

ARTIGO VIGÉSIMO NONO – PENAS ACESSÓRIAS – 108.

TÍTULO TERCEIRO – DISPOSIÇÕES NORMATIVAS – 108.

CAPÍTULO PRIMEIRO – LEGISLAÇÃO SUBSIDIÁRIA – 108.

ARTIGO PRIMEIRO – LEGISLAÇÃO PENAL – 108.

ARTIGO SEGUNDO – APLICAÇÃO DA LEI PENAL PORTUGUESA – 109.

ARTIGO TERCEIRO – MEDIDAS RESPEITANTES A MENORES – 109.

ARTIGO QUARTO – LEGISLAÇÃO PROCESSUAL PENAL – 109.

ARTIGO QUINTO – PERÍCIA MÉDICO-LEGAL – 109.

ARTIGO SEXTO – REVISTA E PERÍCIA – 109.

ARTIGO SÉTIMO – FISCALIZAÇÃO E CONTROLO DOS CONSUMIDORES E UTILIZADORES – 110.

ARTIGO OITAVO – EXERCÍCIO DA ACTIVIDADE DE FARMACÊUTICO POR PESSOAS COLECTIVAS – 110.

ARTIGO NONO – SECTORES DE ACTIVIDADE ECONÓMICOS E RECINTOS DE REALIZAÇÃO DE EVENTOS – 111.

ARTIGO DÉCIMO – INDUSTRIAIS E OUTROS FINS – 111.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – COLÓQUIOS, CONFERÊNCIAS E CERTAMES PATOLÓGICOS – 112.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – SERVIÇOS COMPLEMENTARES – 112.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – RESPONSABILIDADE CIVIL – 112.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – REGISTO INFORMÁTICO DE PRODUTOS PROVENIENTES OU ORIUNDOS DAS ACTIVIDADES DOS MEDICAMENTOS APREENDIDOS – 112.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – APREENSÃO DE PRODUTO PROVENIENTE OU ORIUNDO DAS ACTIVIDADES DOS MEDICAMENTOS – 113.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – PRODUTOS PROVENIENTES OU ORIUNDOS DAS ACTIVIDADES DOS MEDICAMENTOS DECLARADOS PERDIDOS A FAVOR DO ESTADO – 114.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – LEILÕES DE PRODUTOS PROVENIENTES OU ORIUNDOS DAS ACTIVIDADES DOS MEDICAMENTOS – 114.

ARTIGO DÉCIMO OITAVO – PUBLICIDADE DA VENDA EM LEILÃO – 115.

ARTIGO DÉCIMO NONO – ENTREGA OBRIGATÓRIA DE PRODUTOS PROVENIENTES OU ORIUNDOS DAS ACTIVIDADES DOS MEDICAMENTOS ACHADOS – 116.

CAPÍTULO SEGUNDO – NORMAS ESPECIAIS – 116.

ARTIGO PRIMEIRO – INVESTIGAÇÃO CRIMINAL – 116.

ARTIGO SEGUNDO – COOPERAÇÃO INSTITUCIONAL – 116.

ARTIGO TERCEIRO – REGISTO CENTRAL – 117.

ARTIGO QUARTO – COOPERAÇÃO INTERNACIONAL – 118.

ARTIGO QUINTO – PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES E APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS – 118.

ARTIGO SEXTO – EXAME E DESTRUÇÃO DE PRODUTOS PROVENIENTES OU ORIUNDOS DAS ACTIVIDADES DOS MEDICAMENTOS APREENDIDOS – 118.

ARTIGO SÉTIMO – AMOSTRAS PEDIDAS POR ENTIDADES ESTRANGEIRAS – 119.

ARTIGO OITAVO – COMUNICAÇÃO DAS DECISÕES – 120.

ARTIGO NONO – MISSÃO – 120.

ARTIGO DÉCIMO – FROTA DO REAL INSTITUTO FARMACÊUTICO PORTUGUÊS – 120.

CAPÍTULO TERCEIRO – DISPOSIÇÕES FINAIS – 121.

ARTIGO PRIMEIRO – REPRESENTAÇÃO INTERNACIONAL – 121.

ARTIGO SEGUNDO – OPERAÇÕES ESPECIAIS DE PREVENÇÃO CRIMINAL – 122.

ARTIGO TERCEIRO – ACTIVIDADES DE PREVENÇÃO – 123.

ARTIGO QUARTO – RELATÓRIO ANUAL – 124.

ARTIGO QUINTO – DIAGNÓSTICO, QUALIFICAÇÃO E QUANTIFICAÇÃO DE ACTIVIDADES DOS MEDICAMENTOS E DE PRODUTOS E SERVIÇOS PRESTADOS PROVENIENTES OU ORIUNDOS DAS MESMAS ACTIVIDADES – 124.

ARTIGO SEXTO – ESPÉCIES MARINHAS EM VIAS DE EXTINÇÃO – 126.

ARTIGO SÉTIMO – ESPÉCIES ANIMAIS EM VIAS DE EXTINÇÃO – 126.

ARTIGO OITAVO – ESPÉCIES VEGETAIS EM VIAS DE EXTINÇÃO – 126.

ARTIGO NONO – ESPÉCIES VEGETAIS NOCIVAS AO SOLO – 127.

ARTIGO DÉCIMO – MINERAIS EM VIAS DE EXTINÇÃO – 127.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – REAL INSTITUTO FARMACÊUTICO PORTUGUÊS – 127.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – PARAÍSO FISCAL – 128.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – PRIVATIZAÇÃO DAS ENTIDADES DOS MEDICAMENTOS PÚBLICAS – 129.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – ENTIDADE REGULADORA DOS MEDICAMENTOS – 129.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – INSPECTORES DOS MEDICAMENTOS – 129.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – PROIBIÇÃO DE ACTIVIDADES DOS MEDICAMENTOS – 129.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – CONSELHO DO PROVEDOR DA SAÚDE – 129.

ARTIGO DÉCIMO OITAVO – DEVOLUÇÃO DOS PRODUTOS PROVENIENTES OU ORIUNDOS DAS ACTIVIDADES DOS MEDICAMENTOS – 130.

ARTIGO DÉCIMO NONO – LIXOS E DETRITOS DOS MEDICAMENTOS – 130.

ARTIGO VIGÉSIMO – ABUSO DE PATENTE E PIRATARIA – 131.

ARTIGO VIGÉSIMO PRIMEIRO – RECLASSIFICAÇÃO DAS ACTIVIDADES DOS MEDICAMENTOS E DOS PRODUTOS E SERVIÇOS PRESTADOS PROVENIENTES OU ORIUNDOS DAS MESMAS ACTIVIDADES – 131.

ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO – TRANSIÇÃO PARA O NOVO REGIME LEGAL – 131.

ARTIGO VIGÉSIMO TERCEIRO – MANIFESTO VOLUNTÁRIO – 131.

ARTIGO VIGÉSIMO QUARTO – INFORMAÇÃO AOS
PROFISSIONAIS DE SAÚDE, VETERINÁRIA, BOTÂNICA E
FARMACÊUTICOS – 133.

ARTIGO VIGÉSIMO QUINTO – ENTRADA EM VIGOR – 133.

REAL INSTITUTO FARMACÊUTICO PORTUGUÊS – ECONOMIA – 134.

ÍNDICE – 141.

